

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

MARIA SIMONE DE OLIVEIRA LIMA

CIDADE DOS PESCADORES

FORTALEZA, 2018

MARIA SIMONE DE OLIVEIRA LIMA

CIDADE DOS PESCADORES

Tese apresentada Curso de Doutorado em Sociologia da Universidade Federal, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

**FORTALEZA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

L6 99c Lima, Maria Simone de Oliveira
Cidade dos Pescadores: etnografia dos pescadores do Mucuripe/ Maria
Simone de Oliveira Lima. - 2018
2010f.: il.color.

Tese Doutorado - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós Graduação em Sociologia, Fortaleza 2018.
Orientação: Profa.Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1.pescadores artesanais. 2 cultura da pesca. 3. pesca marítima. 4. etnografia.5. periferia urbana. I. Título.

CDD 301

MARIA SIMONE DE OLIVEIRA LIMA

CIDADE DOS PESCADORES

Tese apresentada Curso de Doutorado em Sociologia da Universidade Federal, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia, perante a banca constituída por;

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Profa. Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcelo da Natividade.

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Manuel Caldas Peixoto

Instituto de Saúde Pública do Porto/Prof Visitante USP/FAPESP

Prof. Dr. Ricardo Feitosa Sabóia

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Profa. Dra. Roberta Manuela Barros de Andrade

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

**Aos meus pais,
Raimundo Bernardo (in memoria)
e Violeta**

RESUMO

Cidade dos Pescadores é uma etnografia das relações socioculturais dos pescadores artesanais do Mucuripe, litoral leste da cidade de Fortaleza. Faz uma descrição das relações que se estabelecem no cotidiano, nas formas de convivência comunitária e familiar, em seus espaços de trabalho, lazer e moradia. Faz parte deste trabalho a discussão sociológica sobre as condições de vida em áreas degradadas no espaço urbano, e para isso recorro a pensadores e sociólogos para refletir conceitos pertinentes à sociologia urbana, no entendimento das conexões entre cidade e mercado, cidade e pertencimento, observado o contexto das disputas pelo espaço urbano, pela experiência de viver na cidade, mesmo que em situações de vulnerabilidade e pobreza. O registro audiovisual, a entrevista direta e a observação participante se articulam como estratégia metodológica da pesquisa. Falar do Mucuripe é pensar seus limites históricos e socioculturais. Historicamente, os pescadores artesanais constituem seus primeiros moradores. Hoje, o legado deixado por gerações antecessoras e as experiências do presente na atividade da pesca artesanal transformam esses sujeitos em protagonistas de sua própria história, quer seja na ocupação de espaços físicos para o trabalho e moradia, quer seja na lida com o mar de modo sustentável e em formas inquebrantáveis de devoções religiosas. As narrativas deste trabalho são frutos da convivência cotidiana com os pescadores, nos espaços de trabalho, lazer e moradia, nomeadamente no Barracão, no Beco dos Carás e no Morro de Santa Terezinha; a pesquisa traz, finalmente, reflexões sobre a atual permanência desses trabalhadores em uma área nobre da cidade, onde cotidianamente são empurrados com suas famílias para áreas periféricas, lugares onde vivenciam aspectos desumanos da desordem do espaço e da degradação urbana da cidade.

Palavras-chaves: Pesca artesanal. Etnografia. Pesca marítima. Periferia urbana.

ABSTRACT

Cidade dos Pescadores is an ethnography of the sociocultural relations of the artisanal fishermen of Mucuripe, east coast of the city of Fortaleza. It describes the relationships that are established in daily life, in the forms of community and family coexistence, in their work, leisure and housing spaces. The sociological discussion on living conditions in degraded areas in urban space is part of this work, and for this I turn to thinkers and sociologists to reflect concepts pertinent to urban sociology, in understanding the connections between city and market, city and context of disputes over urban space, the experience of living in the city, even in situations of vulnerability and poverty. Audiovisual record, direct interview and participant observation are articulated as a methodological research strategy. To talk about the Mucuripe is to think about its historical and socio-cultural limits. Historically, artisanal fishermen constitute their first inhabitants. Today, the legacy left by generations of predecessors and the experiences of the present in the activity of artisanal fishing transform these subjects into protagonists of their own history, whether in the occupation of physical spaces for work and housing, or in dealing with the sea in a way sustainable and unbreakable forms of religious devotion. The narratives of this work are fruits of the daily coexistence with fishermen, in the spaces of work, leisure and dwelling, namely in the Barracão, in the Alley of the Carás and in the Hill of Santa Terezinha; the research brings, finally, reflections on the current permanence of these workers in a noble area of the city, where they are daily pushed with their families to peripheral areas, places where they experience inhuman aspects of the disorder of the space and the urban degradation of the city.

Key-words: Artisanal fishing. Ethnography. Sea fishing. Urban outskirts.

AGRADECIMENTOS

Alba, minha orientadora, muito obrigada!

A banca que avalia este trabalho.

A Ursula, Marina e Isadora
que esperam entender o tempo deste trabalho.

A minhas irmãs Shirley e Ana Carolina pelo incondicional apoio.

A Ivete Holanda, Márcia Moreno e Preciliana Morais,
amigas que percorrem a trajetória e desafios de minha vida e deste trabalho.

Ao amigo Alexandre Fleming, suas sugestões não se apagaram.

A meus mestres, de toda a vida, Irllys e César Barreira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Manoel Jacaré, Jerônimo, Tatá e Mané Preto.....	12
Imagem 2: Fotografia de still filme It's All True, Mucuripe.....	13
Imagem 3: Fotografia de still filme It's All True, Mucuripe.....	14
Imagem 4: Morro de Santa Terezinha.....	41
Imagem 5: Barco e vela.....	46
Imagem 6: Embarcações e pescadores	52
Imagem 7: Embarque.....	55
Imagem 8: Balsa.....	56
Imagem 9: Desembarque.....	63
Imagem 10: Jangadas desarmadas.....	69
Imagem 11:Pescadores.....	79
Imagem 12: Praia de Iracema 1931 (I).....	83
Imagem 13: Praia de Iracema 1931 (II).....	83
Imagem 14: Praia de Iracema 2016.....	89
Imagem 15: Mucuripe	100
Imagem 16: Barracão.....	126
Imagem 17: Mundo da areia e do asfalto.....	161
Imagem 18: Coração do Brasil.....	162
Imagem 19: Fé.....	202
Imagem 20: Embarcações e a cidade.....	203

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO: QUATRO HOMENS EM UMA JANGADA	11
1.1 Mestre Eremilson e os dois lados do Brasil	15
2 O GRANDE MUCURIBE: SITUANDO TEMPOS E SUJEITOS	25
2.1 Componentes de uma problemática: Vicente Pinzón	47
3 O MODO ARTESANAL DA PESCA MARÍTIMA	51
3.1 A jangada, a jornada e os riscos	55
4 DA PRAIA DO PEIXE PARA O MUCURIBE: OS PESCADORES E SEUS TERRITÓRIOS NA CIDADE	80
4.1 Transformações urbanas e a cidade dos pescadores	100
4.2 <i>Ethos</i> comunitário e a cidade dos pescadores	105
5 O MUNDO DE AREIA E DO ASFALTO	127
5.1 Os espaços praticados	129
5.2 O Beco dos Cará	136
5.3 Essa gente que pertence ao mar	144
5.4 Morro de Santa Terezinha	150
5.5 Conjunto São Pedro, Rua Primavera, 68	155
6 BARRAÇÃO OU A CIDADE QUE CABE EM UMA PRAIA	159
6.1 Carpintaria naval	197
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS	
ANEXO	

1 PRÓLOGO: QUATRO HOMENS EM UMA JANGADA

A luta política pelos direitos trabalhistas para os pescadores do Brasil foi iniciada em setembro de 1941, quando Manuel Jacaré, presidente da antiga Colônia de Pesca Z-1 da Praia do Peixe de Fortaleza (hoje Praia de Iracema), juntamente com os pescadores Mestre Jerônimo, Mané Preto e Tatá, viajou até o Rio de Janeiro, numa jornada reivindicatória, encaminhada ao presidente da República, Getúlio Vargas. Os pescadores viajaram a bordo da jangada São Pedro, navegaram durante 61 dias em mar aberto, em um percurso de 1.650 milhas náuticas (2.381 quilômetros) de Fortaleza até o Rio de Janeiro, onde foram recebidos em solenidade pública pelo presidente.

Os pescadores partiram da Praia do Peixe, hoje Praia de Iracema, no dia 14 de setembro de 1941. Sem bússola ou carta de navegação, guiavam-se pelas constelações. Um documentário oficial sobre a jornada dos pescadores foi produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo – o *Cine Jornal Brasileiro*, que registrou a chegada dos quatro jangadeiros no Rio de Janeiro, na Praia da Tijuca, no dia 15 de novembro de 1941. Informa Santos (2009, p. 341) que “as imagens em movimento focalizaram uma multidão que aguardava os quatro heróis. Em seguida foram recebidos pelo ministro Gustavo Capanema”.

A ousada e inédita travessia dos pescadores atraiu a imprensa internacional e, com matéria intitulada “Quatro homens em uma jangada”, o periódico *The New York Times* noticiou a saga dos pescadores cearenses ressaltando a reivindicação dos direitos sociais à categoria dos pescadores, uma reivindicação de amparo da lei trabalhista.



Imagem 1: Mestre Jerônimo, Mestre Manoel Olimpio de Meira, o Jacaré, Tatá e Mané Preto, Fotografia do still filme *It's all true*, episódio “Quatro homens e uma jangada” Disponível em: <http://revistamarina.com.br>. (Acesso em 20/10/2016)

No ano de 1942, o cineasta americano Orson Welles veio para o Brasil para realizar dois episódios do longa-metragem intitulado *It's all true*: um episódio sobre o Carnaval e o outro, intitulado “Quatro homens e uma jangada”, sobre a odisséia dos pescadores cearenses. Assim, a mesma tripulação e a mesma jangada repetiram a viagem do Ceará para a capital do País e ali, novamente, foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas. Foi um espetáculo midiático, que teve como final infeliz a morte por afogamento, nos mares do Rio de Janeiro, de Manuel Jacaré. Na ficção, a história se repetiu e findou em tragédia. Durante a filmagem, ao reconstituírem, em

meados de maio de 1942, a chegada da jangada São Pedro ao Rio de Janeiro e a despedida dos jangadeiros da Cidade Maravilhosa, nas tomadas na Barra da Tijuca, diante das câmeras de Welles, a jangada se separou da lancha à qual estava ligada por um cabo, quando uma onda forte veio e os quatro tripulantes caíram ao mar – e um deles nunca retornou, Manoel Jacaré.



Imagem 2: Fotografia do filme “Quatro homens e uma jangada”, disponível em: <http://revistamarina.com.br>. (Acesso em 20/10/2016)

“Quatro homens e uma jangada”, um dos episódios do documentário *It's all true*, de Orson Welles, narra a vida miserável dos pescadores e suas famílias, moradores da orla da praia de Fortaleza. A visão romanceada do jangadeiro como homem destemido reforça a autoimagem do cearense, cuja construção remonta ao século XIX e se propaga na atualidade.



Imagem 3: Orson Welles durante filmagem “Quatro homens e uma jangada”, disponível em: <http://revistamarina.com.br>. (Acesso em 20/10/2016)

Não apenas o jangadeiro, mas também o vaqueiro e o sertanejo são tipos humanos de vida difícil, considerados resistentes. Sobre essa imagem do “jangadeiro destemido”, Santos (2009) afirma que “o fato histórico que inaugurou estas construções foi o episódio que envolveu jangadeiros do litoral, que fizeram um grande protesto para impedir o embarque de escravos do Porto de Fortaleza”.

O boicote, liderado por Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde ou Dragão do Mar, foi sintetizado na proclamada a frase: “No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!” Também graças a esse fato, o famoso abolicionista José do Patrocínio veio ao Ceará e aqui batizou o estado como Terra da Luz.

Depois de Manuel Jacaré, seguem outras jornadas (*raids*) dos pescadores do Mucuripe. Elas revelam a insuspeita tenacidade desses trabalhadores na luta por seus direitos. Assim, em 1951, mais cinco aventureiros, comandados pelo Mestre

Jerônimo, velejaram até Porto Alegre com a reivindicação de um barco a motor e, em 1954, com destino a Buenos Aires, conquistaram a opinião pública do país com sua singela reivindicação e ousadia de enfrentar os mares, vindo de tão longe em uma jangada a vela, que, segundo os pescadores do Mucuripe, Jerônimo exerceu, por alguns dias, o cargo de presidente do país, tamanho o poder e encanto com que o pescador comoveu o país. Em 1967, Luís Garôpa comandou uma embarcação até o porto de Santos, chamando mais atenção para a ausência dos direitos dos trabalhadores do mar. A saga da luta pelos direitos dos pescadores segue, em 1972, com Mestre Eremilson e José Surrão.

1.1 Mestre Eremilson e os dois lados do Brasil

Brasília, gabinete da Presidência da República:

– *Seu presidente, por que o Brasil é um lado só?*

Essa foi a primeira pergunta do pescador Eremilson feita ao general Médici, em Brasília. O ano era 1972, e Mestre Eremilson, 30 anos depois da morte de Manuel Jacaré, também na mesma condição de pescador e como líder desses trabalhadores no Ceará, empenhou uma jornada marítima com destino a Ilhabela, litoral paulista, e de lá viajou de avião para Brasília. Eremilson repetiu a saga do pescador Manoel Jacaré, que, no ano de 1941, desembarcou no Rio de Janeiro e entregou ao presidente Getúlio Vargas, em cerimônia pública, um rol de reivindicações dos trabalhadores da pesca.

Eremilson conta em detalhes como a tripulação chegou até o presidente da República:

César Cals era o governador do Estado, eu naveguei daqui da praia do Náutico em julho de 1972. Eu era o líder dos jangadeiros, era presidente da colônia. Eu pedi ajuda ao César Cals, ele negou, disse que o Ceará estava

de baixa, pedi a ele a embarcação para viajar, ele disse que eu estava ficando maluco, viajar daqui numa jangada, sujeito morrer.

Eu disse:

– Num importa! O que importa é a gente ser beneficiado.

Eremilson assinala a insistência até conseguir o dinheiro para viajar:

Por muito aperseio de mim pra ele, ele me arranhou 10 contos de réis. Eu comprei uma jangada, *arrumemo* mais três companheiros, comigo fez quatro, *viajemos* na jangada. Era 12 hora quando *partimo* da praia do Náutico. *Viajemos* e fomos até a Ilhabela, no estado de São Paulo, encontramos o governador Laudo Natel, que deu o conhecimento ao presidente da República que vinha quatro jangadeiros cearenses à procura dele para falar. Muita reportagem perguntava:

– O que você vai pedir ao presidente da República?

– E eu respondia pros jornalistas: se vocês resolvesse o problema eu diria com satisfação e daqui eu voltava, mas vocês não resolvem, só tenho que falar pra ele (Informação gravada em 11/04/2005).

As indagações do Mestre Eremilson pontuaram o encontro com o presidente da República, evidentes no relato do encontro com o presidente Médici:

[...] eu disse: excelência, eu não vim aqui somente lhe visitar. Conheço seu nome, e sua imagem por televisão, mas pessoalmente só poderia conhecer se fosse assim, se viesse numa jangada, porque é uma burocracia, e um homem de minha espécie, pobríssimo trabalhador, sair do meu lugar pra vir falar com uma autoridade superior, mas eu só quero lhe perguntar: o Brasil é um lado só? Porque aquela partezinha que fica no Ceará o senhor não lembra que existe, pois beneficiou uma certa parte e deixou outra desamparada, foi quando ele falou:

– Isso eu vou consertar.

(Informação gravada em 11/04/2005)

A saga até chegar à capital federal foi cansativa. O presidente “[...] teve conhecimento de nossa viagem [...]” e mandou apanhar os pescadores em Ilhabela. Logo foram embarcados em avião com destino a Brasília, “porque de Ilhabela pra Brasília não tem mar. A jangada viajou numa carreta de volta pra Fortaleza e nós viajamos de avião pra Brasília e depois pra cá”.

O Mestre Eremilson organizou uma jornada contando com mais três pescadores: dois deles desistiram da viagem e Eremilson embarcou, assim mesmo, em companhia de José Maria da Silva, o “Zé Surrão”, às 12h do dia 16 de julho de 1972. Logo no começo da viagem, ainda em Recife, contou Eremilson, os pescadores foram detidos pela Capitania dos Portos por não terem bússola nem carta de navegação. Mas, uma vez providenciado o equipamento, foram liberados. Confessa Eremilson:

Qualquer navegador tem a obrigação, *seje* ele pescador ou marinheiro de longo curso, é chegar no porto e ir Capitania. Chegando em Recife, me apresentei.

E o capitão disse pra mim:

– Cadê a carta náutica, a bússola?

Eu respondi:

– Mal empregado a cadeira que o senhor senta. Eu não preciso de aparelho pra navegar, eu confio nas estrelas.

Aí ele disse:

– Pois está preso, você e a embarcação.

Daí eu completei: importante não é quem prende, é quem solta, acima de você tem um Almirante e ele vai me soltar. E foi o que aconteceu.

(Informação gravada em 11/04/2005)

Desse modo, e com tamanha sagacidade, a jangada de nome Limaverde seguiu viagem. Eremilson revelou que a “chegada à Ilha Bela foi uma grande festa, durou quase um mês de comemoração na praia de Santos”.

Dona Verinha afirma que a imprensa do sul “se esbaldou com tanta ousadia, mas em especial com o espírito de oportunidade, a sagacidade e as respostas imprevisíveis do Mestre Eremilson”. Laudo Natel, então governador de São Paulo, providenciou o avião para levar os pescadores nordestinos até Brasília. E, no gabinete da Presidência, o mestre foi direto ao assunto. “Sua excelência, vim aqui lhe pedir um benefício. O senhor se esqueceu de uma banda do Brasil. Pescador pobre e velho não tem mais condição de trabalhar, precisa de um amparo, tem direito a comer um pão”. Eremilson faz uma pausa e reflete:

Penso que foi Deus quem abriu o coração daquele dragão, e logo ele disse:
– Se tá errado, vamos consertar. A aposentadoria vai chegar no Ceará primeiro do que vocês de Brasília.
(Informação gravada em 11/04/2005)

Eremilson completa:

O presidente Médici era um homem da minha estatura, ele podia ser ruim na vida política do Brasil, mas com a gente foi ótima pessoa. Até ofereceu um carro pra gente conhecer Brasília, um hotel dos melhores e chegou a provar da cachaça do Ceará que levamos de presente.
(Informação gravada em 11/04/2005)

De sua trajetória, Eremilson ressalta fatos vivenciados no Mucuripe que às vezes se confunde com histórias pessoais, familiares e coletivas. Esses relatos, de fatos não evidenciados pela historiografia oficial, dizem respeito à memória de

indivíduos, às situações vividas, às lembranças que trazem de suas experiências e expressam o olhar e a memória dos pescadores, homens comuns, quase todos analfabetos ou alfabetizados funcionais. Em suas falas, evocam situações de convivência e reconstituem, assim, passagens da memória coletiva dos pescados, no bairro e cidade. Como ressalta Duvignaud no prefácio à obra de Halbwachs (1990,p.3), contemporaneamente, no campo das ciências sociais, autores conservavam

[...] a ideia sumária de uma relação mecânica entre as classificações mentais e as classificações sociais, quando se tratava na verdade de uma correlação dialética entre o dinamismo criador dos grupos humanos – sua “efervescência” – e a organização de representações simples referentes ao cosmo ou ao ambiente inerte da sociedade considerada (DUVIGNAUD, 1983, p. 56).

Dona Verinha lembra que os pescadores voltaram como heróis para Fortaleza. “Eremilson teve o prazer de, na condição de pescador e liderança desses trabalhadores, ver seu pai, com 91 anos, ser o primeiro pescador a se aposentar no Brasil”.

O grande desejo, confessa Eremilson, era ver dentro do Mucuripe um colégio para o pescador, pois

[...] o meu colégio foi o mar. Os filhos e netos dos pescadores precisam aprender como, deve ser ensinado. O pescador hoje, diz Eremilson, “já tem aposento, já pode comprar fiado na bodega. Mas pescador ainda não tem onde cair morto”. Dá o exemplo do Mestre Bráulio, que “morreu ano passado e não tinha nem onde se enterrar”.

A construção de um cemitério para os pescadores e familiares no Mucuripe é outra reivindicação, pois, conclui Eremilson, o primeiro cemitério do Mucuripe foi feito em 1916, com a ajuda da comunidade e financiado pela Campanha do Vintém,

encabeçada por Miguel Arcanjo, “um pescador doente, leproso, pescador de tarrafa, que pediu dinheiro até construir esse cemitério”. Momento de silêncio, pensativo, o velho homem do mar murmurou:

A minha profissão é finda, na qualidade de pescador profissional não tenho mais condição de pescar. Mas ainda remendo umas tarrafas, faço rede de corda, herdando o ofício de meu pai, conserto e remendo redes de tarrafas e as de dormir, e assim convivo até chegar o dia da partida (Informação gravada em 11/04/2005).

Eremilson compreendia a importância dessa conquista “pra sua gente”. Era mesmo perceptível que, entre um assunto e outro, uma melancolia invadia a casa do mestre: entre suas falas, o pescador fazia pausas para respirar e olhar longe, como se projetasse o filme das suas memórias. O mestre fez questão de narrar suas experiências, medindo e distinguindo os aspectos dos tempos vividos, fazendo, assim, paralelos com observações nesse ano de 2005.

A sensação que se tinha é de que o mestre, enquanto falava, projetava um passado que lhe suportava e que se confundia com a história dos pescadores do Mucuripe. As reminiscências do Mestre Eremilson dizem de sua vida como mestre e líder dos pescadores do Ceará situada; assim, olhando para trás, Eremilson assinala:

[...] te afirmo com toda sinceridade: nada igual existe mas tudo é diferente, não tem nada igual, desde a convivência e trabalho até a alimentação, tudo é diferente – à minha época se comia peixe assado na brasa, farinha de primeira qualidade. Hoje, se come torrado com óleo de toda espécie. Comi peixe fresquinho, toda espécie de peixe, hoje tudo é congelado, não tem mais sabor (Informação gravada em 11/04/2005).

O Mucuripe de sua infância e adolescência tinha outras configurações. As habitações dos moradores, a segurança e o modo de viver destoam do Mucuripe do tempo presente. Apesar de apresentar certa dificuldade na fala por consequência de um recente AVC, mas com a memória ainda implacável sobre sua infância no Mucuripe, o mestre afirmou:

Eu sou do tempo em que o Mucuripe era de casa de palha. Até as portas e as janelas eram de palha. Não existia ladrão. Dormia de portas abertas, não havia arrombo. A não ser um sábado de aleluia que se roubava uma galinha do vizinho para a queimação do Judas. O pescador bebia seu gole de cana, tudo andava com uma faca porque é necessário ao trabalho e não à desavença. E bebia e, quando estava pesado, voltava pra casa. Assim era a convivência até na época de 50, de lá pra cá o Mucuripe desmantelou-se (Informação gravada em 11/04/2005).

Como entender essas recordações desencantadas expressas na fala de Eremilson? O que elas têm a nos dizer dos ritmos das transformações da cidade, de suas experiências urbanas dissidentes? Contador de história, o mestre toma sua trajetória de vida e alguns fatos vividos, e os mesclam com histórias pessoais, coletivas, do bairro e da cidade. Os seus relatos dizem da memória coletiva de homens comuns. Esse olhar do mestre, desde suas experiências e também as dos pescadores do Mucuripe, conta histórias comuns, alegorias e sentimentos, também sofrimentos de classe no contexto de precárias condições de trabalho em uma cidade desigual. Eremilson fala em tom de rima: “Nessa época o Mucuripe era de casa de palha/ Iracema era uma praia e tinha grande lampião, era tangido por caboco/ e nessa época havia poucos pescadores nesse torrão” (Informação gravada em 11/04/2005).

Lembra, por exemplo, o caso de Rosa Branca, filha de pescador. Uma história comovente. Eremilson conta que um dia o pai da moça foi pescar, o vento

virou a jangada e um tubarão comeu tudo ao redor, peixes e pescador. Rosa Branca, todos os dias, esperava a jangada do pai. No dia em que o mar devolveu os pedaços da jangada, Rosa Branca deu um grito tão alto que se ouviu lá no Mirante, maior altitude do Morro de Santa Terezinha. Desde esse dia Rosa Branca ficou louca e passou a mendigar pela praia. Os pescadores retiram, da própria condição, mote para rimas e assim contaram a história de Rosa Branca:

Oh! Oh Deus que sorte tão bisca,
o tubarão só comia os peixe gordos da risca,
e hoje dou graça a Deus quando me dão uma isca,
já comi cangulo gordo, arabaiana e tainha,
hoje dou graças a Deus quando me dão uma espinha.

Eremilson finaliza a conversa:

[...] os pescadores, meus companheiros que Deus já levou, tinham uma veia poética, quando se bebia uma dose de cana, se proseava em verso, era a coisa mais linda do mundo, hoje é diferente, quando lembro disso, eu me dou por completo! (Informação gravada em 11/04/2005).

Manuel Jacaré, em 1941, e Mestre Eremilson, em 1972, embarcaram em jangada de piúba. Na condição de lideranças dos pescadores do Mucuripe, partiram do mar do Ceará até a região sul do país, sensibilizaram a opinião na busca de direitos até a culminante viagem de Eremilson, que consolida os direitos reivindicados. Eremilson, em seu relato, ressalta fatos vivenciados no Mucuripe que se mesclam e às vezes se confundem com histórias pessoais, familiares e coletivas. Os relatos trazem fatos não evidenciados pela historiografia oficial, dizem respeito à memória de indivíduos, às situações experimentadas, às lembranças que trazem de suas experiências. Os relatos trazem o testemunho desses homens comuns, em sua maioria analfabetos ou alfabetizados funcionais, mas desde suas falas evocam

situações reais de convivência e, assim, restituem passagens da memória coletiva. Nessa perspectiva, Duvignaud (1990, p. 3) assinala que, contemporaneamente, no campo das ciências sociais, autores conservavam

[...] a ideia sumária de uma relação mecânica entre as classificações mentais e as classificações sociais, quando se tratava na verdade de uma correlação dialética entre o dinamismo criador dos grupos humanos – sua “efervescência” – e a organização de representações simples referentes ao cosmo ou ao ambiente inerte da sociedade considerada.

Manoel Jacaré e Mestre Eremilson enfrentaram os riscos da navegação marítima, numa travessia realizada em uma jangada de piúba. A desigual condição social e trabalhista que experimentam na região dos nordestinos era a condição que mobilizou os pescadores – o direito conquistado é fruto dessa radical e legítima reivindicação travada entre os mares do país.

Nessa perspectiva, o pioneirismo da travessia de Fortaleza até o Rio de Janeiro realizada por Manoel Jacaré, em 1941, e a encenação da própria condição em registro cinematográfico no ano de 1942 pelo cineasta Orson Welles, que culminou com a trágica e pouco clara situação de sua morte no mar fluminense, transforma o mestre e pescador em nosso segundo mito fundador do Ceará. A saga assegura esse posto, “um herói de um povo que não o reconhece como vencedor” (COSTA, op. cit., p. 109)

As narrativas desse prólogo anunciam a trajetória desta pesquisa que, tanto etnográfica como imagética, investiga e explicita aspectos da experiência dos pescadores no Mucuripe. A história de Jacaré e Eremilson são simbólicas de momentos históricos de significativa população de trabalhadores, habitantes de periferias de metrópoles, que vive situações adversas de descaso e esquecimento.

O Mestre Eremilson morreu em 24 de novembro de 2008. Como figura pública respeitada, foi homenageado por seus companheiros em ritual marítimo e também por instituições públicas, nos meios de comunicação, na Assembleia Legislativa – onde foi pautada por discursos efusivos. Eremilson morreu como viveu: pobre. Assim vivem os pescadores do Mucuripe. O pescador Manoel Raimundo, 76 anos, comenta a partida de Eremilson: “[...] é mais um que foi, morreu, acabou, enterra e logo é esquecido”. Com essa frase o pescador revela, por um lado, a brevidade do sentimento com relação à morte de um companheiro, mas, por outro, banaliza a morte do pescador que, como todo pescador, tem o mesmo destino, não importando onde seu nome figura na história local e nacional. A morte iguala as pessoas.

2. O GRANDE MUCURIBE: SITUANDO TEMPOS E SUJEITOS

Este trabalho é uma etnografia sobre as relações socioculturais dos pescadores artesanais do Mucuripe, zona leste da cidade de Fortaleza, Ceará. Refere-se, por um lado, à compreensão da condição sociocultural e do *ethos* comunitário de uma “periferia urbana” onde vivem e trabalham pescadores artesanais e suas famílias e que experimentam diversas socialidades, afetam as percepções de si e do outro, motivações singulares no agir, usar e consumir, fazer, usar e recriar objetos, artefatos, tecnologias e bens imateriais; por outro, refere-se aos modos de saber e fazer, ao que há de comum, estranhamentos, mudanças, que conformam a vida cotidiana de sujeitos, em interfaces e conexões, e que traduzem em narrativas do mundo em que se inserem, espaços habitados na existência e condição de vida dos pescadores que trabalham e residem no bairro Vicente Pinzón, na área do grande Mucuripe.

Esta etnografia tem uma história que se articula em diversos tempos e com distintas formas de vinculação ao bairro do Mucuripe e seus sujeitos. Seu ponto de partida coincide com minha trajetória de estudante de sociologia da Universidade Federal do Ceará, quando tive a primeira aproximação com o bairro Vicente Pinzón. Bolsista do Projeto Rondon, atuava no Serviluz no início dos anos 1980.

As atividades dos bolsistas começavam às 19 horas e se estendiam até às 22h. Íamos de ônibus até os bairros e uma Kombi nos transportava de volta para casa. Do Serviluz, o carro seguia para o Pirambu, Barra do Ceará e Conjunto Palmeiras recolhendo bolsistas e técnicos. Na travessia, que durava cerca de uma hora e meia, as questões políticas locais animavam o percurso, os problemas das comunidades eram mote para passar o tempo, mas principalmente a forma de

compartilhar experiências e discutir as questões sociais. Eu era a última passageira a desembarcar.

A necessidade de organização política das comunidades periféricas era a pauta do movimento social que gritava em todo o País por melhores condições urbanas. Acompanhei, nesse período, o processo de criação do estatuto e da escolha dos primeiros diretores da Associação de Moradores do Serviluz.

As demandas de famílias do Serviluz e demais comunidades da costa leste de Fortaleza traduzia-se na angústia de acordar sem teto, provocada pela constante invasão da areia nas ruas e casas. A cada reunião, velhos e experientes pescadores traziam soluções ecologicamente corretas para evitar deslocamentos da areia da praia sobre suas casas. De modo recorrente, essa era uma questão que afetava o lugar de moradia, no caso a areia movediça das dunas. Pescadores narravam como era angústia de acordar com areia invadindo as casas.

Hoje percorro os espaços de convivência e de trabalho dos pescadores do Mucuripe, do Barracão, na Beira-Mar, Beco dos Cará, na Varjota, e das comunidades existentes a partir da subida do Morro de Santa Terezinha, desde a Rua do Bateu até o Morro do Teixeira, com a obstinação de compreender as relações socioculturais e a condição de pescador artesanal do leste da cidade de Fortaleza.

O retorno ao bairro ocorreu no início de 2002, como educadora social e integrante da organização não governamental Instituto de Referência da Imagem e do Som, e em 2004, como gestora e professora da ONG Aldeia. As duas entidades são especializadas em comunicação e audiovisual e atuam na área do Mucuripe, com atividades audiovisuais para adolescentes e jovens, oficinas, cursos, orientações de prevenção a DST/Aids e atividades cineclubista com projeções de vídeos destinados às crianças e adolescentes de escolas do Mucuripe. Como

educadora social, na Aldeia, coordenei as atividades de formação audiovisual, em especial do Projeto Escola de Mídia e do Cineclubes Farol, e ministrei oficinas de roteiro audiovisual.

O primeiro encontro com os estudantes da Escola Bárbara de Alencar ocorreu em 2004, quando, em uma sala de aula com 30 participantes, soube da história de vida dos jovens que estavam ali, com um brilho no olhar e a vontade de aprender a usar uma câmera de filmagem. Impressionante o depoimento de Manoel, 17 anos: “Larguei a pesca para fazer vídeo, por isso estou aqui”.

Essa fala testemunha o desejo de abraçar uma profissão, usando a linguagem de seu tempo, mas também documenta a morte da atividade pesqueira para as novas gerações? Ela anuncia que a pesca artesanal não é mais viável? Essa última pergunta incômoda agita este trabalho. O que pensam os pescadores sobre a continuidade da atividade da pesca? A pesca artesanal é viável do ponto de vista de sua profissionalização, no sentido da permanência? O que pensam pescadores e familiares sobre a atividade da pesca e sua continuidade futura? As discussões em sala de aula, provocadas por Manuel, entre os jovens, foram um torvelinho de opiniões e referências ao mundo da pesca. O jovem – filho, neto e bisneto de pescadores, fato comum entre os jovens ali presentes – era o único que conhecia o saber da pesca e da vida no mar. A maioria dos jovens pouco se importava com as atividades de familiares. A voz de Manoel provocou mais que um depoimento emocional. Transformou-se em ideia de fazer roteiros com temáticas envolvendo os pescadores e suas famílias, fato que se concretizou efetivamente com a realização de uma série documental em vídeo, que marcou a entrada da Aldeia na comunidade – mas, especialmente, deixou um registro significativo da

história recente do mundo da pesca por seus protagonistas, pescadores e seus descendentes, jovens realizadores em audiovisual.

Foram realizados 30 vídeos, entre os quais se encontra uma série de quatro vídeo-documentários: “Os que trazem o peixe” (15’), narrado por pescadores, descrevendo as atividades, o comércio e a pesca artesanal; “Mulheres” (15’), que trata dos depoimentos de marisqueiras, labirinteiras, pescadoras, esposas, mães e donas de casa sobre seus mundos, e em especial sobre as ausências dos esposos quando estão embarcados; “Barracão” (16’), com o cotidiano dos pescadores, nas areias da beira-mar, onde trabalham e descansam, almoçam, jogam dominó, contam suas histórias na pesca e histórias do bairro; e “Procissão” (15’), com a festa e a procissão no mar em homenagem a São Pedro, a fé e devoção dos pescadores. Os vídeos foram gravados em 2005. Esses vídeos foram a principal referência para revelar o campo desta pesquisa. É nessa perspectiva que as imagens audiovisuais autorreferenciadas, criadas por jovens moradores do Mucuripe, são relevantes para ilustrar e compreender o universo da pesca artesanal. A convivência e os encontros recorrentes com jovens *videomakers*, filhos de trabalhadores da pesca artesanal do Mucuripe, despertou o olhar para o universo em que se mobilizam os jovens, seus pais, mães e parentes.

As ações de inclusão sociocultural e a produção de imagens resultaram em consistente produção videográfica que evidencia processos participativos de “autorrepresentificação” e ressaltaram a necessidade de narrar seus modos de viver, de trabalhar e, em especial, de se distinguir dos mundos que conformam a vida e o cotidiano da orla da praia, da Avenida Beira-Mar. Nessa perspectiva, a vida na cidade emerge sob a perspectiva desses seus moradores que, situados na orla

(trabalho) e em distintas formas de habitação (moradia), ocupam significativamente espaços na orla nobre da cidade.

O retorno ao Mucuripe e o início da estadia mais demorada do campo desta pesquisa ocorre com a chegada do antropólogo Alexander Edmonds, que veio a Fortaleza com o desejo de conhecer os jovens do Mucuripe. Durante os cinco últimos meses do ano de 2008, percorremos e registramos os espaços por onde transitavam os jovens: escolas, bares, festas, barracas de praias de pagode, de *reggae*, e nesse período realizamos um vídeo sobre a história de vida de uma jovem do Conjunto São Pedro, situado no Morro de Santa Terezinha. Foi o momento em que nos aproximamos da família Souza, que resultou no vídeo-documentário *Em nome da mãe*.

A convivência com pescadores e familiares deu origem a este trabalho, que se constrói no exercício do olhar e escutar, decifrar e registrar as expressões, os gestos, o cotidiano e relações pactuadas entre a pesquisadora e pescadores. É uma investigação que se anuncia como algo desconhecido, uma situação sociológica a ser compreendida, revelada, a partir de experiências dos pescadores. Nesse contexto, configuram-se relações pactuadas entre a pesquisadora e suas famílias, anunciadas como estranhamentos, uma situação sociológica a ser compreendida a partir das experiências dos sujeitos envolvidos.

“Experiência” é conceito que auxilia, essencialmente, à compreensão de aspectos que movem os pescadores do Mucuripe, e colabora à compreensão dos diversos aspectos discutidos nesta etnografia. Ao longo desses 11 anos de convivência no Morro de Santa Terezinha, vivenciados nas mais diversas situações, é que busco textualizar a cultura localizada da pesca e as relações sociais que lhes são constitutivas. No contexto dessa pesquisa, como será visto adiante, o registro

imagético tem sido fundamental, seja como dispositivos de comunicação, seja ainda como mediação na produção de conhecimento sobre a população de pescadores residentes no Morro de Santa Terezinha.

A Cidade dos Pescadores refere-se, por um lado, à compreensão da condição de trabalho no Mucuripe, dos aspectos socioculturais e do *ethos* comunitário de uma periferia urbana situada na zona rica da cidade de Fortaleza; refere-se ao universo em que se inserem os trabalhadores da pesca no espaço urbano de Fortaleza – seus espaços de trabalho e moradia – locais onde construíram relações de distinção entre os diversos sujeitos que também moram, frequentam e transitam numa área de alta valorização imobiliária e de turismo; local onde realizam-se as atividades cotidianas relacionadas à pesca artesanal.

Para o entendimento dessas configurações se fez necessário conviver com pescadores, em suas relações de trabalho e comunitária; em suas relações situadas nos bairros Vicente Pinzón e Meireles. Desses espaços emergem socialidades, interações, percepções de si e do outro, modos de saber e fazer, no trabalho e na convivência, que traduzem, em narrativas, o mundo em que se inserem, os espaços habitados. Interessa, pois, compreender o cotidiano e os aspectos socioculturais que fixam os pescadores artesanais em territórios demarcados entre o *mundo da areia e o mundo do asfalto*, entre terra e mar.

Imagem 4: Conjunto Santa Terezinha contrasta com edifícios da Av. Beira Mar

São, portanto, essas configurações que conformam, consolidam e também destroem as experiências e transmissões desses sujeitos. Tais experiências interpretam os significados do que é “comunidade”, bem como a atualidade desse conceito e, ao mesmo tempo, interpelam a noção de periferia, pois, ao contrário do que acontece em bairros e comunidades distantes da assim chamada “área nobre” de Fortaleza, a comunidade dos pescadores do Mucuripe situa-se no bairro de

grande fluxo turístico, de concentração de riquezas e valor imobiliário. Como, então, falar de periferia ali, como se reconhecer como tal quando se habita um bairro nobre da cidade? Essa situação paradoxal será discutida quando abordamos a polissemia de classificação como “periferia”, “comunidade” e “favela”. Tais classificações devem, necessariamente, ser pensadas a partir do traçado arquitetônico de Fortaleza, que inclui outras comunidades, como o Poço da Draga, entre outras.

Este trabalho faz parte de minhas percepções e percursos da cidade que habito: uma cidade de contrastes econômicos e socioculturais, uma cidade que desperta a cada dia e não se reconhece, pois cotidianamente se transforma. É fruto de caminhadas nos bairros e comunidades e das relações com os sujeitos que falam, narram e conformam falas sobre essa metrópole. Ao longo dos últimos dez anos, experimentei, com todos os sentidos, afetos e inquietações sociológicas, “a cidade dos pescadores”.

As seguintes inquietações mobilizam, portanto, esta tese: quais experiências marcam o percurso, a história e o cotidiano dos pescadores do Mucuripe? Como eles se estabeleceram entre os espaços da cidade e o ambiente natural, como uma comunidade marítima, e como resistem e se mantêm, em pleno século XXI, com práticas ambientais sustentáveis, nos marcos da pesca artesanal? Quais elementos definem, sustentam e legitimam práticas laborais? O que agrega e distingue, o que constrói/destrói o pescador artesanal do Mucuripe ao longo dos percursos históricos experimentados entre a terra e o mar?

A pesca marítima, de modo geral, exercida em todo o litoral cearense, é uma atividade relevante, do ponto de vista econômico e sociocultural. A pesca artesanal, de modo específico, é uma atividade praticada por pescadores de comunidades marítimas, caracterizadas pela especialização na captura do pescado por meio de

instrumentos ecologicamente sustentáveis. Essas situações inquietam e sugerem saber quais experiências marcam a história e o cotidiano dos pescadores do Mucuripe? Como se estabeleceram historicamente, entre os espaços da cidade e o ambiente natural, como uma comunidade marítima, e resistem e se mantêm, em pleno século XXI, com práticas ambientais sustentáveis, nos marcos da pesca artesanal? Quais elementos definem, sustentam e legitimam suas práticas laborais? O que agrega e distingue, o que constrói/destrói (ou são destruídos) ao longo dos percursos históricos de suas existências, entre terra e mar? O que é e como definem – e se apropriam – a cultura da pesca? Qual o sentido de pertencer à terra e ao mar? Como pescadores falam de si, quer seja na família, na comunidade ou na cidade? Como se configura a dimensão da pesca artesanal e os aspectos sociais dos pescadores?

O trabalho na pesca artesanal é a principal fonte de renda desses trabalhadores que, de modo geral, residem com famílias em áreas próximas ao mar, em habitações precárias, degradadas, do ponto de vista da infraestrutura urbana. Esses aspectos fazem da atividade da pesca principal ocupação e renda desses trabalhadores e instigante à análise sociológica. Indago sobre as práticas artesanais, dos espaços habitados em que residem: o que produzem e cultivam? O que os distinguem, o que os mobilizam em seus territórios? Quais processos vivenciam e caracterizam suas práticas culturais? Qual o sentido de pertencimento? Como pescadores e famílias representam e falam de si, apreendem e compreendem as imagens que falam deles mesmos? Interessa entender como se configura a dimensão do trabalho na pesca e os aspectos sociais da cultura da pesca, o cotidiano dos pescadores, “as crenças, valores e estilos de vida das pessoas comuns em sua existência cotidiana” (BERGER, 1972, p. 12). Considero

relevante compreender os seguintes aspectos que configuram e dão sentido à permanência dos pescadores na área do Mucuripe: o modo de produção da pesca artesanal; os trânsitos e cotidianos dos pescadores e de suas famílias no bairro e cidade; o trabalho na orla da praia; os modos de ocupação do espaço litorâneo e do oceano; o trabalho na pesca artesanal; mudanças cotidianas nas rotinas de trabalho e em seus territórios da pesca artesanal; intervenções públicas que afetam práticas sustentáveis da pesca artesanal; a produção de conhecimentos na pesca e seus aspectos simbólicos.

A cidade dos pescadores é referência, pois, ao universo em que se inserem os trabalhadores da pesca no espaço urbano de Fortaleza – seus locais de trabalho e moradia; locais onde constroem relações específicas de trabalho e de distinção ante os diversos sujeitos que também moram, frequentam e transitam no Mucuripe, uma área de valorização imobiliária e de turismo – onde se localizam as atividades relacionadas à pesca artesanal em Fortaleza.

Os pescadores do Mucuripe residem em lugares próximos ao mar, esta uma das características que marca o trabalho na pesca em todo o litoral cearense. Na zona leste de Fortaleza, as moradias dos pescadores localizam-se em áreas caracterizadas como periferia desurbanizada; habitam, pois, casas de conjuntos residenciais, também em becos e vilas próximas ao mar. De modo geral, trabalham e situam-se entre os bairros nobres da cidade, em diversas formas de habitação e acomodação, desde conjuntos habitacionais até as velhas embarcações aposentadas à beira-mar. Todas as formas de habitar contrastam com o lado mais rico da cidade, os condomínios de luxo da Av. Beira-Mar. Essa situação urbana leva a pensar sobre configurações sociais existentes naqueles espaços físicos, que configuram a cidade dos pescadores no espaço e no tempo. Pergunto, assim, sobre

os laços que os unem, os que os separam no contexto de socialidades, deste grupo e indivíduos, homens e mulheres. Como entender as diferenças pelo saber conversar seriamente, mas também jogar conversa fora? Para compreender as transformações que experimentam os pescadores artesanais do Mucuripe, no espaço físico, à beira-mar, no entorno e locais que habitam, urge observar como se configuram as atividades da pesca artesanal e especificidades. Mas é necessário caminhar com eles, entre seus espaços que transitam e convivem, no dia a dia, na praia, nas ruas, na beira-mar.

Os pescadores do Mucuripe criaram, ao longo de sua experiência histórica em Fortaleza, relações de trabalho que passam por diversas modificações. O trabalho artesanal dá sentido à existência desses trabalhadores que, mesmo sob condições adversas, persistem no trabalho artesanal. É um trabalho que configura formas comunitárias de produção e de vida. Cabe, pois, compreender o que significa a permanência do modo artesanal de pescar e como se enfrenta, adapta-se e dialoga, contemporaneamente, com imperiosas mudanças tecnológicas do universo das navegações – e como transformações urbanas e tecnológicas afetam o modo de produção da pesca artesanal e a organização sociocultural dos pescadores do Mucuripe.

Os relatos que constam aqui são fruto da experiência e imersão no cotidiano de trabalho de pescadores artesanais, na labuta e convivência na Avenida Beira-Mar e em locais de moradia, no Beco dos Cará, na Varjota e nos conjuntos habitacionais do Morro de Santa Terezinha. As áreas residenciais, ocupadas por famílias e parentes de pescadores, agregam homens, mulheres, idosos, crianças e jovens ligados pelo sangue, amizade, afeto e solidariedade, também por desafetos, brigas passageiras, intrigas sem reconciliação, no viver junto, no inventar o

cotidiano, no separar e dividir, no compartilhar, na proximidade do olho no olho da convivência ordinária, dentro de casa e extensões, em calçadas e ruas.

A abordagem sociológica do objeto de investigação parte das seguintes questões: quais são as referências e valores culturais, saberes e fazeres do universo do trabalho e motivações que conformam experiência e permanência dos pescadores artesanais do Mucuripe? Quais seus mundos, trânsito e espaços no bairro e na cidade? O que representam e como representam a vida cotidiana, em espaços entre a terra e o mar, entre fronteiras? Quais são, efetivamente, as referências socioculturais percebidas e nomeadas, e de que modo estão presentes no trabalho, no lazer, na vida familiar, expressas em ressignificações do espaço/tempo, na produção de sentidos, em narrativas?

Para a escrita deste trabalho, reúno diversos documentos, entre os quais dados da ONG Aldeia, que conformam a fase exploratória de campo desta pesquisa (2004-2009). Os documentos compõem os seguintes dados que interessam à pesquisa: fotografias, questionários, entrevistas e vídeos. Esse material é ponto de partida e suporte para retorno ao campo, reiniciado em maio de 2011, com a elaboração de roteiros das primeiras entrevistas etnográficas com os sujeitos da pesquisa. Assim, o objetivo principal desta investigação define-se a partir da compreensão dos aspectos peculiares da vida comunitária, experimentados por pescadores do Mucuripe, em locais de moradia ou espaço de trabalho. Reúno impressões subjetivas dos relatos dos sujeitos, imprescindíveis à construção deste trabalho, documentos da ONG Aldeia que contribui com a fase exploratória do campo (2004-2009). Os documentos compõem rico banco de dados que interessam à pesquisa: fotografias, questionários, entrevistas e vídeos; essas informações são ponto de partida e suporte para retorno ao campo, reiniciado em maio de 2011,

quando da elaboração de roteiros das primeiras entrevistas etnográficas com os sujeitos da pesquisa: pescadores artesanais e seus familiares; mulheres trabalhadoras da pesca, artesãs, domésticas, aposentadas; jovens filhos de pescadores; e moradores da cidade e do Mucuripe, especialmente aqueles que acompanham a trajetória dos pescadores artesanais no bairro.

Desses períodos e com pescadores e seus familiares, reuni relatos, conversas gravadas em vídeo, fotografias digitais, um arquivo necessário à construção de uma reflexão circunstanciada do bairro. Os usos da câmera fotográfica e videográfica é dispositivo dialógico que permitiu maior aproximação com os sujeitos.

Para a realização deste trabalho, utilizo a série de entrevistas em vídeos, realizada nos anos de 2005 a 2009, e entrevistas gravadas entre 2010 a 2016. Somadas a essas informações, acompanhei e registrei festas e quermesses de Nossa Senhora da Saúde; a procissão de São Pedro, no Mucuripe, em 2005, 2012, 2013, 2014, 2016 e 2017; somam-se também observações cotidianas, na captação de imagens fotográficas, no tempo de permanência mais sistemática, nos espaços da pesquisa, no Barracão, na Beira-Mar, no Beco dos Cará, e de incontáveis conversas casuais, entre casas e ruas, no Conjunto São Pedro, devidamente registradas em meu diário de campo. Narro aqui experiências singulares que se traduzem e expressam em experiências do vivido, nos espaços onde trabalham e moram pescadores artesanais do Mucuripe, zona leste de Fortaleza.

Há registros dos depoimentos gravados, as imagens fotográficas e videográficas, além de anotações pessoais de campo. De posse de vasto e diversificado arquivo de informações, vislumbro a possibilidade de reconstituição de parte da história do percurso dos pescadores pela orla leste e de fatos relativos à

atividade da pesca, bem como modos de ocupação e residência no espaço litorâneo. Os registros foram captados em espaços domésticos, na Beira-Mar, em embarcações, espaços públicos, ruas, praças, escolas, entre moradores do Beco dos Cará, da Travessa São João, da Rua Primavera, da Av. dos Jangadeiros, do Córrego das Flores, enfim, entre espaços e objetos, na convivência cotidiana com pescadores, mulheres, filhos, parentes, vizinhos e moradores da área. São eles mestres do mar, artífices e artesãos, usam jangada e equipamentos rústicos na captura do peixe, são marisqueiras, rendeiras, donas de casa, labirinteadoras e mestres que ensinam relações sustentáveis com a natureza, tecem fios da memória coletiva, inventores de histórias encantadas do mar, histórias pessoais, e dizem tantas coisas que se desconhecem e, por isso mesmo, vale a pena permanecer perto deles.

Hoje concebo um “exame circunstanciado”, nos termos pensado por Geertz (2001, p. 31), do campo da pesquisa – compreendo que se fez necessário registrar essa demorada trajetória no bairro. O trabalho confunde-se com minha história, ou seja, “a qualidade moral da experiência dos cientistas sociais atuantes, a vida ética que levam enquanto fazem suas pesquisas, praticamente nunca é discutida, exceto nos termos mais genéricos”. Assim, o pensamento do antropólogo confere o sentido de relações e contatos que experimento em campo, pois são eles

diretos, íntimos e mais ou menos perturbadores com os detalhes imediatos da vida contemporânea, contatos de um tipo que dificilmente pode deixar de afetar a sensibilidade das pessoas que o realizam. E, como toda disciplina é o que fazem dela as pessoas que a praticam, tal sensibilidade está inserida em sua constituição do mesmo modo como as sensibilidades de uma época se inserem na cultura dessa época. Uma avaliação das implicações morais do estudo científico da vida humana que não se limite a elegantes zombarias ou celebrações inconsequentes deve começar por

uma análise da pesquisa social científica como uma modalidade de experiência moral (GEERTZ, 2001, p. 31).

Os relatos desta pesquisa são, portanto, resultados da experiência e imersão no cotidiano de trabalho de pescadores artesanais, na labuta e convivência, na Avenida Beira-Mar e em locais de moradia, no Beco dos Cará, na Varjota, e nos conjuntos habitacionais do Morro de Santa Terezinha. As áreas residenciais são ocupadas por famílias e parentes de pescadores: homens, mulheres, idosos, crianças e jovens ligados pelo sangue, amizade, afeto e solidariedade, e também por desafetos, brigas passageiras, intrigas sem reconciliação, no viver junto, no inventar o cotidiano, no separar e dividir, no compartilhar, na proximidade do olho no olho da convivência ordinária, dentro de casa e extensões, em calçadas e ruas.

A perspectiva sociológica do objeto de investigação parte das seguintes questões: quais são as referências e valores culturais, saberes e fazeres do universo do trabalho e motivações que conformam experiência e permanência dos pescadores artesanais do Mucuripe? Quais seus mundos, trânsito e espaços no bairro e na cidade? O que representa e como representam a vida cotidiana, em espaços entre terra e mar, entre fronteiras? Quais são efetivamente as referências socioculturais percebidas e nomeadas, e de que modo estão presentes no trabalho, no lazer, na vida familiar, expressas em ressignificações do espaço/tempo, na produção de sentidos, em narrativas?

Para análise e textualização dos relatos, informações e dados obtidos na convivência com os sujeitos, faço uso de dois conceitos pensados por Geertz que devem exprimir a experiência vivenciada: “experiência próxima” e “experiência distante”. A ideia do “mundo da areia” e o “mundo do asfalto”, usada entre moradores das comunidades do Mucuripe, filiam-se aos referidos conceitos de

Geertz. Dessa forma, “areia” e “asfalto” definem os mundos em que habitam e trabalham como experiência-próxima; no modo de expressar dos pescadores, de um lado, o *mundo de areia* que é a comunidade, essencialmente constituída de interações cotidianas, de socialidades da família, vizinhos e amigos, onde estão situadas a casa, a rua, as instituições – escolas, postos de saúde, comércio etc. É o campo em que se definem valores, linguagens, modos de sentir, rituais, festas, o que imaginam, é o espaço em que sujeitos definem o que lhes pertencem. O *mundo do asfalto* comporta as atividades laborais dos moradores das comunidades do Mucuripe, entre as quais se situam as atividades da pesca artesanal marítima, o espaço mais privilegiado do mundo dos ricos: a Avenida Beira-Mar.

Pescadores e familiares transitam cotidianamente entre os espaços de trabalho e lazer, entre a casa, a rua, a praia, entre o *mundo de areia* – local onde está situado o cais dos pescadores, o “Barracão”, local de embarque/desembarque de jangadas e barcos; também as casas e casebres situadas nas comunidades no entorno do Bairro Meireles, no grande Mucuripe; e o *mundo do asfalto*, tudo que se localiza em áreas ricas, que não pertence aos universo dos pescadores, que se opõe e se distingue dos conjuntos habitacionais, becos e vielas, as áreas de convivência das comunidades por eles estabelecidas em zonas de risco e vulnerabilidade. Nesse sentido, as nomeações “mundo de areia” e “mundo do asfalto”, por eles construídas, caracterizam e distinguem os espaços ocupados que lhes são próprios, o pertencimento que os unem e os separam de outros grupos e classes sociais. São fronteiras urbanas e também de identificação e afirmação; a nomeação dos limites que demarcam diferenças e oposições entre riqueza e pobreza, as disputas simbólicas produzidas em territórios liminares, caracterizando,

nomeadamente, o *apartheid* que, de modo geral, está presente nos processos urbanos de grandes cidades como Fortaleza.

A cidade dos ricos se opõe ao mundo da areia, com classes sociais distintas, estratificação social, modo de viver e habitar, nos transportes, escolas, sistema alimentar, religioso. As diferenças entre os dois mundos são evidenciadas pelos sujeitos e delas tratarei, com mais detalhes, ressaltando que os conceitos de Geertz são fundamentais à análise apresentada. Essa etnografia parte, assim, dos horizontes dos sujeitos em seus aspectos socioculturais e também leva em consideração, ao mesmo tempo, as perspectivas dos sujeitos pesquisados e da pesquisadora.

A relação de maior proximidade entre sujeitos – pescadores e pesquisadora – teve início em sala de aula, em 2005, nos primeiros encontros com jovens e com os seus pais para falar das atividades das oficinas de audiovisual. Houve vários outros encontros entre os anos de 2005 e 2012, que ocorreram nos espaços comunitários, ruas, entre casas, calçadas, na praia que seja para gravação de conversas em vídeos.



Imagem 4: O Morro de Santa Terezinha , fotografia de Simone Lima

Entre essas atividades vieram convites para cafés, casamentos, batizados, festas familiares, ou da comunidade, o que resultou em estreitos laços de amizade e

afeto, pois, no percurso, recebi convites para apadrinhar sobrinhos e netos de pescadores – Samuel, Anderson, Cauã e Mariana, crianças do Conjunto São Pedro, no Morro de Santa Terezinha – são afilhados, o que torna impossível não fazer parte de suas vidas

Nesse sentido, as trajetórias dos sujeitos e a convivência são fundamentais à compreensão de referências dos condicionamentos sociais e origens étnicas, classe, relações interdependentes presentes no espaço comunitário, nas formas de resistir às desigualdades e buscas de oportunidades, no trabalho e vida entre distintos espaços da cidade, nas formas de fruição e culto, em práticas não autorizadas, nas distinções.

Esse momento configurou-se como uma fase exploratória, não intencional do campo da pesquisa. Hoje creio que o percurso mais demorado, na área do Mucuripe, ganha outro olhar, mais confortável. Caminho no Morro e nos diversos espaços que transitam e vivem os pescadores e suas famílias sem constrangimento. Não preciso justificar minha presença por esses espaços, e seguramente entendo que os moradores, entre si, devem entender e consentir minha presença e interesses nos seus mundos.

Para compreender as formas de ocupação dos espaços, entre terra e mar, experimentadas pelos pescadores, é necessário dar alguns passos em direção ao passado, e pinçar aspectos que resgatam trajetórias dos pescadores na orla marítima da cidade. Uma forma de registrar as transformações que passaram na ocupação do espaço físico para pescar e também nos locais próximos em que habitam com suas famílias. A convivência e caminhadas com eles, durante esse período, provocaram os sentidos para o entendimento das configurações das atividades da pesca artesanal. Assim, foi possível entender as determinações que

marcam as atividades da pesca artesanal no Mucuripe, a partir dos relatos dos pescadores, todos mestres.

A experiência dos pescadores, em seus diversos territórios, aponta para a leitura e a discussão de questões que emergem no território, considerado como “[...] um produto produzido pela prática social e também um produto, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983, p. 8). As determinações que configuram saberes e as rotinas da atividade laboral dos pescadores dão sentido à permanência de uma comunidade de pescadores. Os depoimentos dos pescadores buscam esclarecer a definição e prática do *modo artesanal da pesca marítima* – postos no primeiro capítulo deste trabalho.

A existência e permanência dos pescadores artesanais do Mucuripe passam pela história dos pescadores, a perspectiva individual e a coletiva; elas revelam o anonimato em que vivem, a consciência de pertencimento e não pertencimento; as migrações e nomadismo *nas trajetórias dos pescadores artesanais e seus territórios na cidade*, população entre bairros da cidade, situações de visibilidade e as ressignificações elitistas no bairro.

Esses aspectos estão postos nos capítulos deste trabalho, que percorre a trajetória de sujeitos na “cidade dos pescadores”: assim, a luta por reconhecimento passa pela travessia ousada, da Praia do Náutico até o Rio de Janeiro, contada no prólogo deste trabalho, intitulado “Quatro homens em uma jangada”; a seguir, “O modo artesanal da pesca marítima” descreve aspectos conceituais e práticos da pesca marítima; o capítulo “Da Praia do Peixe para o Mucuripe” situa aspectos da ocupação dos pescadores na orla da praia e na cidade, seus territórios e a reflexão das categorias analíticas “comunidade”, “favela” e “periferia”, chamando a atenção para esses “*slum places*” encravados em áreas nobres da cidade; as rotinas de

trabalho e as formas de transmissão de saberes consolidados; finalmente, no capítulo “Barracão: a cidade que cabe em uma praia”, os espaços de trabalho em terra e mar, a vida cotidiana nos espaços praticados, devoções e visões sobre a cultura da pesca e a cultura e modos de viver, habitar.

Os recursos da etnometodologia de Garfinkel (1984) contribuem à análise dos processos que pescadores do Mucuripe experimentam, os procedimentos ordinários que fundam, sustentam e transmitem habilidades laborais que acompanham gerações de pescadores e suas técnicas quase imutáveis: são, pois, esses pressupostos que dão sentido à pesca artesanal.

O pensamento de Benjamin (2012) ilumina as discussões deste trabalho. Refiro-me especialmente aos conceitos de “experiência e memória”, “construção e destruição” e “narração”, que permitem enfatizar processos de socialização, socialidades e práticas culturais, trânsito entre bairros e comunidades, relação com o espaço e tempo, em especial os aspectos que refletem formas de entendimento do espaço/tempo narrado pelos sujeitos.

As implicações do modo específico de vida e de trabalho, bem como as diferenças entre pescadores e grupos sociais da área do Mucuripe, serão futuramente discutidas, levando-se em consideração os modos de vida e de trabalhar dos pescadores, suas leituras e interpretações dos espaços em que vivem e transitam, entre o “mundo de areia” e o “mundo do asfalto”.

A pesca artesanal no Brasil vem sendo estudada em diversos campos de saberes. Cascudo (1898-1926) debruça-se sobre tipos humanos, trabalhadores brasileiros e nordestinos. Em sua extensa obra, dedicada à condição do trabalhador e personagens do imaginário nordestino, encontramos uma seminal reflexão sobre os jangadeiros, em *Jangada: uma pesquisa etnográfica* (1957) e *Jangadeiros* (1954). Na obra de 1957, Cascudo, em sua etnografia, informa que “de 1905 a 1920

morou [...] na rua do Comércio No. 44 em Natal [...] o cuidado de minha mãe era evitar que o filho morresse afogado. Vivia eu fugindo para pescar morés à mão ou agarrar baicús coçando-lhes a barriga para que estufassem” (1957, p. 8). Na obra *A Jangada* (1954), revela sua convivência com pescadores, velhos, vivos e mortos, e com seus filhos, herdeiros de um ofício seminal. Afirma categoricamente que “jangadeiro é filho de jangadeiro” e que,

[...] um por mil não tendo profissão fixada pela família, escolhe a jangada para viver. O comum é ter nascido à beira-mar e ajudado, desde menino, a jangada a trepar nos rolos, empurrá-la para a maré, puxar o cabo da rede, pescar moré nos locais, nadar com a mesma naturalidade de um ato respiratório (1954, p. 8).

Os aspectos singulares gestados e transmitidos por gerações de pescadores indicam particularidades observáveis, como os aspectos socioculturais. É possível afirmar que os pescadores do Mucuripe constituem uma comunidade com formas de vida e trabalho situada no bairro Vicente Pinzón, Mucuripe.

Para situar a experiência dos pescadores da zona leste de Fortaleza, ressalto a noção de comunidade – termo que, por um lado, pode soar como uma idealização da vida comunitária dos primeiros estudos sociológicos, como em Durkheim e Tönnies, mas que, dadas as complexidades de pertencimentos virtuais do mundo contemporâneo, o sentido de compartilhamentos do lugar, valores e visões de mundo podem, também, estar circunscritos a pequenas localidades/pequenos agrupamentos familiares, profissionais etc. Aqui, a perspectiva de vida e de destino, segundo o pensamento de Nisbete Bauman, iluminam as reflexões sobre a comunidade dos pescadores do Mucuripe.



Imagem 5: Barco e vela, fotografia de Celso Oliveira.

O Grande Mucuripe é uma área situada na zona leste de Fortaleza, constituído pelos bairros Cais do Porto, De Lourdes, Mucuripe, Papicu, Praia do Futuro I, Varjota, Vicente Pinzón, Cais do Porto. No geral, os bairros residenciais se distinguem, entre si, por diversas rendas *per capita*. De modo geral, os bairros oferecem diversos serviços e atividades comerciais. Os bairros do Grande Mucuripe atravessam e se comunicam com a Via Expressa, as avenidas Santos Dumont e Dom Luiz e Engenheiro Santana Júnior. É marcado por áreas de risco, com a presença de favelas, mas nele também estão situados grandes shopping centers, voltados para a classe média alta.

Desde o ano de 1950, quando a produção imobiliária voltou-se para essa área, quando a verticalização da cidade se impõe como modelo de moradia, a

valorização de alguns desses bairros passa a ser mais intensa, graças à presença do mar.

A colônia de pescadores figura, de modo geral, para moradores e turistas, como uma paisagem bucólica. Ancorados à beira-mar, seus barcos de madeira se exibem em tons fortes de laranja, verde, vermelho, azul e amarelo. Balançando ao ritmo de marolas, contrastam com águas azuis-esverdeadas e se iluminam com o sol, que se põe todos os dias do ano e encanta moradores e turistas

2.1 Componentes de uma problemática: Vicente Pinzón

O Vicente Pinzón, bairro onde reside a maioria dos pescadores, apresenta grande número de conjuntos habitacionais e ocupações desordenadas, como pequenas vilas, becos e também favelas. Nessa área localizam-se os conjuntos habitacionais Santa Terezinha, o Conjunto São Pedro I e II, o conjunto Joana D'Arc, as comunidades do Buraco, do Pilão, do Labirinto, a Comunidade da Manteiga, Castelo Encantado e o Morro do Teixeira.

Os conjuntos habitacionais foram pensados, projetados e construídos nos anos 1950 como residências dos moradores que ocupavam a Avenida Beira-Mar – a população de pescadores pobres, que não tinham legalmente a posse do terreno onde suas casas de palha foram construídas. Hoje, a colônia de pescadores do Mucuripe habita com suas famílias de modo disperso, no Vicente Pinzón, bairro essencialmente habitado por populações pobres. Nesse bairro somam-se também becos e vilas irregulares com características de favelas, em situação urbana precária, observadas desde a ausência de saneamento básico, como água potável, energia elétrica, segurança, entre outros. É uma população que reside e trabalha, de modo geral, entre dois mundos, como assim definem: o “mundo da areia” e o “mundo do asfalto.”

O Morro de Santa Terezinha começa na Rua do Bateu e termina nas suas encostas, no Morro do Teixeira, segundo Jairo César, morador e representante do Vicente Pinzón junto à Regional II, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Morro de Santa Terezinha é uma grande duna habitada, situada na zona leste de Fortaleza, de frente para o Oceano Atlântico e ao fundo do bairro Papicu. O território ocupado possui um traçado irregular e constitui-se de ruas pavimentadas, becos e ruelas sem infraestrutura urbana. A maior parte desses locais não possui saneamento básico, e suas vidas estão expostas a situação de risco social e ambiental – assim como as casas situadas nas encostas dos Morros de Santa Terezinha e Morro do Teixeira, são áreas vulneráveis, passíveis de desmoronamento em tempo de chuvas intermitentes.

Os pescadores, seus instrumentos de trabalho e o ambiente natural em que labutam estão identificados no mapa da cidade. Uma cartografia que orienta carteiros, entregadores, moradores e turistas. A partir do entorno da Praça do Mirante estão nomeadas a: Rua do Mirante, Rua Samburá, Rua Jereré, Rua Sol Nascente, Rua Estrela do Oriente, Rua Labirinto, Rua Pescador Chico Bindá, Rua da Lagosta, Rua Terra e Mar, Rua dos Búzios, Rua Bolina, Av. Areia Branca, Rua do Horizonte, Rua Esperança, Rua Professora Aida Balaio, Rua Pescador Pedro Rufino, Rua Garoupa, Rua Fateixa, Rua da Enchova, Rua Paraíso, Rua da Cioba, Rua Albacoa, Av. Areia Branca, Av. dos Jangadeiros, Rua Mestre Jerônimo, Rua do Luar, Rua Córrego das Flores, Rua do Trabalho, Rua Alto Alegre, Rua Visão das Dunas, Rua Manoel Jacaré.

Os pescadores da zona leste da cidade estabelecem referências socioculturais, saberes e fazeres que definem e distinguem-se dos demais moradores do Grande Mucuripe. As áreas de que tratam este trabalho são, desse

modo, espaços pobres e degradados. Para entender a realidade americana, Whyte (2005, p. 15) utiliza a expressão “*slum district*” e define, assim, como uma área urbana onde existe “alta concentração de pessoas de baixa renda vivendo em habitações dilapidadas e em péssimas condições sanitárias e de saúde”. Essas características, visíveis nas áreas onde se localizam as casas e o ambiente de trabalho dos pescadores do Mucuripe, seguem acrescidas das áreas de moradia – como uma periferia urbana; e locais de trabalho na orla, local da experiência dos pescadores entre condomínios de luxo na Avenida Beira-Mar. Sob essas perspectivas, faz-se necessário discutir a condição urbana que conforma essas áreas da cidade de Fortaleza onde residem e trabalham os pescadores do Mucuripe.

Tomando como referências o processo migratório que marca essa população de trabalhadores/moradores da cidade, reflito sobre essa experiência dada pela transitoriedade e nomadismos, pensados a partir da territorializações e desterritorializações em uma metrópole configurada no “mundo da areia” e “mundo do asfalto”. A reflexão, portanto, implica também a discussão acerca dos significados que são atribuídos ao mar, fonte inesgotável de substâncias e simbolismos, como será visto no decorrer deste trabalho.

3 O MODO ARTESANAL DA PESCA MARÍTIMA

A jangada, conforme Pero Vaz de Caminha, é uma embarcação nativa, chamada pelos índios de *chipiperi* ou *igapeba*. Cascudo (1957, p. 35) informa que, no início do século XVI, há registros de que essas embarcações eram utilizadas para pesca pelos escravos africanos na capitania de Pernambuco. “Jangada é o sinônimo lusitano que permaneceu entre nós”, ressalta Cascudo (1964, p. 6), e essa palavra já estava entre nós “desde 1809 com seus possíveis trezentos séculos de existência obstinada”. Presente no litoral cearense, elas largam “para a batalha cotidiana, embarcação do neolítico, orçando transatlânticos e hidroaviões tropejantes. [...] No Nordeste do Brasil, a jangada continua imperturbável” (1964, p. 6). Acompanhando o povoamento do Nordeste do Brasil desde o século XVIII, período em que a atividade da pesca torna-se essencial, completa Cascudo (1964, p. 6) que “as jangadas enxameiam, acompanhando as piracemas, especialmente do pirabebe, o peixe-voador. Transportam sal para as salgas de carne secas ao sol. Entregam o peixe no curso dos rios maiores que se tornam navegáveis no tempo do inverno”.

Henry Koster, olhando a costa de Pernambuco, rumo ao Recife, em 9 de dezembro de 1809, registra, descrevendo a jangada com sua evolução terminada, vela triangular, bolina e remo de governo:

Nada do que vimos neste dia excitou maior espanto que as jangadas vogando em todas as direções. São simples balsas, formadas de seis peças, duma espécie particular de madeira leve, ligadas ou encavilhadas juntamente, com uma grande vela latina, um remo que serve de leme, uma quilha que se faz passar entre as duas peças de pau; no centro, uma cadeira para o timoneiro e um longo bastão bifurcado, no qual suspendem o vaso que contém água e as provisões. O efeito que produzem estas balsas grosseiras é tanto maior e singular quanto não se percebem, mesmo a

pequena distância, senão a vela e os dois homens que as dirigem. Singram mais próximos do vento que outra qualquer espécie de embarcação.

É nesse século que nascem os povoados de pescadores, em sua maioria “olhando a pancada do mar [...] mirando a mancha dos cardumes”. Também é dessa data parte do vultoso plantio dos coqueirais que daria à paisagem litorânea a moldura tropical. O intercâmbio entre os grupos étnicos que compunham o litoral, ao juntarem-se com habitantes do sertão, constitui o imaginário social cearense. O litoral é ponto do encontro de etnias: índio, negro, branco descendente de português e holandês, segundo Dantas (2007, p. 265),

[...] Os índios, enquanto conhecedores das paragens litorâneas, legaram conhecimentos e informações importantes na constituição do litoral como território da pesca; o homem branco forneceu novos conhecimentos técnicos que potencializaram essa atividade; o uso do anzol de ferro é fruto do contato com o colonizador, já a jangada, hipoteticamente baseada em Almadias indígenas foram aprimoradas a partir da colocação da vela triangular e doutros equipamentos de pesca.

As jangadas constituem-se meio de produção de pescadores artesanais. Em Fortaleza, especialmente na orla marítima da Av. Beira-Mar, no Mucuripe, pescadores e seus descendentes, herdeiros de híbrida etnia, trabalham cotidianamente usando e aperfeiçoando a jangada, embarcação a vela. A jangada veleja em mar naturalmente belo, para zonas ricas em peixe, a grandes distâncias da terra firme.

As primeiras jangadas eram feitas de troncos de madeira pesada, de nome piúba, e perduraram até a década de 1950, quando foram gradativamente substituídas pelas jangadas de tábuas

O Ceará, de modo geral, possui “uma extensão costeira de 573 km, onde a pesca artesanal secularmente é feita por jangada movida pelos fortes ventos predominantes de direção ESE (leste-sul-leste)”, informa Braga (2013, p. 10), que também acrescenta que a pesca artesanal a vela é “de navegação de orientação visual e prática, detendo a participação superior a 60% de toda a produção pesqueira marinha do Ceará, realizada em botes, canoas, jangadas e paquetes, mais de 83% de embarcações, construídas pelas mãos hábeis de artesãos, carpinteiros navais.



Imagem 6: Embarcações e pescadores, fotografia de Celso Oliveira.

As primeiras jangadas utilizadas pelos pescadores do Mucuripe eram feitas com uma madeira de nome piúba. A tripulação, mastro e demais acessórios da pesca – também nomeados de aviamentos – ficavam em cima dos rolos de

madeira. A jangada de piúba exigia disposição e preparo físico para seu embarque no mar, dado que a entrada no mar sempre vai ao encontro de ondas e marolas.

Após a Segunda Guerra Mundial, foi introduzida a jangada tal qual conhecemos hoje, “mais leve e com um subsolo para guardar mantimentos, acondicionar o pescado e dormir”, diz Possidônio, 64 anos, pescador, carpinteiro naval, presidente da Colônia Z-8 (Informação gravada em 23/04/2012).

Pescadores mais velhos, como o experiente Sebastião Pereira, 78 anos, que começou na atividade aos nove anos, acompanhando seu pai, diz que chegou a pescar em jangada de piúba:

na jangada de piúba, a gente tava sujeito ao vento, à chuva e ao sol... Hoje nós pescamos numa jangada de tábua mais leve, ou em um barco ou navio. Na hora de passar uma chuva, entra pra dentro da jangada, já é um conforto. Ainda não é favorável, mas é bem diferente do que era antigamente. Minha primeira vez na pesca foi com meu pai, de primeiro não tinha a jangada de tábua, essas lanchas. Antes era a jangada de piúba, a madeira vinha de Belém. Tem ainda um carpinteiro, um rapaz, que aprendeu com o pai dele e sabe fazer as jangadas de piúba, mas a madeira é dura, os paus muito grande, ninguém pesca mais nessas jangadas, eu aprendi a pescar na jangada de piúba [...] (Informação gravada em 14/10/2010).

O Ibama descreve a embarcação cuja produção também é artesanal. Sabe-se que em quase todas as praias do litoral cearense há um carpinteiro artesanal. No Barracão existem vários pescadores que são responsáveis pelo reparo das embarcações. E em Fortaleza existem alguns poucos carpinteiros navais. Essa é uma das atividades ou funções dentro da classificação que existe na pesca artesanal.

Pedro Oliveira, pescador de 53 anos, explicou com detalhes a hierarquia e divisão do “poder de mando” existente na pesca, e que se reflete na localização do

tripulante no espaço da jangada, na determinação do local da pesca e na divisão do pescado. O pescador nomeia as funções dos trabalhadores da pesca artesanal, inserindo-os no meio de produção, a jangada:

O mestre é quem governa a embarcação, é o **mestre**, ele se coloca no banco do governo e também escolhe o pesqueiro, se a pescaria for boa ou ruim isso deveu-se ao mestre; tem o **proeiro**, que é o homem que molha a vela da embarcação no caminho pro pesqueiro, e que solta a poita (âncora), tira a água que entra na embarcação, ele também tem a função de colocar o peixe no gelo; na volta do pesqueiro o **repique** é o homem que puxa a poita e molha a vela na volta e tem o **bico de proa** que é o cozinheiro e que puxa a rede e tem ainda um porém, nas pescarias de dormida tem o **pescador de cinco** que faz o peso pro barco não virar, ele também e ajuda os outros pescadores durante a pesca (Informação gravada em 25/04/2012).

3.1 A jangada, a jornada e os riscos

As embarcações que operam na costa do Ceará permanecem no mar pelo período de um dia, em pescaria de “ir e vir”, realizadas em jangadas a vela, cuja tripulação parte nas primeiras horas da manhã, e retorna ao final da tarde. Na pescaria de “dormida”, são utilizados barcos a motor, e a duração da jornada é de, no mínimo, 24 horas e a duração é de 15 ou 17 dias.

O tempo de permanência de uma embarcação no mar depende de vários fatores, tais como período de safra e entressafra, tipo da embarcação e produtividade da pescaria. No período entressafra, nos meses de outubro e dezembro, segundo informam os pescadores, as pescarias de dormida se tornam mais rentáveis, portanto são mais frequentes. Nos períodos de entressafra, a maioria das pescarias é de “ir e vir”, tendo em vista os baixos índices de

produtividade. As jangadas geralmente navegam em pescas de ida e dormida. Os barcos já navegam em pescaria de dormida.



Imagem 7: Embarque, fotografia de Alex Hermes

Os saberes da pesca artesanal são transmitidos por gerações de pescadores, como o Mestre Antônio Silvério, 55 anos, que aprendeu a pescar na jangada de piúba, e sempre acompanhou seu pai, já falecido, em suas jornadas na pesca de ir e vir. Hoje, no entanto, ele só pesca apenas “de dormida”. Não existe hora vaga na pesca, alerta o pescador, que também diz que é consenso entre os pescadores do Mucuripe que o melhor turno para o trabalho é a noite. Sobre a pescaria, informa que o mestre é responsável pela pescaria no seguinte sentido: ele é quem aluga o barco, forma a equipe, compra os equipamentos de pesca – as iscas e os anzóis e a alimentação da tripulação. O pescador compara o barco a uma casa: “[...] no barco é como se tivesse numa casa, a gente faz a comida, faz café, no

barco a motor, tem o domínio, é mais fácil, já na jangada o trabalho é mais difícil, mais duro” (Informação gravada em 30/07/2010).



Imagem 8: Balsa, fotografia de Celso Oliveira

Mesmo com a segurança do barco a motor, os pescadores, de modo geral, afirmam que a jornada de trabalho no mar é sempre um risco. É um trabalho de grande responsabilidade, pois a vida de cada um está envolvida. Agosto e setembro, por exemplo, são meses de fortes ventos.

[...] a gente sabe que tem a saída pro mar, não sabe se tem a volta. Quando venta forte, não tem cabelo pra se segurar, só Deus pra ir e voltar. Lá não temos médico, não temos segurança de nada, a gente só se orienta pelo céu, pelas estrelas, não tem computador a bordo, é Deus que nos protege. O pescador desafia o mar, então a natureza se revolta com o pescador e sua tripulação, então pode acontecer um acidente. Eu tenho

amigos que foram e não voltou. Eu já vi uma jangada sair com cinco homem e não regressar, eles foram e não voltou um pra contar a história. Outro perigo que faz medo no mar é o navio, pois é uma embarcação grande e pode atropelar a gente, não tem como desviar, e a tendência é atropelar (Informação gravada em 30/07/2010).

O pescador busca o controle dos ventos, que são os maiores amigos e também os maiores inimigos da pesca. “O vento é o ar que respiramos, ele movimenta o barco, ele leva e traz a gente no mar. Quando entramos, se o vento tiver parado, temos que usar o remo”. Sebastião da Silva Ramos, 79 anos, explica em detalhes o processo de embarque de uma embarcação na pescaria de ir e vir:

Para sair da terra, a gente tem que ir preparado, a comida, o suprimento, água, gelo, roupa, para a gente se aquecer no frio, pois no mar faz frio, à noite, e sair bem organizado não vale a pena, não pode suportar o sol forte e o frio. A gente escolhe um pesqueiro de quatro, três, duas horas de viagem pra dentro, e se passar umas seis horas pescando e o mar não tá pra peixe, então a gente tem que ir pra outro local. Aquele ponto de pesca não tá dando, nos dirigimos pra outro. Entrar no mar e pescar, jogar a linha e o peixe morder a isca, né assim não. Às vezes o peixe não tá mordendo. A gente vê o peixe, mas às vezes o peixe não quer comer. Assim seria muito fácil, pegar o peixe só arriando a linha (Informação gravada em 23/04/2010).

A localização dos pontos da pesca é espelhada a partir da geomorfologia do estado. Informam os pescadores que, em um passado recente, os morros e os serrotes funcionavam como farol para a navegação, como explica Sebastião:

Tem que fazer a marcação no olho pela natureza. Tem a Serra do Maranguape, se eu faço o caminho pela serra de Pacatuba é outra marcação. A marcação pela natureza só é possível se o céu estiver limpo, não tiver nublado ou chovendo, aí fica mais difícil. Você tem que ver tudo. Os prédios atrapalham a marcação com o olho (Informação gravada em 23/04/2010).

Sebastião da Silva Ramos é hoje um pescador aposentado; no entanto, diz que não lembra de sua vida sem a pesca:

[...] eu passava muitos dias fora de casa, pescava de dormida. Na minha casa a minha esposa procurou a seguir o que eu orientava, meus filhos começaram a estudar cedo, então só chegavam em casa na parte da noite, então eu estimei eles a seguirem uma carreira, para quando chegarem na idade que eu estava, não tá precisando de ninguém e construir uma família pro futuro, eu nunca em momento algum eu quis desistir da pesca, eu não tenho nada a me queixar da pesca. Porque eu tenho muito é que dizer a vocês que sou pescador com orgulho. Isso aí eu lhe digo com toda garantia. A pesca é fundamental para a vida, eu comecei a pescar há mais de 40 anos (Informação gravada em 23/04/2010).

O pescador informa também que viveu a experiência da navegação na jangada de piúba, ao comparar a jangada de tábua e os barcos a motor, concluiu que “era uma vida que o pescador não tinha conforto”:

Eu cheguei a pescar em jangada de piúba, a gente tava sujeito ao vento e à chuva e ao sol. Hoje, quando pescamos numa jangada dessa, de tábua ou num barco ou num navio, quando vem a chuva, entra pra dentro da jangada, é um conforto em comparação à jangada de piúba (Informação gravada em 23/04/2010).

De forma didática, descreve os instrumentos de orientação da navegação artesanal, e ressalta que, em tempos atrás, “o pescador como eu ia pro mar e se orientava pelos morros, pelas serras, pelo farol ou prédio”. De modo didático, Sebastião explica o que os pescadores nomeiam de “marcação”:

é o caminho do ponto da pesca, que pode seguir um caminho, guiado pela ponta da vela. Hoje os montes, serras e serrotes que existia e era como referência para a morada do peixe está acabando. Todas essas pescaria

artesanal, mesmo hoje, quase não existe mais. Hoje a pescaria ao redor de 18 ou 20 milhas está fraca, era onde a gente ia antigamente, a pesca predatória acabou com a moradia da lagosta, a moradia do peixe. Eles saem pro alto-mar, estão pescando, e de repente os caras chegam naquela área, eles pedem pra eles saírem pois estão pescando naquela área, daí os pescadores são ameaçados por esse pessoal, inclusive com arma de fogo. Já recebi reclamações de vários pescadores, desse pessoal que faz da pesca de mergulho o seu meio de vida. Eles ameaçam os pescadores de jangada. Vivi e sou feliz na pesca, graças a Deus! Todas as esposas dos pescadores sabem que a gente sai pra aquele mar ali, a gente sai na intenção de voltar. Que tem ida e volta (Informação gravada em 23/04 / 2010).

O pescador é testemunha da devastação, em sentido amplo, da morada do peixe, ocorrida a partir dos usos de equipamentos como a rede e a caçoeira.

Hoje tão querendo consertar e eu tô achando tarde, muito tarde. Eles têm o instrumento muito conhecido, o GPS. Ele localiza o lugar da pescaria, um rumo certo, alocas de 40 milhas, esse é um aparelho muito usado hoje. Ele leva pro rumo certo. Eles chegam lá e pesca, ancoram, mas nem toda vida tem o peixe. Não é toda pescaria que tem o peixe. Não sei se vida melhorou em benefício de produção com o GPS. Conheço quem se deu bem na pesca artesanal. O mar tanto dá como tira. É quando a navegação começa a dar problema, os prejuízos da embarcação se refere ao dono da embarcação, e aí quando entra, se ele não souber aplicar, vai ter gastar o que não tem na embarcação, aí começa a vir os prejuízo, aí ele quando volta para o mar daí o mar não devolve mais aquilo que tinha ganhado anteriormente (Informação gravada em 23/04/2010).

Importante assinalar que, de modo generalizado, os pescadores artesanais informam que existe um grande problema na produção artesanal da pesca marítima:

[...] toda a vida o nosso setor pesqueiro teve problema. O meu pai foi pescador, e eu cansei de ouvir quando era criança, cansei de ver ele chegar sem nada, tinha dia que ia pro mar e não pescava nada. Pescador é como o sertanejo, quando tem chuva ele produz, quando tem seca ele não

produz. Tem que ser o inverno favorável a plantação. O mesmo acontece no setor pesqueiro, a dificuldade de hoje é que o setor cresceu e o incentivo pro setor cresceu. A maior dificuldade é a pirataria em alto-mar, ela é constante em alto-mar, chamada pesca predatória, e isso tá abalando a vida dos pescadores, originais, que são os pescadores artesanais que pescam em jangada (Informação gravada em 23/04/2010).

Pescadores mais velhos ainda utilizam o modo de espelhamento para navegar com a jangada. Já os pescadores mais jovens fazem usos do GPS. Informa o pescador que “o GPS ajuda na navegação, marcando o ponto da pesca, a qualquer hora do dia e da noite, e marca qualquer hora do dia ou da noite. Debaixo de chuva e em dia de sol. O aparelho mostra onde está o pesqueiro, com precisão” (Informação gravada em 23/04/2010).

A pescaria mais próxima dura cerca de uma hora pra chegar lá, com o vento bom é uns 40 minutos. A pesca de dormida tem que levar uma caixa grande com todo o suprimento, farinha, macarrão, óleo pra fritar o peixe.

O peixe dá mais à noite, informam os pescadores. Nesse turno, assinalam também que se escuta mais claramente o som do mar. O pescador Pedro Oliveira explica que,

Quando tem vento escutamos claramente o som do mar, parece umas varas chiando, quando tem o vento... Quando não tem vento é aquela tranquilidade, aquela paz. Quando tem vento, a gente escuta aquelas ondas quebrando, e pode causar medo. O mar é uma coisa grandiosa, só entrando pra ver, essa imensidão... sol, céu e mar (Informação gravada em 25/04/2012).

Os pescadores artesanais têm grande respeito pelo mar. Por retirarem do mar a sobrevivência, essa grandiosa e generosa natureza merece toda a deferência. Assim expressa o pescador:

Eu respeito tudo isso, a gente se apaixona pelo mar, pela pesca. Estamos aqui numa calmaria, parece uma lagoa, não tem quase vento... eu entro na minha jangada e eu tenho que respeitar, eu preciso desse vento, eu preciso dessa alga para poder tirar dele o meu sustento. Por isso que eu respeito. Não podemos praguejar o mar. Eu entro nele e respeito. Se for contra ele, e praguejar o vento forte, a natureza se revolta, quem desafia a natureza o destino é morrer, tá desafiando o sagrado, tá querendo ser um herói e enfrentar a força da natureza (Informação gravada em 25/04/2012).

Pedro Oliveira é um dos mais jovens entre os pescadores do Mucuripe. Informa que deixou de estudar para viver da pesca artesanal, e que trabalha com responsabilidade, pois respeita a natureza e sabe de seus limites.

Dizem que sou novo e tenho coragem, sou destemido. Não é coragem, é a força da responsabilidade nesse trabalho que não é fácil. Mas tenho medo. Se a gente não tiver medo, vai se afoitar se não tiver o medo, o medo dá responsabilidade. Se vem uma onda grande que tá vindo contra mim, eu tenho que parar e esperar ela passar, se eu for de encontro a ela, me afoitar com toda a... eu ia numa jangada e tive um medo muito. Vinha uma onda grande, eu deixei ela passar, o vento estava forte, e eu não consegui tirar o vento de minha vela, a embarcação se bateu com as ondas, quase virava. Os pescadores meus companheiros faziam a sua parte e as ondas aumentavam, eu não estava só, mas estava no comando da jangada. Então decido ir mais devagar, não precisa correr, um pau desse aqui é muito é pesado, com responsabilidade não vai acontecer nada. Velocidade que tô, com o vento, vou arriscar minha jangada, com meus companheiros, corre o risco de virar, de balançar forte e bater com a cabeça em um mastro, desmaiar, cair no mar... Mestre que tem responsabilidade tem esse medo, todo mundo tem que ter medo, ele não pode se arriscar (Informação gravada em 25/04/2012).

O pescador narra uma situação de risco que passou em alto-mar, contou que estava um dia de muito vento quando era pequeno, e que estava com outro mestre.

O mar é quase uma terra firme para a gente que tem o costume de navegar. A primeira vez no mar é como estar aprendendo a andar, a gente cai muito, a jangada balança e a gente balança junto. Agora a gente aprende a ficar em pé e se equilibrar. Aqui a gente vai por causa da luta, a gente tem que entrar dia a dia pra pescar, e tem que se sujeitar a entrar, e lá tem que enfrentar a pesca (Informação gravada em 25/04/2012).

A proteção da pele é a roupa mesmo, informa o pescador. Uma roupa de manga comprida, um boné para enfrentar o sol e proteger o pescoço de manga comprida. Antigamente o pescador tinha sua calça de pescador e uma camisa de manga comprida, de linho, tingidas com a tinta da entrecasca do cajueiro, e o chapéu de palha pintado de tinta branca, para fechar os poros da palha e o pescador poder levar para o mar, dentro do chapéu ia a caixa de fósforos e o cigarro. Hoje o pescador pesca de boné, camisa, bermuda, uma roupa de qualquer pessoa comum.

Você sabe que o pescador é pescador quando vem aqui, encontra um deles, aperta a mão do pescador e sente que ela é áspera, dura de puxar a corda, de puxar a âncora, daí que engrossa a mão, de também de tanto enfrentar o sol, daí que temos que pescar com essas roupas mesmo, não usamos protetor pra botar no corpo (Informação gravada em 25/04/2012)

Os pescadores artesanais, de modo geral, mantêm conhecimentos dos instrumentos da pesca, dos locais da pesca – chamados de “morada dos peixes” ou pesqueiros – e a partir das localidades da carta marítima que por eles é desenhada para navegar. Nessa perspectiva, informa Ramalho (2011, p. 322), é possível observar habilidades oriundas da educação dos sentidos humanos.

Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber

intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor. Na realidade, tais saberes celebram aproximações e são indissolúveis. Isso tudo ganha mais força pelo fato de ser o pescador uma espécie de artífice, um artesão do mundo aquático. O corpo é o território sobre o qual ele se torna pescador, sendo inescapável aos homens que voltam seu trabalho para o setor pesqueiro.



Imagem 9: Desembarque, fotografia de Celso Oliveira

Para Sebastião Silva Ramos, o mar é como sua casa, pois passa de 10 a 15 dias no mar. Ao descrever essa relação entre navegação e estada no mar, apresenta-o de modo sensível:

O mar é uma coisa grandiosa, só entrando pra ver essa imensidão [...], tirar a sobrevivência dessa natureza não é moleza. Por isso que eu respeito tudo isso. A gente se apaixona pelo mar, pela tranquilidade que o mar traz e se apaixona também pela pesca. Estamos aqui numa calma, em terra firme, e o mar parece uma lagoa, não tem quase vento. Quando entro na

minha jangada eu tenho que respeitar essa natureza, eu preciso desse vento, eu preciso dessa água para poder tirar o meu sustento. Por isso que eu respeito. Não podemos praguejar o mar. Eu entro nele e respeito. Se eu for contra ele e praguejar o vento forte, a natureza se revolta, quem desafia a natureza o destino é morrer, tá desafiando o sagrado, tá querendo ser um herói e enfrentar a força da natureza (Informação gravada em 23/04/2010).

Marx (1987, p. 206) constata que o homem é um ser natural dotado de forças vitais naturais ativas que exercem no homem disposição e capacidade efetivas:

[...] como ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, um ser que padece, condicionado e limitado, tal qual o animal e a planta; isto é, os objetos de seus instintos existem exteriormente, como objetos independentes dele; entretanto, esses objetos são objetos de seu carecimento, objetos essenciais, imprescindíveis para a efetivação e confirmação de suas forças essenciais. Que o homem seja um ser corpóreo, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, sensível, objetivo, significa que tem como objeto de seu ser, de sua exteriorização de vida, objetos efetivos sensíveis, ou que só em objetos reais, sensíveis, pode exteriorizar sua vida.

Compreender a atividade artesanal do pescador do Mucuripe passa pela observação e entendimento de suas práticas no trabalho. Se a técnica é uma questão cultural, tanto o pescador artesanal como o técnico em computação gráfica prescindem da colaboração e contribuição de seus consumidores/usuários, segundo Sennett (2015). Nessa perspectiva, um carpinteiro, ou um pescador artesanal, cria vínculos entre o fazer e o pensar – articula-se, assim, a relação entre a mão e a mente no ato de produzir. Essas características da habilidade artesanal faz do pescador um artífice, presente na sociedade contemporânea, mesmo que em ameaça de sobrevivência.

A jangada, principal meio de produção da pesca artesanal, é um objeto que condensa técnicas de trabalho cuja transmissão (treinamento) é passada por gerações de trabalhadores da pesca. Assim, esse objeto material condensa a dialética da produção. É um modo de produção definido como artesanal, ecologicamente sustentável. A transmissão dos saberes da pesca artesanal ocorre, geralmente, de pai para filhos, e nesse sentido Câmara Cascudo constatou que “todo pescador é filho de pescador”.

O trabalho artesanal da pesca situa-se no sistema econômico capitalista. O modo artesanal da pesca marítima possui as seguintes especificidades: a captura do peixe (produto) sai da natureza praticamente acabado, pronto para comercialização ou consumo. Segundo Pedro Oliveira esclarece, essa etapa da produção é destinada aos pescadores: “[...] é pra nós vender o peixe fresco logo depois de desembarcar, na areia, ou também pra comer, basta retirar vísceras, escamas e fritar, ou cozinhar que já serve de alimento” (Informação gravada em 25/04/2010).

O pescador ressalta orgulhoso que, como a maior parte dos pescadores, também aprendeu o ofício da pesca com seus parentes, “[...] por isso eles ensinam pros filho, como e onde pescar. Ensinam também onde fica a morada do peixe”. Pedro conclui que o pescador tem como capital o saber do trabalho na pesca: “[...] ele fica muito preso a essa função e não sabe fazer outra coisa, só sabe que a pesca é seu meio de trabalho e de vida” (Informação gravada em 25/04/2010).

A pesca artesanal praticada no Nordeste brasileiro é definida por Diegues (1993, p. 10)

[...] como a atividade realizada por pescadores autônomos, só ou em grupos, em que utilizam instrumentos e meios de trabalho relativamente simples, sendo a remuneração feita pelo sistema de divisão por partes, e em que a produção é voltada, prioritariamente, para o Mercado.

Segundo o Ministério do Trabalho, no manual das ocupações dos trabalhadores, o pescador aparece com um código e um nome genérico. Na lida com o mar, o “pescador” tem diversos nomes e especialidades no trabalho: em terra firme ou no mar, eles são pescadores e pescadoras, carpinteiros artesanais navais, marisqueiros e marisqueiras, mestres marcadores, calafates e feitores de vela.

As embarcações são movidas a vento. Navegam em jangadas guiadas pelo pescador que manipula a vela, conforme conhecimento dos ventos e de sua força. “O mestre é quem governa a jangada”, explica o pescador Pedro Oliveira, 53 anos, “o mestre precisa ter conhecimento dos ventos e seus tempos [...], aqui tem o vento Norte, que é o melhor vento para pesca, e tem o vento do Leste, que é mais forte” (Informação gravada em 25/04/2010).

A jangada é meio de transporte e também de produção e, como meio de produção, completa-se com acessórios de pescar: isca, anzol, rede, samburá, o jererê e o homem do mar, que manipula, com sua força de trabalho, os equipamentos.

É interessante ressaltar que, de modo geral, o trabalho da pesca marítima situa-se dentro do sistema econômico capitalista e, apesar do modo artesanal, possui especificidades próprias, como a localização do peixe e forma de captura (produto) – que, basicamente, sai da natureza praticamente acabado, pronto para comercialização ou consumo. Segundo Pedro Oliveira, “[...] podemos vender o peixe fresco logo depois de desembarcar, na areia, ou também pra comer basta retirar vísceras e escamas e fritar, cozer e serve, assim, de alimento” (Informação gravada em 25/04/2010).

Na atividade pesqueira, explica Pedro, as responsabilidades são divididas. O pescador considerado mestre, define o pescador, “é aquele que não só tem mais

conhecimento como também o mestre é quem tem mais responsabilidade e tem o medo, todo mundo tem que ter medo, o pescador não pode se arriscar”. Se existe respeito à natureza, insiste Pedro, “o mar transforma-se em terra firme”, ou seja, adquirir segurança de ir para o mar, pescar e voltar vivo é uma rotina que exige o domínio de técnicas e medidas de proteção. Assim relata o pescador:

O mar para nós é quase uma terra firme porque a gente tem o costume de navegar. A primeira vez no mar, é como estar aprendendo a andar, a gente cai, a jangada balança, a gente balança, depois, com o tempo, aprende a ficar em pé e se equilibrar. A proteção da pele é a roupa mesmo, sempre uso uma roupa de manga comprida, um boné, eu pesco de manga comprida, protege mais... (Informação gravada em 25/04/2010).

Durante a conversa, o pescador silencia e demonstra seu conhecimento da história da pesca artesanal. Reportando-se a fatos passados, descreve a vestimenta típica dos pescadores, que ele não usou mas que faz parte da história de sua família:

[...] antigamente, quando pescava na jangada de piúba e usava sua roupa de pescador, sua calça comprida e camisa de manga longa de algodão, a roupa era tingida com a tinta do cajueiro, o chapéu era de palha, era grande, redondo, e tinha o elástico para não voar para segurar no mar, dentro do chapéu ia a caixa de fósforos e o cigarro. O fósforo tinha a função de acender o cigarro e o fogo para torrar o peixe, na pesca de dormida. Hoje o pescador pesca de boné, camisa, bermuda, uma pessoa comum. Você sabe que o pescador é pescador quando vem aqui, encontra aqui. A mão do pescador é dura, dura de puxar a corda, de puxar a âncora, daí que engrossa a mão, de enfrentar o sol, daí que temos que pescar com essas roupas mesmo, não usamos protetor pra botar no corpo (Informação gravada em 25/04/2010).

Da experiência dos pescadores é possível identificar características específicas da pesca artesanal marítima. De modo geral, elas são definidas a partir

das práticas dos pescadores. É possível, portanto, identificar as seguintes: as embarcações, meio de produção tipicamente artesanal, não utilizando qualquer maquinaria industrial, são movidas a vento, rústicas jangadas guiadas pelo pescador que manipula a vela, conforme conhecimento dos ventos e de sua força; o mestre é quem governa a jangada; a embarcação é meio de produção completo com acessórios de pescar: isca, anzol, rede, samburá, o jererê e o homem do mar, que manipula, com sua força de trabalho, os equipamentos; a tripulação varia de um a oito homens, no desempenho de funções diversas durante a viagem; o mestre representa autoridade máxima, fazendo as vezes do proprietário, é quem governa a embarcação, escolhe o local da pesca e se responsabiliza pelo êxito ou fracasso da jornada; em companhia do mestre, destacam-se as seguintes funções e respectivas tarefas: (a) proeiro – molha a vela da embarcação na ida para o pesqueiro, solta a poita (âncora) e retira água do interior da embarcação, sendo também responsável pela colocação do peixe no gelo; (b) bico de proa – cozinha, puxa a rede; (c) repique – puxa a poita, molha a vela na volta; e (d) pescador de cinco – na pescaria de dormida tem o papel de fazer peso na embarcação para que ela não vire e ajuda os demais pescadores. Em determinadas embarcações, excetuando o comando que é sempre do mestre, as tarefas são executadas pelos pescadores, indistintamente.

O pescador Pedro Oliveira assegura que a jangada é uma embarcação segura, não tem como afundar, pois “essa madeira é leve e é própria para esse tipo de embarcação. Ela suporta o mar e o vento”. O pescador é um dos que, quando fala da atividade da pesca, com empolgação, brilho e alegria no olhar:

Veja, estou em cima da água, na jangada. Sem o mar, não tinha sentido eu ter essa embarcação. O vento é o ar que respiramos, ela movimenta o barco, ele leva e traz a gente no mar. Quando entramos, se o vento tiver

parado, temos que usar o remo, daí, fica mais difícil, fica pesado (Informação gravada em 25/04/2010).



Imagem 10: Jangadas desarmadas, fotografia de Simone Lima

O pescador desconstrói a jangada explicando suas peças, de modo didático:

Aqui é a proa, esse é o mastro da vela, o banco da vela, aqui os cabrestos que segura toda a força do vento que bate no pano da vela. Essa aqui é a tranca que abre o pano da vela, e aqui a bolina que é a quilha da jangada. Essa tábuja ajuda na navegação, é o freio que estabiliza a jangadas, o mastro é uma das peças fundamentais pois sua alavanca serve pra girar, que gira a vela em torno de seu eixo, já o leme dirige a jangada. O espeque é onde deita a vela, quando a gente ancora em alto-mar deita a vela. Aqui é o banco do mestre, o banco de governo, o mestre governa a embarcação. Cana de leme que trabalha com o leme e aqui é a escota... Cana de leme que trabalha com o leme, aqui é a escota que essa corda manobra vela pra pegar vento, se chama calcador, para pegar vento. O casco, estamos sobre ele e aqui é local onde entramos pra dormir, tem a boca do casco, cabe até

quatro homens aqui, cama, onde a gente entra pra dormir, estamos sobre ele. Ali dentro fica também a âncora, para estacionar a jangada (Informação gravada em 25/04/2010).

O pescador artesanal faz particular apropriação. Para ele, o mar é uma extensão da terra, o que é percebido no cotidiano da atividade laboral da pesca, no seu pragmatismo. Para localização do pesqueiro, ele observa e tem como referência para navegar os espaços naturais e espaços construídos e cria suas referências, faz uso delas para manipular objetos que auxiliam na pesca, estabelecendo técnicas para a atividade laboral e resultados. Ramalho (2011, p. 316), em artigo sobre o trabalho e os sentidos dos pescadores artesanais, afirma que

Há uma complexa educação corporal no mundo do trabalho da pesca artesanal, que explicita um particular modo de vida, momentos de aprendizagem pesqueira e, portanto, de fazer-se pescador através da ampliação e agudeza de um saber sensível, de uma estética pesqueira, cujo contato direto com a natureza aquática exige isso enquanto condição insuprimível do viver nas (e das) águas.

[...]

O saber-fazer pescador artesanal liga-se à edificação de conhecimentos náuticos e pesqueiros, bem como à educação dos sentidos humanos. Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele – saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor. Na realidade, tais saberes celebram aproximações e são indissolúveis.

O pescador artesanal do Mucuripe, de modo geral, não tem formação escolar completa ou é analfabeto funcional. Ele possui um microsistema de produção, em que objetos e técnicas, utilizadas no manuseio da pesca, foram construídos por gerações de familiares pescadores. Herdam, assim, equipamentos, técnicas de

construção naval e técnicas para navegação na captura do pescado e também visões do modo artesanal de pescar. Das falas dos pescadores se despreendem especificidades do modo artesanal de captura do pescado. A atividade da pesca artesanal é realizada em determinados tempos, esclarece Pedro Oliveira:

[...] nos meses de outubro e dezembro, o que é bom pra pesca de dormida e dá mais lucro é o período de safra, pois a produção do peixe é maior, assim não tem a dificuldade de pescar o peixe, como nos outros meses, é a época do defeso da lagosta, nos meses de dezembro a maio (Informação gravada em 25/04/2010).

Ramalho fala da disposição e força física do pescador e ressalta que

O corpo do pescador é lapidado e construído no fazer da cultura humana marítima, na busca do dever-se, no fazer-se artista da pesca artesanal e no fugir da sujeição. No mundo da pescaria, o verbo faz-se carne, a abstração concretiza-se e, então, o mais jovem tenta tornar-se pescador feito, um artista do mar, fazendo-se no ato do fazer (2011, p. 329).

O pescador Manoel Raimundo Santos, 76 anos, especializado em pesca de lagosta e peixe, diz que “pegava a lagosta de manzuá, e o peixe de anzol, a gente botava de manhã o jererê e pegada em torno de 10 surrão de lagosta”. Para ele, hoje não tem mais tanto peixe como antigamente, pois a pesca de rede e o mergulhador são os responsáveis pela escassez, e explica as razões:

[...] a rede arranca as pedras, local onde ficam as lagostas, o mergulhador acaba com a pesca e cada vez vai diminuir a lagosta, que tem o tamanho certo para pescar. As embarcações estão paradas aí no defeso, e quando vão é prejuízo na certa, pois a lagosta está pouca (Informação gravada em 12/07/2010).

Vicente Pereira assegura que, na jangada de hoje, “é mais fácil aprender a pescar e a navegação tem mais potência, é mais fácil que antigamente, pois a

jangada de piúba era mais difícil, com a piúba não era bem seguro”. O pescador diz que fartura de peixe era grande,

Tinha muito peixe, só não corria era dinheiro, se você trazia muito peixe e não vendia no mercado, ia pro criolino e era pego pelo rapa, que levava e botava no criolino, naquele tempo não tinha gelo, existia sal que não era fácil comprar, nem era vendido como hoje, tinha que ir pegar lá no Cocó, e era vendido na pedra, uma pedra de sal deste tamanho, que tinha que quebrar para poder fazer o sal (Informação gravada em 20/08/2010).

Ramalho (2011, p. 315) esclarece que os trabalhadores do mar passam essencialmente por uma construção e educação do saber sensível e que, ao passar dos anos, vêm refinando os sentidos no desenvolvimento do trabalho no mar e demais atividades que envolvam a pesca, nas águas dos rios, estuários: “O sentir dos sentidos é a base da objetivação das capacidades cognitivas daqueles que pescam, seu chão construtor e lapidador do saber-fazer pesqueiro, e também do sentimento e prática de liberdade que os pescadores afirmam ter”.

Para dominar as técnicas e especialidades da pesca marítima, os pescadores passam por um aprendizado. Segundo ainda Ramalho (2011, p. 316),

Há uma complexa educação corporal no mundo do trabalho da pesca artesanal, que explica um particular modo de vida, momentos de aprendizagem pesqueira e, portanto, de fazer-se pescador através da ampliação e agudeza de um saber sensível, de uma estética pesqueira cujo contato direto com a natureza aquática exige isso enquanto condição insuprimível do viver nas (e das) águas.

Como já assinalado, o pescador passa por um aprendizado familiar: geralmente o pai ensina o filho. Em um passado recente, dez anos atrás, um menino entre 10 e 14 anos, menor de idade, embarcava para “aprender o ofício da pesca”, diz Antônio Silvério, 62 anos. O fato ocorria em qualquer colônia de

pescadores. Embarcar numa jangada era um rito de passagem da infância para adolescência, tornava-se aprendiz de pescador com seus pais, e logo se transformava em pescador.

No Mucuripe, observa-se que crianças e jovens se integram ao cotidiano da atividade da pesca, fazem alguma tarefa, adentram o mar, nadam e auxiliam no embarque e desembarque de jangadas: parece que praticam uma vocação herdada de seus parentes. Quase todos os pescadores do Mucuripe são filhos ou parentes de pescadores. A pesca artesanal é caracterizada principalmente pela mão de obra familiar, com embarcações de pequeno porte, cuja área de atuação está na proximidade da costa e nos rios e lagos, e os equipamentos variam de acordo com a espécie a se captura.

Uma das características dos pescadores do Mucuripe é que eles utilizam transportes, ferramentas e estratégias de captura do pescado, o anzol para o peixe, a armadilha para a lagosta, bem como o respeito à época de sua reprodução (defeso da lagosta). Esses são exemplos das práticas sustentáveis que caracterizam a pesca artesanal.

O pescador, ressalta Pedro Oliveira, que, ao entrar no mar, vai cheio de dúvidas, antes indaga a si mesmo: “pra onde eu vou hoje?” e, para os companheiros, “qual a maré boa pra peixe?”. A partir dos questionamentos, observa a força dos ventos e da maré, entram em acordo e embarcam.

Um pesqueiro bom pode ser de quatro, três ou duas horas de viagem pra dentro, a gente sai cedo daqui, a gente sai com o sol e, se passar umas seis horas pescando e se o mar não tá pra peixe, então a gente tem que ir pra outro local. Pensa que é só entrar no mar e pescar, jogar a linha e o peixe morder a isca, né assim não. Às vezes o peixe não tá mordendo, a gente vê o peixe, mas às vezes o peixe não quer comer. Assim seria muito fácil, pegar o peixe só arriando a linha! E depois de chegar no ponto da

pesca, e pescar até umas 11 horas, daí vai botar a comida no fogo, cada um trata do seu, um peixe, dois ou três, conforme o estômago aguenta. A gente pega o peixe, mata na hora, prepara e come. Pro preparo leva a verdura, tudo que tem na casa leva, a cebola, o colorau, o tomate, o pimentão, o macarrão, arroz, feijão, a farinha, o açúcar, café (Informação gravada em 25/04/2010).

A quantidade de integrantes numa pescaria depende da embarcação, que pode ser numa jangada que vai até cinco homens – mas, se for ou num barco maior, pode ir até a oito homens.

A pesca de dormida é realizada em barco a motor. O Mestre Antônio Silvério, 62 anos, aprendeu a pescar com seu pai, numa jangada, mas hoje pesca de dormida. A jornada dura de 15 a 17 dias no mar. “É preciso embarcar para suportar o sol forte e o frio, é preciso levar alimento, água, gelo, roupa, para a gente se aquecer no frio, pois no mar faz frio à noite, e sair bem organizado”. É necessário levar uma caixa grande com panelas e todo o suprimento: farinha, macarrão, óleo para fritar o peixe, mas também as ferramentas da jornada de trabalho. Conclui Silvério: “o manzuá para pescar a lagosta, o anzol e a linha para fazer o espinel, que suporta entre 1.200 a 1300 anzóis” (Informação gravada em 25/05/2012).

Para o pescador, o peixe tem vontade própria, “na pescaria de dormida dá mais peixe, e dá mais de noite”. O fato aludido por Antonio Silvério é também ressaltado na fala de outros pescadores. Existe uma sabedoria advinda da trilha da pesca, isso faz com que o pescador compreenda a lógica do cardume.

Existem aspectos particulares na relação do pescador artesanal com a natureza. De modo geral, o pescador tem absorvido toda a cartografia do mar que, de certo modo, reproduz o mapa da terra, cartografia criada pelas navegações, pragmática. Assim, o mapa do mar contém rotas de navegação até o pesqueiro ou ponto de pesca e rota dos pontos da pesca para volta à terra firme.

Sebastião Pereira explica como está dividido o mar onde pescam (pontos de pesca):

Tem o Mar do Mucuripe, o Mar do Meio e o Mar do Picu (o Mar do Meio fica entre o Mar do Mucuripe e o Mar do Picu; o Mar do Picu já fica em Aquiraz); tem o Mar do Caldeirão – esse mar tem muitos buracos e quem conseguir passar pelos buracos tem a segurança de uma boa pescaria; o Mar do Bornoite e o Mar das 33 – esse é um batismo muito antigo, explica André, e significa que são 33 braças de fundo; tem o Mar da Cidade – que já é limite com Cumbuco (Informação gravada em 14/10/2010).

O caminho da navegação até os pesqueiros, conhecidos territórios demarcados, é localizado pelo mestre, que geralmente é o pescador mais velho e detém conhecimentos práticos e referenciais da terra firme, dos território nomeados e visíveis a partir do mar. Para navegar até pesqueiros mais distantes, o pescador usa conhecimentos básicos de astronomia e referências biológicas, como a coloração da água, que indica a presença de espécies forrageiras, o que significa, segundo Manoel, que, “se naquele local tem muita de sardinha isso quer dizer que vamo encontrar peixe grande, como a cavala e a serra, que costuma comer a sardinha” (Informação gravada em 12/07/2010).

Após localizar o ponto da pesca, o pescador lança a “sassanga”, acessório que permite calcular a profundidade e o tipo de fundo do pesqueiro. A partir dessas características, o pescador decide o equipamento da pesca que vai utilizar. Segundo Manoel, para os pescadores do Mucuripe o melhor local para pescar é o lugar que tenha entre 26 e 28 braças de profundidade, e de preferência que existam pedras, pois ali se escondem os peixes.

Cascudo (1957) assinala que o conhecimento empírico e pragmático do pescador faz dele um navegador atento às referências do litoral. Sua navegação é observada pela marcação de pontos de costa, determinada em função do rumo e do

caminho andado. Assim, os caminhos do peixe são demarcados pelo pescador, em alto-mar. Os locais da pesca, chamados de pesqueiros, são marcados, como se ferram o gado, em terra, ou objetos de propriedade pessoal.

Da Avenida Beira-Mar, na rota até o ponto da pesca (pesqueiro), o mestre reproduz, como espelho, a paisagem urbana que, ao desaparecer dos prédios, seguirá a topografia da paisagem natural. Assim, tudo o que a visão pode alcançar dos edifícios “até quando o mar engolir a cidade e daí pra frente as serras vão nos guiar”. A Serra de Pacatuba, a Serra de Maranguape e a Serrinha transformam-se nas referências de navegação. De modo geral, na ida e no retorno, o pescador se orienta pelas serras e serrotes mais próximas, mais visíveis, portanto.

O pescador Pedro Oliveira afirma que “antigamente os morros e os serrotes serviam para localizar a gente”, e que o pescador faz a marcação no olho, pela natureza e pelos objetos, por exemplo, a Serra do Maranguape, o Farol Novo:

tem o caminho pela serra de Pacatuba, que é outra marcação, [...] a marcação pela natureza só é possível se o céu estiver limpo, não tiver nublado ou chovendo, você tem que ver tudo. Os prédios atrapalham a marcação com o olho. Já o GPS ajuda e marca a qualquer hora do dia ou da noite, debaixo de chuva, e o aparelho te mostra onde está o pesqueiro, com precisão (Informação gravada em 25/04/2010).

O Mestre Antônio Silvério pesca de dormida em barco a motor que comporta até cinco tripulantes. O barco é alugado e a pesca praticada é de manzuá e espinhel. Utiliza o GPS e Sonda, ou seja, sabe localizar o pesqueiro e saber sua profundidade. O mestre e sua embarcação tem autorização para navegar em mar aberto: isso quer dizer que pode adentrar em qualquer mar dos estados do Brasil.

O experiente mestre explica, de modo didático, os custos da pesca de dormida. Geralmente o pescador mestre não é dono do barco, ele aluga para

navegar entre 10-15 dias. O barco a motor é movido a óleo e, para uma jornada de 15 dias, consome em torno de 900 litros de óleo; soma-se ao aluguel para 15 dias, em torno de R\$ 1.500,00. Nessa conta, somam-se a alimentação da tripulação e a despesagem.

O pescador que utiliza o barco de dormida, como também o pescador de ida e vinda, guarda e preserva o ambiente marítimo. Quando o pescador diz que a maior ameaça para ele é a pesca predatória, “o clandestino” que pesca em barco motorizado e entra à noite no mar, ele se refere ao modo de pescar e equipamentos utilizados e anonimato “desses pescadores”.

A pesca predatória, diz Pedro, “destrói a morada do peixe”. O pescador admite a facilidade de uso do GPS e da Sonda, mas lamenta ao relacionar o uso das tecnologias na pesca predatória que utiliza novidades, como “cacoeira” e “rede”, material que “acabou com a moradia da lagosta e a moradia do peixe” (Informação gravada em 25/04/2010).

A principal dificuldade da pesca artesanal, informam os pescadores, é a pirataria em alto-mar. Conforme Possidônio, existe pirataria constante, em alto-mar, feita pelo “clandestino”. É chamada pesca predatória, e isso “tá abalando a vida dos pescadores, verdadeiramente originais, que são os pescadores artesanais, pescadores de jangada”. Eles saem pro alto-mar, “quando estão pescando, os caras chegam naquela área e arrastam tudo com o compressor”. Possidônio conclui:

[...] os pescadores pedem pra eles saírem pois estão pescando naquela área, mas eles são ameaçados por esse pessoal, inclusive com arma de fogo. Eles vão pra onde estão os pescadores porque eles têm os equipamentos, eles não sabem onde ficam os pesqueiros, vão atrás do ponto da pesca dos pescadores, depois marcam no GPS e aí acabou. Já recebi várias reclamações de pescadores, desse pessoal que faz da pesca

de mergulho o seu meio de vida. Eles ameaçam os pescadores de jangada (Informação gravada em 17/11/2010).

Vicente Pereira diz que, em passado recente, “de dez anos pra hoje”, passava dias e noites no mar, e trazia muito peixe, em fartura. Trazia um saco de farinha cheio de peixe. Mas agora não tem muito peixe, e às vezes o pescador passa três dias e volta com quase nada, “é porque não tem”, e diz que redes e o mergulhador que pesca com aspensor que não somente mata o peixe, como

mata o cascai, arranca pedras, que é o lugar do peixe ficar, arrancou aquelas pedras ela não volta, aboia e só volta pro fundo se pegar água, ela fica ao léu, e quando volta não é pro mesmo lugar, a cacoeira arranca o cascai e a tendência é se acabar tudo. Pra quem começa agora na pesca, tá ruim. Eu pesquei durante 30 anos, pescava lagosta e peixe, o peixe era de anzol e pegava a lagosta de manzuá, a gente botava de manhã e pegava 10 surrão de lagosta. O mergulhador acaba com a pesca e cada vez vai diminuir a lagosta, que tem o tamanho certo para pescar (Informação gravada em 20/08/2005).

O pescador artesanal do Mucuripe tem sua atividade condicionada ao ambiente natural e, dessa forma, imprime à atividade pesqueira um nobre labor, se avaliarmos o caráter sustentável da pesca marítima praticada nos moldes da artesanaria dos trabalhadores da pesca do Mucuripe. As formas de trabalhar consolidam um modo artesanal da pesca marítima, como a hierarquia do trabalho, presente numa jornada de trabalho: o trabalho na jangada, e se define a partir da experiência no trabalho. Nessa perspectiva, a hierarquia é definida nos postos da navegação. A jangada, soberba, acolhe uma hierarquia, se define e define o quanto de peixe vai pra cada homem que participou da pescaria.

Ramalho (2011, p. 317) conclui que

[...] o saber-fazer pescador artesanal liga-se à edificação de conhecimentos náuticos e pesqueiros, bem como à educação dos sentidos humanos. Fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento de autocriação. O refinamento cognitivo conecta-se ao próprio refinamento sensitivo, e este àquele – saber sensível que é, ao mesmo tempo, saber intelectual, imaginativo, embora singularidades entre eles sobrevivam sem se opor. Na realidade, tais saberes celebram aproximações e são indissolúveis.

A atividade artesanal da pesca no Mucuripe nos alerta sobre a possibilidade de sua extinção. Os pescadores, de modo geral, evidenciam esse fato e em suas falas consideram-se derrotados diante do inimigo industrial.



Imagem 11: Pescadores, fotografia de Alex Hermes

4 DA PRAIA DO PEIXE PARA O MUCURIBE: OS PESCADORES E SEUS TERRITÓRIOS NA CIDADE

A Praia de Iracema é um bairro da cidade de Fortaleza, situado à beira do mar, que nasce com o nome de Praia do Peixe. O desenho da ocupação da cidade, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, evidencia o desprezo de seus moradores pelo mar – e, como já constatado pela historiografia, a cidade nasce de costas para a orla marítima. Nesse contexto, a Praia do Peixe era local de moradia, trabalho e lazer de uma faixa pobre da população, uma aldeia de pescadores. “Praia do Peixe” era um nome que se referia à venda cotidiana de peixe fresco e à paisagem de jangadas com velas brancas e casas de palha, habitação dos pescadores.

A partir do ano de 1924, a Praia de Iracema passa a ser utilizada como espaço de veraneio. A família pernambucana Magalhães Porto chega à cidade nesse ano e constrói um casarão de moradia, hoje o espaço cultural Estoril – fato que demarcou o início de transformações socioculturais no bairro. A partir desse marco, as classes emergentes descobriram o espaço litorâneo, e se inicia o processo de alijamento dos velhos homens do mar que, deserdados de suas moradias à beira-mar da Praia de Iracema, deslocam-se em direção ao Mucuripe.

Uma das mudanças ocorridas no local foi seu nome: a Praia do Peixe tornou-se Praia de Iracema, nome que comporta ares de aburguesamento do espaço público de Fortaleza pelo olhar das elites emergentes, incomodadas com o odor de “vísceras de garoupas expostas ao sol”. A revista da época, *Ceará Ilustrado*, registra, com referências ideologizadas, a mudança do nome para Praia de Iracema, em detrimento do original, considerado “impróprio e vulgar”, desqualificando o nome

Praia do Peixe por ele se relacionar às práticas comerciais locais, delimitada a usos do espaço pela comunidade de pescadores e moradores do bairro, também pobres.

A ideia de mudança do nome é de uma cronista social, Adília de Albuquerque Moraes, informa a revista, que sugere também a construção de monumento do escritor cearense José de Alencar à beira-mar: “de agrado do público e da imprensa foram rápidas as solicitações formais para que o nome da praia fosse mudado” (CEARÁ ILUSTRADO, 1925a, p. 217). A mudança guarda impacto simbólico, pois representa alteração no *status* do bairro. Novos valores de urbanidade e de “civildade” entram em jogo nesse momento histórico. São alteradas também as relações de lazer e moradia, relações socioculturais da cidade, observáveis desde a troca do nome do lugar.

A revista *Ceará Ilustrado* assim traduz a vontade das elites cearenses:

Praia do Peixe! Uma fila de casas alpendradas, à beira dos verdes mares bravios, orlando aquela extensão em que a “praia beija a vaga e em que a vaga beija o mar”, aquele recanto, aquela marinha cearense, perde muito de sua beleza com esse nome de Praia do Peixe, nome que exala tanta maresia e tão intenso fartum de vísceras de garoupa expostas ao sol, á vista cobiçosa dos urubus malandros. Foi, por isso, muito feliz a ideia daqueles moços – ideia abraçada de pronto pelas famílias que habitam a Praia do Peixe de atirar-se fora, lá para longe, esse nome tão prosaico e que parece dizer uma tolice – que as demais praias não têm peixe. Praia de Iracema sim! Praia de Iracema, da “virgem que tinha os lábios de mel e os cabelos mais negros que as asas da graúna”... Vença a ideia feliz! (CEARÁ ILUSTRADO, 1925a, p. 217).

Hoje, o bairro é um porto de artistas e agentes do campo cultural. Suas ruas guardam homenagem às tribos indígenas cearenses, entre elas Tabajaras, Cariris, Tremembé e Potiguaras. O nome significa uma assepsia no bairro, ares de aburguesamento do espaço público de Fortaleza pela ocupação das elites

emergentes que fazem da área lugar de moradia de veraneio, modificando não apenas o nome, mas a paisagem local. A Praia do Peixe transforma-se de simples aldeia de pescadores em Praia de Iracema, lugar de veraneio e moradia dos mais ricos de Fortaleza, desabrigando os pobres que ali residiam. Quer seja para lazer e/ou para moradia, o mar e a orla de praia são ocupados pela elite, que adota e modifica o cenário litorâneo – até então, lugar ocupado predominantemente pelos mais pobres.

A “descoberta da praia” acelera interesses e a valorização do espaço litorâneo, e, de modo gradativo, o Centro da cidade e a praia tornam-se espaço de lazer, “reduto das práticas marítimas modernas, como o banho de mar e as caminhadas, assim como se consolida como um dos lugares mais procurados para o veraneio”, informa Dantas (2002, p. 23).

A mudança ocorre, efetivamente, no ano de 1925, mesmo período em que a Praia de Iracema ganha também extensão da linha de bonde e suas ruas recebem nomes de tribos indígenas. Fortaleza começa a receber construções de casas alpendradas, em novo estilo residencial, não comum na cidade. Na Praia de Iracema, no início da década de 1930, a Igreja de São Pedro, padroeiro dos pescadores, é erguida pela iniciativa de senhoras católicas, com a ajuda dos moradores da Praia de Iracema. As mesmas mulheres de famílias ricas se faziam presentes às missas, entre elas representantes das famílias “Jereissati, Ary, Bachá, Dummar, Nassar, Otoch, Romcy, dentre outras” (FAHEINA, 2003, p. 5).

Castro (1988, p. 42), ao referir-se à aparência urbana de Fortaleza, ressalta que, entre os anos de 1930 e 1945, alguns fatos contribuíram para o embelezamento da cidade: pavimentação de vias públicas com paralelepípedo e concreto; uso de meios-fios de pedra, nivelando calçadas; iluminação elétrica de

logradouros públicos; controle do sistema de tráfego; arborização das ruas centrais; difusão de bangalôs como nova forma de moradia; aparecimento dos primeiros arranha-céus em concreto armado.

Imagem 12: Praia de Iracema, 1931, Arquivo Nirez

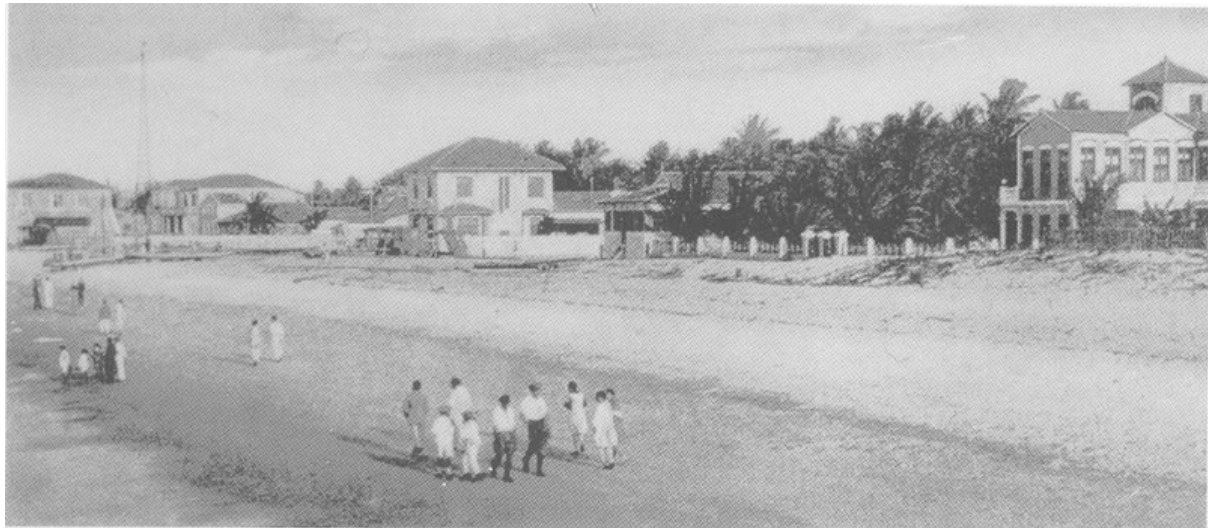


Imagem 13: Praia de Iracema, 1931, Arquivo Nirez



Fortaleza cresce, a partir de 1932, de modo desordenado, principalmente pela migração do sertão para o litoral, dadas as condições adversas de secas. Linhares (1992, p. 23) informa que a cidade cresceu

[...] mais por inchaço do que por qualquer plano ou disciplina urbana. E este crescimento, como vinha acontecendo até então, acentuou-se em direção ao oeste. Tanto as elites foram pra Jacarecanga, como os migrantes de baixa renda estavam já se instalando na periferia oeste. As classes médias procuravam moradias nos bairros do Benfica e em torno da Praia de Iracema.

Matias Jurema, velho pescador do Mucuripe, é inspiração de Barroso (1939), que sintetiza no personagem a relação do homem cearense frente às condições adversas da natureza. Nesta passagem, as diferenças entre a paisagem e a vida no sertão e no mar são evidenciadas. A situação semiárida do sertão cearense produz migração de hordas de trabalhadores e famílias do interior para a capital, num encontro de agricultores com a atividade da pesca no litoral. Nas palavras do autor,

[...] sobre a terra avara e esmolando as águas do céu, os seus avós tinham vivido curvados a procurar alimento. Dela migraram famintos e esqueléticos, numa época terrível de sol e seca. Vieram procurar a vida e acharam com facilidade sobre as jangadas, na planície líquida do mar (1939, p. 5).

[...] o mar não. Esse quando tinha raiva, escapelava-se furioso e jogava os grandes navios sobre os rochedos e despedaçava as jangadas no abraço de uma onda. A sua cólera pintava-se na sua face, à luz do sol, à luz da lua e ao negror das trevas. E com ele o jangadeiro afoito aceitava a luta. [...] o seio largo do mar estava aberto a todo mundo. Era inesgotável. Todos os seus tesouros lá estavam para quem tivesse ânimo de ir buscá-los. Enquanto o seu rosto enrugava-se de cólera formidável, o seu seio mantinha-se fundo e calmo (1939, p. 5).

No início da década de 1940, a Praia de Iracema consagra-se como lugar de banhos e caminhadas na faixa de areia, nas manhãs e noites enluaradas, informa Escóssia (1998, p. 35). Com os novos hábitos dos moradores de Fortaleza, “o banho de mar, até então visto apenas como tratamento médico, começava a se transformar em opção de lazer, especialmente para os homens. Mulheres só de manhã cedo, ou aos domingos”. Em fase áurea, a Praia de Iracema era chamada afetuosamente pelos boêmios “Praia dos Amores”, e se caracteriza, em definitivo, como bairro da elite cearense, como ressaltou à época a revista *Bataclan* (1926, p. 227):

Supremo encanto de Fortaleza!... Esbatida de liz e estuante de vida e beleza, pelo tumultuar da elegância que a percorre em brincos e passeios, desde que rompe o sol até o luar, tudo, se derrame sobre a terra, envolvendo-a em branda e cariciosa luminosidade. A Praia de Iracema vibra na mais intensa efervescência, pelos dias e noites de verão, como suave refrigerio da candura e deleito refúgio da poesia. Amada pelo prestígio da alegria ambiente, em que se desbunda a alma feliz da multidão, refeita do cansaço de labuta cotidiana, extrema-se em sorrisos de bondade, ao perpassar dos curiosos e banhistas, confundindo-se num mesmo e doce regozijo. E repousados ambos – cérebro e corpo – do excesso e da fadiga, aos embalos dulcíssimos das vagas acolhedoras e carinhosas, como as deusas da lenda encantadora, que inspiradas, então, nos não parece, cada vez mais, o irresistível encantamento do mar e da nossa praia, plena de vida e de esplendor, rebrilhantes de sol, ou batida de luar! – Maravilha da natureza! Supremo encanto de Fortaleza, ó deliciosa Praia de Iracema.

Jangadas e casas rústicas de pescadores artesanais fazem parte da beleza bucólica da Praia de Iracema. As relações entre moradores eram pacíficas, mesmo com diferenças econômicas que demarcavam situação de classe, inconciliável. As formas de lazer apagavam momentaneamente as diferenças. Esse aspecto,

exemplifica Schramm (2001, p. 49), “é percebido nas interações entre os moradores em campeonatos de jangadas que aconteciam aos domingos”. Os moradores da cidade, de maneira geral, convivem na área e utilizam o espaço da praia como local de veraneio, em passeios de bondes e encontros românticos para assistir ao pôr do sol; banho de mar; missas na Igreja de São Pedro; campeonatos de jangada e festas no cassino (Estoril), esse o cenário, a *movida* encantadora da Praia de Iracema a partir dos anos 1940.

De modo geral, desde esse período, a Praia de Iracema, como também o litoral fortalezense, passa por intervenções urbanas que afetam a estrutura e ritmo natural do mar, em cuja área se constroem quebra-mares para diminuir a força das marés, em defesa das edificações ali construídas. Os impactos causados com a construção do Porto do Mucuripe, na Praia do Futuro, reverberam na orla da praia e em especial na Praia de Iracema, o que afetou a dinâmica do mar e a vida na cidade, como informa Moraes (1966, p. 8):

[...] o deslocamento natural dos sedimentos que vinham do sentido Leste-Oeste, ou seja, da Praia do Futuro em direção a Praia de Iracema, gerando com isso o avanço do mar [...] a Praia de Iracema situando-se fora da sombra de abrigo do quebra-mar passou a ser violentamente atingida pelas correntes da costa, quando estas retornam sua velocidade original. O objetivo das obras na Praia de Iracema é protegê-la no sentido de que a onda tenha a sua força atenuada antes da arrebentação. O primeiro trabalho de proteção da orla de Fortaleza consistirá na construção de espigões transversais.

Os efeitos revelam uma Praia de Iracema modificada, em decorrência da construção do paredão de pedra do Porto do Mucuripe. Os indícios apontam que a natureza sofre com a modificação que o homem promove, ao longo de sua história, na configuração da paisagem natural da Terra. Desse modo, a paisagem natural

exibia seu lado rebelde. Furlani (2001, p. 4) explica que, nessa paisagem modificada, o mar transforma-se, e, com o fluxo alterado das ondas,

[...] uma piscina que se formou em plena beira-mar devido a construção das barreiras de pedras estabelecidas para defender as residências. Dessa forma, os moradores viram surgir, mesmo de forma não projetada, um outro lugar para banho que, diante do caos apresentado, serviu como distração para aqueles que tinham por hábito o banho de mar.

Poetas, jornalistas e moradores do bairro ressaltam que, com a construção do Porto do Mucuripe, Fortaleza perdeu o trecho mais belo da paisagem, e, na alusão aos pescadores, referem-se de modo romântico à imagem bucólica das jangadas de piúba, que, adormecidas na areia ou navegando, adornavam a paisagem natural, exaltavam características de áreas litorâneas, como ressaltava Augusto (1946, p. 3):

[...] as jangadas desapareceram – os cearenses e a destruição de sua decantada praia. O mar avança furioso dia a dia, sobre nossas praias. Os encantos praianos tão elogiados por todo o país, em prosa e em verso, por romancistas e poetas, passadistas e modernistas, sumiram-se com a destruição operada pelo mar. A nossa mais bela praia, a de Iracema, que era também um símbolo da Terra da Luz, foi a que maiores prejuízos sofreu com as investidas dos mares. Residências luxuosas foram devastadas, milhares de pessoas tiveram vários aborrecimentos, e o que causa mais tristeza, a cidade perdeu o ponto mais atraente e sua paisagem. A maioria do povo acredita, entretanto, que as investidas do mar foram motivadas pela construção do quebra-mar em Mucuripe, onde está sendo construído o porto de Fortaleza.

Sobre a praia, Manoel dos Santos, pescador e morador do Conjunto São Pedro, do Mucuripe, lembra que

Era grande a quantidade de areia que a praia tinha, depois que fizeram o paredão foi diminuindo, diminuindo. O mar avançou pra cima da praia,

comendo a areia de um lado e do outro, a rua avançou na praia, *cobrando* e enterrando a areia com o asfalto. Foi assim que aconteceu. De primeiro, era tudo areia e mar, areia branquinha e as casas de palha, muito depressa ficou isso aqui que a gente vê (Informação gravada em 12/07/2010).

Com a construção do Porto do Mucuripe, anunciada no fim de 1940, finda o casamento entre burgueses e proletários na Praia dos Amores. As classes abastadas mudam de endereço, e os pescadores iniciam a caminhada pela beira da praia, empurrados para o final da orla do Mucuripe. A urbanização transforma a paisagem natural, requalifica os espaços e afeta a vida dos moradores da cidade – e o núcleo mais pobre, que residia e trabalhava na Praia de Iracema, sofre de modo mais dramático as consequências das mudanças. Com o impacto gerado desde a construção do quebra-mar, o sistema natural do mar perde o equilíbrio, ocasionando destruição de faixa da Praia de Iracema, informa Jucá (2003, p. 43), que também assinala:

[...] pelo menos uns duzentos metros de extensão da praia foram atingidos pelas marés, onde se localizavam diversas residências. As ondas passaram a ter força tão intensa que chegavam até os trilhos dos bondes atravessando o outro lado da rua, comprometendo a estrutura e, até mesmo, ocasionando a destruição de várias casas localizadas à beira-mar.

O jornalista refere-se ao paredão de pedras e, ao mesmo tempo, lamenta a perda da Praia de Iracema, também chamada de Praia dos Amores pelos boêmios. O jornalista antecipa os fatos: “[...] resta agora aos cearenses, amantes do sol e da liberdade, apelar para o Mucuripe, com a sua enseada mansa como um lago, fazendo dali uma nova Praia de Iracema” (1946, p. 3).

Entre os anos de 1940-1969, com a construção da Avenida Beira-Mar e a valorização do espaço litorâneo, os pescadores e demais moradores de baixa renda

ali residentes, entre eles as garotas de programa, tiveram suas casas demolidas e seguiram, pois, em caminhada entre a orla da praia e as ruas de bairros da cidade próximos ao litoral, abrigando-se, nos anos 1940-1960, nas áreas do Farol, Serviluz, Praia do Futuro e Vicente Pinzón.



Imagem 14: Praia de Iracema, 2016, fotografia de Celso Oliveira

Os investimentos em direção ao Porto do Mucuripe acarretam, na área litorânea da cidade, intervenções urbanas mais intensas da iniciativa pública. É o momento de construção da Avenida Beira-Mar que fará a interligação entre a Praia de Iracema e o Mucuripe, o que, por sua vez, resulta em supervalorização imobiliária da orla, dos bairros e áreas adjacentes. É, pois, a partir da década de

1960 que a cidade realmente se volta, em definitivo, para o mar. Conforme ressalta Linhares (1992, p. 40),

a nova burguesia industrial (nascida da segunda fase do processo de implantação industrial do Ceará, ou seja, os novos ricos da política de industrialização, movida a incentivos fiscais e desencadeada pela Sudene), resolve criar o bairro Aldeota e voltar a cidade para o leste.

A Avenida Beira-Mar e o bairro Aldeota recebem, assim, os “deserdados” ricos da Praia de Iracema na década de 1960. A Praia de Iracema, segundo Schramm (2001, p. 49), encontrava-se marginalizada, habitada, sobretudo, “[...] por uma população de classe média baixa, incluindo alguns setores mais pobres. Além dos frequentadores de uns poucos bares e restaurantes [...], o bairro era visitado pelos banhistas que procuravam a estreita faixa de praia que lhes restava”. Pescadores mais velhos do Mucuripe relatam fatos que ligam a Praia de Iracema a suas histórias. Olhados desde suas perspectivas, tais fatos traduzem as condições de vida na atividade da pesca, bem como imprimem visões sobre acontecimentos que afetaram a cidade e o cotidiano na atividade da pesca. Manoel dos Santos e Vicente Pereira enfatizaram suas experiências vivenciadas na orla da praia. Ressaltaram suas relações com o bairro e a orla habitada da praia, a natureza, a familiaridade com o mar e a destreza na atividade da pesca, das navegações e pescarias. A memória sobre o passado recente, vivenciado no bairro, fluiu e se confundiu com a história individual de cada pescador. Ambos mesclaram fatos atuais de suas atividades na pesca com as experiências no “Mucuripe antigo” – essa expressão é usada recorrentemente pelos pescadores entrevistados.

Manoel dos Santos, filho e neto de pescador, veio com a família da Praia do Batoque para o Mucuripe no ano de 1950. Com orgulho, disse que começou a

pescar com o pai em um bote de remo, aos 10 anos de idade, ainda quando moravam na Praia do Batoque. A família migrou para o Mucuripe, local onde vive desde os 11 anos de idade. Manoel dos Santos, mestre respeitado no Barracão cujos fartos cabelos brancos insinuam experiência, ressalta, com voz pausada, aspectos de sua atividade laboral. Ressaltou que pescar em “jangada de piúba” é uma honra para qualquer pescador do Mucuripe. Significa, por um lado, a descrição de uma atividade: “[...] como não existia jangada de tábua, como a que conhecemos hoje, naveguei muito em jangada de piúba”. Falar do mar é lembrar as modificações advindas com a construção do Porto do Mucuripe, quando o mar foi invadido pelo espigão de pedra e ocorreu o amortecimento da força das marés:

[...] naquele tempo, tinha o mar bravo [...]”. E, apontando para o prédio principal dos moinhos Fortaleza, completa: “[...] aquele moinho ali era água. Esse mar aqui já botou lá em riba. As jangadas chegava aqui e a gente tinha que sair de bote” (Informação gravada em 12/07/2010).

Em outra passagem, o pescador recorda as condições da pesca, em especial do tempo de fartura:

[...] Peixe era demais naquele tempo e não tinha gente pra comer e dar conta de tudo. Era uma fartura, tanto grande como pequeno. Acolá que chamam de Titã, não faltava a pescada grande. Aqui chegava jangada e trazia muito peixe e levava pra casa. O que sobrava ia pro lixo. Pescaria de futuro era trazer o pargo, tinha muito pargo, conhece? Enchia o samburá e o balaio. Aqui já teve fartura, tanto tinha fartura de peixe, como daquelas cargas, vendendo em jumento, com coco, arroz, farinha, feijão, carne de sol, tudo era quase de graça... com um tostão a gente comprava muita coisa (Informação gravada em 12/07/2010).

Para o mestre, não foi difícil descrever experiências – da infância, do cotidiano naquele espaço da praia, e falar também do bairro, tendo como recurso

sua trajetória: o povoamento, aspectos da urbanização, as distintas formas das habitações construídas e em construção no Mucuripe e especialmente as mudanças que ocorreram no ritual da pesca. Esses trechos são expressivos desses aspectos, como afirma Manoel:

De tarde chegava a jangada e a gente ia pegar o peixe. Aqui só era casa de palha. De primeiro não tinha jangada de tábuas, essas lanchas – diz, apontando para as embarcações modernas ancoradas ali na praia do Mucuripe [...] antes, era tudo jangada de piúba, e a madeira vinha de Belém. Antigamente tinha mais peixe porque não tinha essas caçoeiras, que arrastam tudo que tem no fundo do mar. A pesca de anzol é a certa. Ela só pega o peixe quando o peixe quer comer. Já vi muito beijupirá correr da isca. O peixe come no dia que ele quer. Tem maré boa para o peixe comer (Informação gravada em 12/07/2010).

Pensativo, o pescador aponta em direção à Praia do Náutico e à Praia de Iracema e completa:

[...] Moro no Mucuripe desde os nove anos de idade. Antes era diferente, era pouca gente, contava as pessoas. Isso aqui tudo era mato, cajueiro, coqueiro. As criança ia tudo brincar no mato logo de manhã cedo e ficava quase o dia todo brincando. Esse calçamento não tinha, nem essa pista, não existia casa na areia, não tinha casa, nem prédios. Tinha a casa das mulher prostituta, que era daqui até a Praia de Iracema (Informação gravada em 12/07/2010).

Para o mestre, as comparações entre o passado e presente são inevitáveis. O espaço físico que não existe mais é lugar imaginado, abstraído de suas lembranças, expresso nos gestos da mão, no dedo indicador:

[...] Antigamente tinha uma rua aqui e outra pra trás tinha outra rua. Aqui tudo era areia. Já nesse lugar que moro era areia. A areia já derrubou muita casa. Naquele tempo tinha mar brabo, tem o morro. Esse mar aqui botou lá em “riba”. As jangadas chegam aqui e a gente tinha que sair de bote.

Aquele moinho ali era só água. As jangadas chegavam aqui, o mar estava grosso demais, aí subia acolá pra cima, onde tem o moinho. A água arrastava tudo... peixe era demais naquele tempo, e não tinha gente pra comer. Era uma fartura, tanto grande como pequeno. Acolá que chamam de titã, não faltava a pescada grande, agora não tinha valor, o movimento era pouco. Aqui chegava jangada e trazia muito peixe e levava pra casa. Pescaria de futuro era trazer o pargo, tinha muito pargo, conhece? Enchia o samburá, o balaio e enchia. O peixe apodrecia e a gente colocava no mato. Aqui já teve fartura, tanto tinha fartura de peixe, como daquelas cargas, vendendo em jumento, com coco, arroz, farinha, feijão, carne de sol, era quase de graça... eu alcei um tostão, que a gente comprava muita coisa, um almoço. Hoje em dia eu passo o dia por aqui e não levo nem um tostão pra casa. É muita gente... Tem gente que não sabe que é ele. Aqui é uma terra abençoada, quem não come meio-dia, come de tarde. O dinheiro taí... Quem é que vira rico. Tem pobre, tem rico. O dinheiro taí, quem é que vira pobre, o rico, era o coronel, que tinha dois vintém no bolso. Quem já via o pobre com casa de telha, aqui? Era de palha, no telhado e palha nas paredes. Em cima e embaixo. E quando as palhas ficavam velhas, a gente olhava e via quem estava dentro, se tava deitado ou em pé, dentro de casa. Hoje em dia não tem mais pobre, não, cumpade. O senhor chega no comércio, aqui você trabalha e tem dinheiro no bolso. Com toda ruindade, mas hoje não falta trabalho, nem dinheiro no bolso, hoje em dia tem mais pobre não, tudo é rico (Informação gravada em 12/06/2005).

Vicente Pereira, 74 anos, também aprendeu a pescar com o pai, aos 13 anos. O pescador ressalta aspectos relevantes do Mucuripe:

[...] naquele tempo a gente podia ir pro mar dentro de um samburá. Eu aprendi a pescá no mês de agosto, nesse mês de agosto e setembro tem muito vento, mas meu pai me levou pra pescá nesse mês de vento. Quando menino eu vinha aqui nos domingo e nos feriados, na semana santa com minha mãe. Era muito menino e a gente brincava na rua, de quebra-morro, de pião, arraia, de carteira de cigarro, de baralho. Naquele tempo, isso aqui não existia [*apontando para os altos condomínios da Avenida Beira-Mar*], aqui era tudo praia, com jangada de piúba, era umas 40 jangada, com vela branquinha, não tinha vela de cor, e aqui nós vivia nesse trabalho, pra lá e pra cá, toda vida (Informação gravada em 20/08/2010).

As casas das prostitutas, segundo Vicente, não eram sofisticadas, eram apenas “umas casinhas” que tinham uma função: segundo suas expressões, “era só para elas brincar, de vez em quando”. Recorda que, aos 16 anos, passeava pela Beira-Mar, de noite, às vezes até escondido do pai. “Naquele tempo não conhecia as prostitutas”. Lembra também que vinha na área da praia somente para ver o movimento “por curiosidade”, e que isso era “coisa de menino, pois foi somente depois dos 18 anos que eu fui conhecer essas coisas”.

O pescador recorda que, da época em que era menor de idade, existia vigilância noturna sobre os menores, e que se qualquer menor de idade fosse “pego na orla da praia, principalmente à noite, apanhava da polícia que só o diabo e o pai ainda ia preso, porque deixou um menor andar numa repartição onde não podia frequentar”. O pescador não esconde o fato de ter sido repreendido em suas “voltinhas” na orla da praia e concluiu:

[...] eu dava uma voltinha, e aí quando chegava um juiz, um soldado que me via, perguntava:

- O que tá fazendo aí?

- Tô dando uma voltinha.

- Já pra casa!

Eu tinha que ir, que senão eu ia preso, ia dar trabalho pro meu pai, aí eu ia. A situação era essa. Sempre eu frequentava, passava um pedacim até as nove horas da noite, eu já sabia que era hora da polícia passar (Informação gravada em 20/08/2010).

Quando se refere também às casas das prostitutas e ao clima de segurança do passado, Vicente Pereira é enfático: “de primeiro tinha esse mulhero, mas não se via violência, ataque às pessoas. No tempo das prostitutas tinha mais respeito

que hoje, só podia ter alguma coisa com elas na casa delas, elas respeitavam as pessoas”.

Os pescadores lembram a paisagem natural da Beira-Mar. São inevitáveis, para eles, as comparações, sobretudo quando tratamos das estruturas urbanas que modificaram a paisagem do lugar. A memória passeia pelos anos 1950-1960, período que antecede a construção da Avenida Beira-Mar. Manoel recorda a força das marés, e fala apontando para a edificação dos moinhos e também para o Morro de Santa Terezinha:

Esse mar aqui botou *lá em riba*, as jangadas chegavam aqui e a gente tinha que sair de bote. Aquele moinho ali era água. Tinha dia que as jangadas chegavam aqui, o mar tava grosso demais, aí assobia acolá pra cima, onde tem o moinho, e a água arrastava tudo... Ninguém tinha casa de telha como hoje em dia, antes o sujeito chegava do mar negócio de 12 horas da noite e ia pra casa e não encontrava nem cachorro (Informação gravada em 20/08/2010).

Vicente Pereira fala dos espaços de areia, onde ficavam as embarcações, entre a praia e as casas de palha das prostitutas e as casas dos pescadores. Ele ressalta, como Manoel, a força das marés:

Quando a maré crescia grande, tinha que amarrar a jangada ali, onde estão aqueles prédios, amarrava mesmo, amarrava na casa de uma mulher chamada Lola, e as veze mesmo amarrada o mar levava. A valentia era em janeiro e fevereiro, era só nesse tempo. E depois que fizeram aquele paredão, acabou a valentia do mar. Muitas vezes a jangada virava aqui, muitas vezes, meu pai não saía pro mar dia de semana porque o mar não deixava, o mar era grosso, brabo mesmo. Desse mar valente saía muita coisa boa, tinha fartura, *nóis* não tinha dinheiro, mas tinha muito peixe. Depois veio esses prédios, diminuíram aquele morro, comeram a metade dele, encheram de casa. A gente ficava aqui na praia brincando, com

capenga de coco, isso não existe mais (Informação gravada em 20/08/2010).

Nessa década, os pescadores ocupavam a orla da praia com suas jangadas e habitações. Parte das habitações foi levada pelo mar. O impacto da construção do Porto do Mucuripe, na Av. Beira-Mar e no entorno, transformou radicalmente as relações de trabalho e moradia, bem como as socialidades dos pescadores artesanais.

A Avenida Beira-Mar foi construída na década de 1960 pelo prefeito Cordeiro Neto. No período, fez-se a remoção, de modo definitivo, das prostitutas: a grande parte para a área do Farol do Mucuripe, no Serviluz, aquelas que estavam grávidas para um internato em Recife. Dona Verinha, moradora do Mucuripe, informa existir o clube de mulheres ricas, de nome *Brams* Clube, que tratava das questões de saúde das prostitutas, responsável, juntamente com a Paróquia de Nossa Senhora da Saúde, pela remoção das moças para um internato em Recife.

Otacília Verçosa, moradora do Mucuripe, informa que havia na área entre nove e dez ruas de casas de pescadores e prostitutas, e que “o mar ficava longe e se pegava peixe com a mão”. A moradora do Mucuripe, particularmente, foi mobilizada por Cordeiro Neto, e trabalhou em parceria com Amauri de Castro e Silva e Pe. Zé Nilson no convencimento dos moradores da Beira-Mar, em especial das prostitutas, para deixar o lugar e mudar para a área do Farol, na Praia do Futuro. O argumento sedutor era que a mudança faria a vida melhor, a troca de casa de palha ou de papelão, pela casa de alvenaria e telha; a possibilidade de ônibus, colégio e água potável para as mulheres e famílias – e 1.382 prostitutas aceitaram mudar de endereço, o que qualificou a área do Farol Velho, o Serviluz, por longo tempo como zona de prostituição. Nesse período, as casas dos

pescadores foram demolidas e as famílias se dispersaram, em áreas pobres e degradadas, no entorno dos bairros nobres do Mucuripe. Nogueira (2006, p. 11) constata, em estudo sobre o Serviluz, que

[...] as primeiras ocupações do Serviluz e de boa parte da área leste da cidade foram efetivadas a partir da construção do novo porto de Fortaleza e da transferência e instalação de um novo ponto de meretrício na cidade em 1961, a zona do Farol do Mucuripe. No fim dos anos 1970, com a intensificação do processo migratório para a capital cearense em período de forte estiagem (1978-1982), e com o remanejamento para o local de uma comunidade de pescadores, antes fixada nas margens do cais portuário, a beira de praia sobre a qual se ergueu o bairro já estava completamente tomada por tipos variados de trabalhadores.

A Avenida Beira-Mar ganha nova imagem e transforma-se, a partir de 1970, definitivamente, no principal foco da urbanização da cidade. Assim, a orla da praia transforma-se em espaços de área de lazer, comércio e, em especial, lugar de moradia da classe rica. Quando da construção da avenida, a cidade está voltada para o mar, ou seja, cultivados os aspectos da cultura tropical litorânea. Esse novo desenho modifica a paisagem da orla da praia, cuja remodelação urbana da cidade ocorre a partir da “limpeza” da área de incômodos moradores: prostitutas, pescadores e suas famílias.

O espaço do pescador hoje se reduz a uma faixa de terra situada no final da orla da Avenida Beira-Mar, local onde estão dispostas as embarcações, e funciona também como comércio e estaleiro dos trabalhadores que, cotidianamente, se lançam ao mar, na busca de sobrevivência, cientes de que, para viver, navegar é preciso. A vida na praia é mote que instiga conversas intermináveis com os pescadores. As comparações entre fatos do passado e as vivências do presente são recorrentes. Manoel dos Santos e Vicente Pereira sentem-se orgulhosos em

fazer parte da comunidade dos pescadores artesanais do Mucuripe. Eles vão quase todos os dias até a praia, “seja para comprar um peixe, ou conversar e saber das novidades”, diz Vicente Pereira, que ainda revela a consciência de testemunha desta história social:

[...] hoje em dia eu passo o dia por aqui, e vejo como tem gente. O mar avançou e também começou a chegar gente de fora. É muita gente que não se sabe quem é quem. Ninguém sabe quem é o bom ou mau. Quer dizer, antes era calmo, não tinha violência. Agora precisa ter horário pra andar. Mas aqui é uma terra abençoada, quem não come meio-dia, come de tarde. O dinheiro taí, hoje em dia não tem mais pobre não, cumpade. O senhor chega no comércio, aqui você trabalha e tem dinheiro no bolso, com toda ruindade da falta de segurança, mas hoje não falta trabalho (Informação gravada em 20/08/2010).

Os mundos de suas experiências não são mais o mundo que ele enxerga ali com aquela “gente de fora”, ressalta Vicente Pereira. Com a remoção das casas dos pescadores, a cidade se transforma com a substituição dos velhos habitantes conhecidos e reconhecidos pelos anônimos sujeitos que transitam cotidianamente na orla da praia, quer seja o morador dos condomínios de luxo da orla, os moradores da cidade que praticam atividades esportivas no calçadão da praia e demais cidadãos do mundo que por ali passeiam.

De modo geral, os pescadores nomeiam as diferenças que experimentam e os distinguem em “mundo da areia” e “mundo do asfalto” – escolhem, assim, modos de separar os espaços e se distinguir dentro deles. Separam o mundo dos ricos, simbolizado pela ideia do asfalto, de fronteiras edificadas em prédios da Beira-Mar e dos bairros Meireles, Varjota e Papicu. Essa definição comporta zonas de contato, onde sujeitos se cruzam, anonimamente, cujos espaços arquitetônicos e monumentos se impõem ao mundo da areia, território demarcado dos pescadores.

Estabelece-se, assim, a fronteira da separação do mundo dos pescadores dos demais moradores do Mucuripe. O pescador sabe, pois, das diferenças que conformam os territórios – e, neles, a experiência dos que se insere nos espaços nomeados. Nessa perspectiva, o Barracão e o Mercado do Peixe não se conformam como espaços segregados, e são, portanto, zonas de contatos entre os distintos mundos.

4.1 Transformações urbanas e a cidade dos pescadores

Fortaleza é hoje cidade voltada ao mar, fato que começa a partir dos anos 1950 e se consolida nos anos 1960. A cidade se divide em faixas litorâneas: oeste, local de encontro do rio com o mar, na Barra do Ceará, foz do Rio Ceará, e início da faixa litorânea norte, da Barra do Ceará até a ponta do Mucuripe, com 15 km. Na faixa leste situa-se, como esclarece Linhares (1992, p. 166), “a população operária, a zona industrial e grandes favelas como a do Pirambu e a zona leste com a cidade dos ricos”. Em sentido noroeste/sudeste, da Ponta do Mucuripe à foz do rio Pacoti, a faixa litorânea leste são mais quinze quilômetros. Nas duas,

[...] o jogo das marés e as atividades dos homens determinam a diferenciação destas duas áreas da orla. A primeira viu nascer sob suas águas a vila Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. A outra viu se desenvolver, nos últimos vinte anos, a quinta cidade do Brasil, e com ela todos os sucedâneos de uma grande cidade litorânea: a disputa pelos melhores terrenos, a especulação imobiliária (1992, p. 256).

Na Avenida Beira-Mar, tem-se a fragmentação de funções urbanas do bairro, na qualificação como lugar de moradia, turismo, lazer e trabalho. Os espaços se constituem de praia, calçadão, rua asfaltada, área residencial e comercial: de um lado, área edificada onde há condomínios de apartamentos residenciais e

quantidade significativa de hotéis e espaços comerciais, bares, restaurantes, boutiques etc.

Os condomínios residenciais da Beira-Mar ostentam beleza, grandeza e situação econômica de classe; o calçadão é espaço frequentado por moradores da cidade e por turistas, em 6 km de extensão para práticas esportivas. Mas é como local de trabalho que a área exibe seu lado mais selvagem, pelas disputas comerciais e simbólicas. As formas dos espaços de trabalho são contrastantes e reveladoras da história social.



Imagem 15: Mucuripe, fotografia de Fernando Costa

Especificações laborais da Beira-Mar são visíveis na forma de ocupação do calçadão, entre a rua e a areia da praia, onde movimentado e diversificado mercado se estabelece, ocupado pelas barracas de artesanato, espalhadas da Praia de Iracema à tradicional Feirinha da Beira-Mar – onde se compram peças artesanais, roupas, artefatos em couro, rendas, labirintos, bijuterias –, até o Mercado dos Peixes. No calçadão, estão também as barracas de alvenaria, erguidas para venda de bebidas alcoólicas, refrigerantes, água de coco e comidas típicas. Circulam, noite e de dia, ambulantes com toda espécie de mercadoria.

Estimulada a atividade turística, a Beira-Mar é, ao mesmo tempo, mercado vivo, frequentado pelos habitantes e turistas de todo o mundo. O conjunto arquitetônico contrasta com a bucólica paisagem praiana, cartão de visita da cidade, emoldurada pela imagem da enseada do Mucuripe, que conta com singular presença de jangadas que balançam leve e tornam mais belo e pontual o entardecer dos dias. Tem-se, pois, uma cidade litorânea, onde coqueiros tremulam aos ventos, a branca areia da praia e as águas verdejantes do mar refletem a imagem de cidade tipicamente tropical, situada a 4 graus da linha do Equador. São aspectos que fazem da Avenida Beira-Mar e de Fortaleza lugar que encanta pela beleza natural.

Trata-se de espaço, por um lado, de emprego e renda. Dia e noite, é abrigo de trabalhadores em ocupações formais e informais, entre eles flanelinhas (cuidadores de carros), ambulantes, garçons, *barmans*, recepcionistas, faxineiras, guias turísticos, empregadas domésticas, faxineiras, serventes, gerentes, garçons, labirinteiras, pintores, costureiras, artesãos etc. Juntam-se aos trabalhadores do Mucuripe pescadores artesanais, que trazem o peixe todos os dias – e ocupam área da marinha brasileira, na praia, onde ancoram jangadas. A ponta do Mucuripe encontra-se, assim, ocupada pelos pescadores artesanais que constituem a

comunidade marítima, povoamento antigo que vive do trabalho de captura do peixe, da lagosta e frutos do mar.

Os pescadores do Mucuripe são, assim, uma comunidade do litoral nordestino, entre o estado do Ceará e o sul do estado da Bahia. Diegues (1999, p. 35) informa que os jangadeiros cearenses são diferentes dos pescadores artesanais da Bahia, pois apresentam traços culturais distintos, entre eles o tipo de embarcação que utilizam, as jangadas, que são movidas a vela, bem como na relação que mantêm com a natureza. Os pescadores artesanais da costa da Bahia pescam em enseadas e baías, já os pescadores cearenses se aventuram em “mar aberto”, conclui Diegues.

Pescadores do Mucuripe ocuparam toda a orla da praia, ambiente de moradia e de trabalho. Mas, nos últimos 50 anos, com a crescente valorização do solo urbano, as casas dos pescadores foram removidas do coração do Meireles para áreas periféricas do bairro, e o espaço de trabalho ficou circunscrito a uma faixa de praia na ponta do Mucuripe. As casas se deslocam da área praiana para espaços próximos à beira-mar, em especial bairro Vicente Pinzón, às encostas do Morro de Santa Terezinha, onde foram construídos os conjuntos residenciais Santa Terezinha e São Pedro. Os pescadores residem em bairros contíguos ao Meireles, Varjota e Praia do Futuro. Assim, as intervenções urbanas no litoral leste modificaram de modo profundo a beleza e aspectos naturais da Beira-Mar – em especial, afetaram as formas de habitação e vida dos moradores mais antigos.

A reforma urbana, nos anos 1970-1980, é definidora das formas de morar dos pescadores e famílias que, assentados de modo irregular, em território de alto valor venal da cidade, tiveram que ser levados para “lugar mais seguro” e “mais limpo e organizado”. O processo sutil de conquista é agressivo, se se considerar o fato de

que o reordenamento, pela modificação do lugar, quebra a noção de comunidade, antes situada na zona de proximidade ou contiguidade com o espaço de trabalho. Tem-se, pois, descolamento do espaço, mas também ruptura da integração da comunidade, fatos que interferem nas relações sociais. E revela o processo de espoliação urbana, o que confirma a afirmação de Marx (2013, p. 70): “não há nada mais comum do que a noção de que na história, até agora, tudo se reduziu ao ato de tomar”.

Não apenas a feição bucólica da antiga vila de pescadores foi desfigurada, mas a progressiva invasão de pessoas e veículos e edificações luxuosas tiraram o encantamento do pitoresco e modesto do lugar – tudo trocado pelo aburguesamento da área, que acompanha o aumento da violência, inflação do preço do solo urbano e espoliação cotidiana e crescente dos mais antigos moradores.

As famílias deixaram as casas simples de palha e reboco, na beira da praia, rumo a casas em áreas adjacentes, mais especificamente a conjuntos habitacionais nas encostas do Morro de Santa Terezinha, o que alterou a paisagem urbana. Os pescadores e famílias uniram-se aos moradores das encostas do Morro e passam, assim, a viver a plenitude de situação exclusiva e de risco. Bauman (2005, p. 100), ao falar da exclusão, ressalta o lado perverso das forças que promovem

mudanças e deslocamentos aparentemente aleatórios tornam irreconhecível as paisagens e perfis urbanos. Realocam as pessoas e destroem as suas identidades sociais. Podem transformar-nos, de um dia para outro, em vagabundos sem-teto, sem endereço fixo ou identidade.

Assim, no que se refere aos aspectos urbanos da Avenida Beira-Mar, o que é simples e modesto faz-se grandioso e exuberante. O que inicia como processo de mudança, pela construção do Porto do Mucuripe, consolida-se na década de 1980,

com a Avenida Beira-Mar, para onde migram os ricos da cidade e de onde foram “expulsos” os pobres pescadores.

Nesse contexto, faz-se necessário compreender as especificidades da comunidade e sobrevivência em cidade orientada às atividades comercial e turística, principalmente na orla marítima, cujo embelezamento provoca crescente e acirrada disputa pelo solo. Fortaleza encontra-se em situação privilegiada no continente, pela proximidade com a Europa, América Central e Caribe, conectada com polos do mundo pela infraestrutura de cabeamento de fibra ótica pelo Atlântico, o que facilita as conexões virtuais e trocas na economia globalizada.

Para discussão de tais aspectos, é preciso pensar questões urbanas e políticas de intervenção na cidade, na perspectiva dos moradores, pois cidade, ou lugar, podem ser pensados e analisados pelas relações entre seus habitantes. Os indivíduos mantêm relações cotidianas com os espaços da cidade e criam modos específicos de compreendê-los e utilizá-los. Espaço é, ao mesmo tempo, percebido, abstraído, relativizado, vivido pelos sujeitos com todos os sentidos. A sociedade se produz pelas relações sociais – quer de modo real e concreto ou de modo virtual em suas potencialidades.

4.2 *Ethos* comunitário e a cidade dos pescadores

A atividade cotidiana da pesca artesanal situa os pescadores em um grupo social demarcado socioespacialmente, fato que pode situá-los como uma comunidade, no sentido da sociologia clássica: segundo a definição de Tönnies (1995), a comunidade – ou *Gemeinschaft* – é um grupo social demarcado espacialmente. Grupos considerados comunitários contam com elevado grau de integração afetiva e também com alto grau de coesão – e mesmo de

homogeneização – entre seus membros, e isso inclui conhecimentos, objetivos, práticas cotidianas e formas de agir e pensar. As normas ocorrem especificamente por meio dos costumes, hábitos e tradições, e as formas de relacionamento social são predominantemente pessoais, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade. Deve-se notar que, em uma forma de vida comunitária, a restrição relativa ao espaço se refere diretamente ao grau em que é possível a manutenção do compartilhamento de valores – a ponto de as relações continuarem configurando um grupo coeso. Essa limitação não se refere apenas ao espaço, mas ao número de membros, e é bastante razoável sugerir que os limites da comunidade são os limites da família, da aldeia e das pequenas cidades. Os pescadores do Mucuripe transitam e trabalham em zonas distintas, ou seja, vivem e trabalham entre a zona pobre e a zona nobre da Beira-Mar. Vivem e trabalham entre fronteiras. Essa condição sugere uma distinção de limites entre pescadores e os demais trabalhadores/moradores do Mucuripe.

É relevante também saber o que os vinculam “dentro e fora da comunidade”, extramuros, ao mundo que os rodeia, como se situam e transitam em múltiplos espaços de socialidades do bairro e da cidade. Os conhecimentos que produzem, as representações que fazem de si e do outro, sujeitos situados em uma condição específica de trabalho de uma sociedade complexa, que apresenta como característica “a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (VELHO, 1994, p. 8).

Esses aspectos que conformam explicação da vida social dos sujeitos passam pela discussão sobre a coexistência de uma comunidade, situada numa área nobre de grandes fluxos e trânsitos socioculturais de uma cidade global,

afetada pela concentração econômica. São mundos de convivências e separações centrados nas em relações de trabalho.

Conforme Giddens (1991, p. 10), as influências globalizantes e as disposições pessoais transformam radicalmente a natureza da vida social e afetam os aspectos pessoais: “a reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana”. Para o autor, esses diversos fatores incidem em processos identitários contemporâneos. Novos mecanismos de autoidentidade são gerados. Nesse contexto, os sujeitos não são passivos, pois, “ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam específicos da ação, os indivíduos contribuem para [...] as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (1991, p. 9).

Para Bauman (2003, p. 7), o homem contemporâneo, manipulador de máquinas e tecnologias, tem sentimentos ambivalentes em relação à comunidade. Ele deseja e procura “lugar confortável e aconchegante para defender-se das inseguranças e instabilidades da vida social em tempos de modernidade líquida”. Em contraposição ao medo pela insegurança, surge a idealização da comunidade como ambiente seguro, a qual é erguida e traduzida como “isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados” (2003, p. 103). Nessa perspectiva, a comunidade é desejada como espaço de segurança, de confiança e estabilidade, em contraposição ao que lhe opõe: medo, desconfiança e instabilidade. Segundo o autor, comunidade se define como

[...] um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante

da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (2003, p. 7-8).

Se por um lado as disposições apontam para a impossibilidade da comunidade, o compartilhamento do estigma e da humilhação cria sentimento de desconforto e pode gerar ódio. As experiências, assim, não definem a comunidade como algo desejável. As várias comunidades da contemporaneidade situam-se em espaços físicos, quer sejam espaços públicos, ruas, esquinas e calçadas, ou equipamentos culturais, e também em espaços virtuais, como em *lan houses*, em redes sociais etc.

Os territórios físicos localizados no espaço e tempo determinado, como caminhos e fluxos reais de interação e partilhas, caminham juntos ao espaço virtual e se projeta e reverbera na vida cotidiana. Os diversos espaços e canais de entendimento e partilhas entre sujeitos e agrupamentos configuram a experiência contemporânea de viver em comunidade. Com o encurtamento de distâncias dos meios de transporte e de comunicação, a vida comunitária torna-se cada vez mais insustentável. Os sujeitos passam a se agrupar em comunidades virtuais ou a se isolar em modelos de comunidades que se assemelham a agrupamentos como *guetos* e *cités*.

Situo a experiência dos pescadores artesanais do Mucuripe numa comunidade de vida com espaço físico delimitado. Deve-se considerá-los como sujeitos que pertencem a uma comunidade, em espaço e tempo determinados, localizados em condições históricas dadas. Desse modo, as referências sociológicas citadas explicam as múltiplas determinações, complexidades e

singularidades por eles experimentadas. Assim, a complexa perspectiva contemporânea que descentra o homem e que o absorve do social faz dos pescadores uma representação imagética de um mundo arcaico? É possível afirmar que os pescadores são bravos trabalhadores do século XXI, cuja permanência nessa atividade artesanal tem seus dias contados, bem como suas formas de interagir no trabalho, e compartilhar e transmitir experiências e saberes sustentáveis? Como guardar ou preservar a produção de sentidos, significados atribuídos ao repertório de objetos, espaços, a paisagem local? Eles mesmos anunciam o desaparecimento e a extinção da atividade pesqueira caracterizada e praticada nos moldes artesanais de produção.

Para o pescador do Mucuripe, o respeito à natureza é a primeira condição para permanecer vivo. “Melhor não desafiar a natureza, ela pode dar o troco”, diz Pedro Oliveira (Informação gravada em 14/10/2010). Assim, enfrentar a fúria dos deuses ou da natureza contra os homens pode significar a indignação dos deuses contra o homem. Se ele desafia e não respeita a natureza, está se expondo e pode causar danos sobre ele mesmo – desse modo, o homem encontra-se numa situação de fragilidade. No entanto, nesse cenário, encontra-se o indivíduo que “manipula símbolos”, elemento principal que mobiliza valores, crenças.

Nessa perspectiva, situar a experiência dos pescadores artesanais do Mucuripe é considerá-los como sujeitos que pertencem a uma comunidade, em espaço e tempo determinados. Ou seja, trata-se de localizá-los em condições históricas dadas e buscar o entendimento do campo de forças que os envolvem e de definir as referências sociológicas que explicam as múltiplas determinações, complexidades e singularidades por eles experimentadas.

As relações e condições socioculturais dos pescadores do Mucuripe, em atividades cotidianas, entre outros aspectos, são mediadas pelo mercado de grandes ofertas e fluxos. São eles: trabalhadores, moradores, indivíduos, sujeitos em áreas periféricas de uma grande cidade e se constituem em comunidade. Entre outras coisas, a comunidade agrega uma quantidade expressiva de homens, mulheres e crianças que se unem em formas específicas de convivência, uma comunidade de trabalhadores que vive da renda da pesca. Uma comunidade em área nobre da cidade, marcada pelas disputas de uma metrópole capitalista, de um país emergente.

Essa comunidade resiste historicamente e sobrevive às mudanças sociais e profusão de novas tecnologias e mediações que conformam instituições do século XXI. É saber o que há de singular na nomeação de práticas e experiências gestadas pelos sujeitos, em particularidades socioculturais, o que os une em “comunidade de vida e de destino” (BAUMAN, 2005) e saber as formas culturais específicas que estabelecem para viver e trabalhar entre fronteiras, entre zona pobre e zona nobre da cidade de Fortaleza. É relevante também saber o que os vinculam às experiências “fora da comunidade”, extramuros, ao mundo que os rodeia, como se situam e transitam em múltiplos espaços de socialidades do bairro e da cidade. São de fácil constatação também os conhecimentos que produzem, as representações que fazem de si e do outro, sujeitos de uma sociedade complexa, que apresenta como característica “coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (VELHO, 1994, p. 8). O entendimento passa pela ideia e explicação da vida social dos sujeitos e pela necessidade de pensar e discutir uma sociologia da comunidade.

Responder a tais questões significa caminhar e explorar territórios nomeados como espaços habitados, espaços construídos e praticados. Desse modo,

identificam-se e situam-se os pescadores artesanais do Mucuripe em planos espaciais, interligados no espaço/tempo: o primeiro são lugares de atividade laboral, da pesca artesanal e todas as especificidades do seu modo de produção; e o segundo é lugar de moradia, espaços que abrigam e onde se conformam relações familiares e de vizinhanças, relações afetivas.

Para compreensão dos planos da experiência dos pescadores artesanais do Mucuripe, são necessários identificação e conhecimento dos grupos de pescadores, como se constituem e atuam no cotidiano da pesca, do que usufruem, o que negam, o que vislumbram de seus deslocamentos entre terra e mar; e, noutra perspectiva, conhecer os lugares particulares, rua, bairro e casa, enfim, e transitar entre espaços, à beira-mar, no bairro e na cidade, conviver de perto para desvendar sutilezas da realidade sociocultural, que se constitui de quantidade infinda de fenômenos e processos em curso.

A ideia de comunidade auxilia a compreensão dos modos de viver dos pescadores do Mucuripe. A comunidade dos pescadores e suas famílias se define a partir das relações cotidianas de trabalho e nos espaços de convivência nos bairros e comunidades dos pescadores, a aproximação de comunidade em que se situam os pescadores artesanais do Mucuripe. O pensamento de Tönnies, assim como o de Durkheim, colaboram para as primeiras noções de comunidade e sociedade. É na esteira da reflexão sobre os conceitos que Max Weber e Georg Simmel inserem-se na discussão, apontando perspectivas conceituais diferenciadas das perspectivas de Durkheim e Tönnies.

Simmel compreende que as formas de interação somente se entendem pela totalidade da situação em que se manifestam. A socialidade é uma maneira pela qual os indivíduos interagem e se associam “[...] onde o discurso torna-se o seu

próprio fim, não no sentido naturalista da tagarelice, mas no sentido da arte da conversação, com suas próprias leis artísticas” (COHN, 1979, p. 38). O sentido de configuração social, segundo Simmel, diz Conh, só é captado mediante exame das relações específicas que se estabelecem na configuração social que resulta de múltiplas interações envolvidas em ações (1979, p. 47).

Por outro lado, Simmel observa, em especial, que a metrópole é lugar de expressão máxima da individualidade, impessoalidade e subjetividade. “Para quem passeia, o caminho e a paisagem são mais importantes do que o ponto de chegada”. A frase, diz Waizbort (2000, p. 35), sintetiza a filosofia ensaísta em Simmel e imersão nas configurações de metrópole. Simmel considera os espaços da metrópole os espaços por excelência, de experimentos das atitudes sociais. Nesse cenário, o dinheiro aparece como principal mediador de experiências sociais e transforma a existência humana:

[...] na medida em que se insere entre os homens e as coisas, uma existência por assim dizer abstrata, livre da consideração imediata das coisas e da relação imediata com elas, sem que não seriam possíveis outras possibilidades de desenvolvimento de nossa interioridade (SIMMEL apud WAIZBORT, 2000, p. 189).

Para Simmel, o indivíduo recolhe-se na metrópole. As energias individuais, anteriormente voltadas para o exterior, concentram-se no interior. A cidade passa a gerar, assim, determinados comportamentos, entre os quais, a atitude blasé, que é a incapacidade de reagir a estímulos e novas sensações, fruto da grande quantidade de estímulos aos quais os indivíduos são expostos cotidianamente na metrópole. Para o autor, os espaços de socialidade serão extintos, e o estilo de vida de reclusão acentua o caráter individualista nas metrópoles. Simmel afirma que “a vida moderna na cidade grande, com o tempo contado e com as novas

possibilidades de emprego do tempo livre, leva a uma desvalorização das experiências que têm lugar no salão, sobretudo da conversa, que é sua alma” (apud WAIZBORT, 2000, p. 462).

Em Weber, a comunidade é uma relação social, em que a orientação da ação entre os sujeitos fundamenta-se no sentido de solidariedade, resultando em ligações emocionais. É produto, pois, da relação cujo fundamento é o sentimento de pertencimento, experimentado pelos participantes e cuja motivação tem como base qualquer espécie de ligação emocional ou afetiva. Os grupos motivados, dessa forma, estão geralmente à parte da rigidez institucional de outras formações, que, por sua vez, agem de modo racional. Daí os termos comunidades afetivas ou tradicionais. Tradição se identifica, assim, como fonte de poder, com características predominantemente patriarcais e patrimonialistas. Frente à racionalização crescente das esferas da vida social, a tendência é que as comunidades tradicionais ocidentais desapareçam, e deveria estar em cada realizar empírico humano. A especialização do mundo objetivo faz desaparecer os aspectos sagrados presentes no cotidiano da vida em comum.

Nessa perspectiva, a comunidade se opõe a sociedade. Enquanto a comunidade é tradicional, a sociedade é moderna; enquanto a comunidade agrega, a sociedade desagrega. Para alguns, a solidariedade dos vínculos comunitários recria-se efetivamente em novo contexto; para outros, apenas artificialmente, não significando ruptura com o individualismo. Assim, a oposição alimenta, de modo geral, o princípio segundo o qual a sociedade exerce primazia sobre a comunidade, a ser consumida pelas regras e normas da sociedade.

As ciências sociais se empenham em compreender e explicar a permanência de diferentes tipos de comunidades no mundo urbanizado e traz discussões,

modelos e modos de viver como elemento de debate, considerando processos de individualização crescentes nas sociedades ocidentais, pautado também pela necessidade de afirmação identitária dos sujeitos sociais. Pensar formas atuais de agrupamentos urbanos é pensar as características que as conformam e definem as relações entre comunidade, identidade, sociedade e cidade neste século XXI.

Os aspectos aqui discutidos situam os modos de trabalho e habitação dos pescadores artesanais do Mucuripe. Esses aspectos andam juntos, e o sentido da comunidade diz respeito à descrição dos espaços em que vivem e que agregam grupos de pescadores na cidade. Reunidos em torno da lógica da pesca artesanal, reúnem em torno de algo comum a seus membros, definindo, assim, o espaço em que habitam como “comunidade”, e não como gueto ou outro tipo de agrupamento humano. Desse modo, as características da comunidade de pescadores são fundamentais às definições criadas por seus membros. São, pois, as seguintes características de comunidade tradicional, um “ideal tipo” como referência para compreensão das comunidades do presente: a) sentimento de pertencimento e espírito colaborativo; b) localização territorial, simbólica e/ou geográfica; c) ideias e/ou projeto comum; d) permanência; e) formas organizadas e de comunicação.

Na compreensão de formas e constituição de comunidades em sociedades complexas, devem ser levados em consideração os processos identitários, ou seja, modos como as identidades são construídas e afirmadas, e como se referem aos sujeitos em interação em diversos espaços da vida social.

O mundo é dotado de realidades, e os campos de significação são infinitos. A vida cotidiana é a realidade por excelência, afirmam Berger e Luckmann (1985). Nessa perspectiva, faz-se necessário situar as relações da comunidade, compreendendo que a experiência contemporânea e a realidade cotidiana apontam

para a existência de distintos modos de vida e expressões e para interface dessa experiência. Se a especialização constante do mundo objetivo faz desaparecer valores e regras, visões sacras ao modo comum de viver, a vida cotidiana será reduzida a relações causais, relações utilitárias. A experiência da comunidade, em tempos de interações e negociações cotidianas, produz diversos sentidos e múltiplos pertencimentos.

Harvey (1992), ao comentar o livro *Soft City*, de Jonathan Raban, que relata a vida em Londres dos anos 1970, conclui que as cidades passaram a ser vítimas de um novo sistema de produção de signos e imagens. Credita tal fato às consequências do domínio do planejamento racional da vida moderna: as cidades aparecem como passarela onde desfilam, aos nossos olhos, diversos estilos da vida social. Nessa perspectiva, a vida centra-se em hierarquias sociais, e a homogeneidade dos sujeitos é ultrapassada. A cidade se conforma como palco à medida que os indivíduos se autorrepresentam em heterogeneidades. Emerge, assim, cotidianamente, nos espaços da metrópole, multiplicidade de papéis.

O autor diz ainda que os sistemas de comunicação são a base da conformação da nova paisagem urbana. Imagens, sinais e estilos de vida são o sangue vital da cidade grande, “[...] mas as próprias qualidades que fazem da grande cidade o liberador da identidade humana também a torna especialmente vulnerável à psicose e ao pesadelo totalitário” (1992, p. 18).

As sociedades do mundo experimentam, no século XXI, profunda transformação histórica/estrutural. No centro das transformações, estão as tecnologias, organizadas em torno da informação e comunicação. Ianni (1997) compreende que as mudanças são irreversíveis, ocasionadas pela concentração econômica em escala global, pela disseminação de novos meios de comunicação

de massa, pela negação de ideologias, pela convergência dos meios em ambientes digitais. Ao mesmo tempo, afetam os processos socioculturais, criam separações e contribuem para a emergência de novas demandas e formas de organização sociais. Se existem novos paradigmas de comunicação, e isso afeta as relações sociais, ele está centrado nas transformações das relações de trabalho, nas estruturas de emprego, na gestão da economia, na criação cultural e nas esferas das sociedades.

Conforme Giddens (1991), as influências globalizantes e as disposições pessoais transformam radicalmente a natureza da vida social e afetam os aspectos pessoais, e que “[...] a reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana” (1991, p. 10).

Os fatores incidem nos processos identitários contemporâneos. Em pauta, novos mecanismos de autoidentidade. Nesse contexto, os sujeitos não são passivos: “ao forjar suas autoidentidades, independente de quão locais sejam específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (1991, p. 9). O autor nomeia “desencaixe” os mecanismos que deslocam as relações sociais de lugares específicos, recambiando-as através de grandes distâncias, no tempo e no espaço. O deslocamento das relações sociais dos contextos locais de interações e sua reestruturação pelas extensões indefinidas de tempo e espaços, segundo Giddens, “produz um desencontro entre sentimento de pertencimento e localização”. O autor compreende desencaixe como se “um território fosse escavado e

colonizado. Mas a colonização, por sua própria natureza, não pode se completar” (1991, p. 11).

Na contemporaneidade, segundo Baudrillard (1997, p. 145), “tudo se comunica e nada se troca”. O avanço da comunicação, em todos os campos sociais, aparece apenas como fenômeno de ordem ideológica, do campo do discurso. No entanto, nesse cenário, encontra-se o indivíduo que “manipula símbolos”, elemento principal que mobiliza mercado e rede. Ele encontra-se incluso na comunicação, em redes e comunidades virtuais, que se transformam em espaços, por excelência, de socialidades. As comunidades virtuais substituem, fragilizam ou potencializam as comunidades reais.

A sociedade da informação é caracterizada por Bauman (2001) como sociedade individualizada, por libertar obstáculos físicos mediante fluxos em ambientes virtuais, corroborando para a apropriação do mundo em imagens, sons e dados. Temos um poder “desencarnado”, diz Bauman, que confere a possibilidade de movimentos, ações e interações à distância.

Bauman (2003) diz que o homem contemporâneo, manipulador de máquinas e tecnologias, tem sentimentos ambivalentes em relação à comunidade. Ele deseja e procura “lugar confortável e aconchegante para defender-se das inseguranças e instabilidades da vida social em tempos de modernidade líquida” (2003, p. 7). Em contraposição ao medo pela insegurança, surge a idealização da comunidade: ela emerge enquanto ambiente seguro, é erguida e traduzida como “isolamento, separação, muros protetores e portões vigiados” (2003, p. 103). Nessa perspectiva, a comunidade é desejada como espaço de segurança, de confiança e estabilidade, em contraposição ao que lhe opõe: medo, desconfiança e instabilidade. Segundo o autor, comunidade se define como

um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (2003, p. 7-8).

É um mundo, diz Bauman, que não está ainda a nosso alcance, mas esperamos vir a possuir. A vida na comunidade “sempre esteve no futuro” (2003, p. 9). Existe grande diferença entre a comunidade sonhada e a real. A realidade dura, hostil, não comunitária, contrapõe-se à “sensação de aconchego” que é desejada. Na comunidade sonhada, “em nome de todo o bem que se supõe que essa comunidade oferece, exige lealdade incondicional e trata tudo o que ficar aquém de tal lealdade como um ato de imperdoável traição” (2003, p. 9).

[...] Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir – mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável, do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida em comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem.

A comunidade exige rigorosa obediência em troca dos serviços que presta ou promete prestar. Isso supõe que os sujeitos devam “abrir mão de sua liberdade, ou pelo menos, de boa parte dela” (2003, p. 10). Bauman refere-se à existência de segurança policial e artifícios de proteção criados e mantidos em cidades, bairros e condomínios, que protege e dá segurança ilusória de seus moradores. Essa é a “moldura cognitiva” em que a ideia de comunidade se constitui. E o sinônimo é o

cotidiano repetitivo, a mesmice, a ausência do outro que é diferente, o outro que se considera invasor, estranho, ameaça. O homem se protege do medo da incerteza, próprio da experiência da vida. Bauman chama esses grupamentos de “comunidade do bairro seguro”. E conclui: “o que aparece no horizonte da longa marcha em direção à ‘comunidade segura’ (comunidade como segurança) é uma versão bizarra do ‘gueto voluntário’”.

Bauman, em reflexões sobre comunidade, refere-se aos trabalhos de Loïc Wacquant, que caracteriza o fenômeno do gueto como combinação de confinamento espacial (território) com fechamento social (moral). Em junção, um terceiro elemento conforma a experiência comum e o sentimento de pertencimento: a homogeneidade dos integrantes se opõe e se diferencia da heterogeneidade dos de fora (BAUMAN, 2003, p. 105). Nessa perspectiva, no bairro e nos guetos, a rigidez moralizante étnica ou religiosa etc. e o confinamento espacial produzem efeito sufocante, pois os moradores

descobrem, decepcionados, que, quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se além dos guardas armados e além da rede eletrônica de segurança. Os guetos voluntários compartilham com os verdadeiros uma espantosa capacidade de permitir que seu isolamento se perpetue e exacerba (2003, p. 106).

Bauman, ao referir-se às conclusões de estudos sobre guetos, considera que Wacquant põe a nu questões essenciais pertinentes às “agregações” e “segregações” existentes em periferias de grandes metrópoles. Nesses agrupamentos, é revelador o elevado nível de pobreza que, por sua vez, causa frustrações e privações generalizadas. Os guetos são verdadeiramente diferentes entre si. Bauman indica, como exemplos de diferenciação, guetos norte-americanos

e *cités (banlieues)* francesas. No caso americano, os guetos se sedimentam pela rejeição que combina “raça e classe social”. As *cités* são áreas operárias predominantemente ocupadas por imigrantes e racialmente mistas. Os jovens dos *banlieues* transitam em áreas e shoppings de classe média, como modo de diversão. O autor conclui que nem nos guetos negros nem nas *cités* francesas é possível livrar-se do “poderoso estigma territorial ligado à moradia numa área publicamente reconhecida como ‘depósito’ de pobres, de casas de trabalhadores decadentes e grupos marginalizados de indivíduos” (2003, p. 108).

Bauman finaliza a discussão sobre a situação dos pobres em sociedades contemporâneas, e com Wacquant conclui que:

Ser pobre numa sociedade rica implica em ter o *status* de uma anomalia social e se privado de controle sobre sua representação e identidade coletiva; a análise da mancha urbana do gueto norte-americano e da periferia urbana francesa [*mostra*] a privação simbólica que torna seus habitantes verdadeiros párias (2003, p. 109).

Se, por um lado, as disposições apontam para a impossibilidade de comunidade, segundo Bauman, o compartilhamento do estigma e da humilhação cria sentimentos de desconforto e gera ódio. As experiências, assim, não definem a comunidade, no sentido de experiência humana desejável.

As reflexões são fundamentais à compreensão de influências globalizantes em comunidade tradicional, na periferia da metrópole. Mediações contemporâneas que tendem a prolongar a existência local em existência global produzem distintas formas de incorporação da experiência do homem em comunidades, que cria processos de mediação, produz tecnologias para satisfação de necessidades. Porém, é um caminho de mão dupla: o homem constrói ambientes tecnológicos e artificiais e, a partir disso, ele emerge nos tempos atuais. Desse modo, domínios da

experiência humana – econômica, estética, política, sociocultural, médica, biológica etc. – passam pelos limites e alcance da mediação técnica. Se a mediação pauta o sentido do humano enquanto se enfrentam os dilemas da alteridade da experiência do mundo, pensar mediação é pensar os limites de enfrentamento e modos como mediação se ligam a experiência. Nessa perspectiva, comunidades se definem como domínio da experiência humana.

As várias comunidades da contemporaneidade se situam em espaços físicos, quer sejam espaços públicos, ruas, esquinas e calçadas, ou equipamentos culturais, em *lan houses*, em redes sociais etc., em territórios situados, como formato tradicional e como ponto de reparo de caminhos e fluxos reais (e virtuais) de interação e compartilhamento. São mídias e canais, mensagens e imagens que reverberam na vida cotidiana. Para Canclini (2005, p. 16), em sociedade, coexistem ou se chocam “os aspectos locais comunitários e a cultura como distinção”.

Em observações de Bauman (2003, p. 13-17), a sociedade moderna afeta o entendimento entre os homens. Em diversos espaços, ideias e pensamentos conflitantes não são mais partilhados. Ideias e anseios comuns não são partilhados, contestados ou discutidos, nos aspectos contraditórios, substituídos pelo consenso. No entanto, consenso não é partilha, senão negociação entre pessoas e interesses divergentes. Entendimento é partilha, sempre disponível à comunidade cuja transição para sociedade significa transição do entendimento ao consenso. Enquanto não houver canais de comunicação ampliados entre comunidade e outros agrupamentos, é possível que a homogeneidade se mantenha. Com a relativização de distâncias dos meios de transporte e de comunicação, a vida comunitária se torna cada vez mais insustentável e os sujeitos passam a se agrupar em

comunidades virtuais ou se isolar em modelos de comunidades que se assemelham a agrupamentos como guetos e *cités*.

Bauman (2005, p. 17) utiliza as expressões “comunidade de vida” e “comunidade de destino” para definir percurso, ou percursos dos sujeitos contemporaneamente: em comunidades de vida, os integrantes vivem em ligação absoluta, e, em comunidades de destino, ligam-se unicamente pelas ideias ou pela variedade de princípios. As definições referem-se às questões postas sobre identidade cultural. Para o autor, um único pertencimento e única identidade não se sustentam para sempre: são negociáveis ao longo da vida, e os caminhos e decisões que os indivíduos tomam e as maneiras como agem têm como referência pertencimento e definição de identidade, ou escolha dela. A “ideia de ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto “pertencimento” continuar sendo destino, condição sem alternativa.

Diante da impossibilidade de os sujeitos viverem e encontrarem uma comunidade, insiste Bauman, a ideia de identidade ganha importância. Identidade substitui, nos nossos dias, a comunidade. Incorpora a individualidade ao pertencimento de grupos ou filiações a estilos de vida. No entanto, filiações e pertencimentos identitários significam pertencimento comunitário – sempre pertencimento revogável, volátil, precário, por incapaz de trazer a segurança que a comunidade, no modelo clássico, possui. Isso torna os sujeitos vulneráveis, solitários, pois os esforços na busca individual de reconhecimento e identificação levam todos a procurar artifícios que os sustentem, bem como medos e ansiedades individuais, o que logo é compartilhado com outros indivíduos que também vivem em condições semelhantes, assustados e ansiosos (BAUMAN, 2003, p. 20).

O deslocamento da comunidade para a identidade não significa sua extinção, conclui Bauman. Existem comunidades orientadas por princípios éticos ou normas, pelas tradições e vidas partilhadas; mas também existem comunidades flexíveis e mutáveis, não conferindo orientação moral, destino partilhado, que permanecem sob o risco permanente de dissolução.

Martins (1996) chama atenção para o uso inadequado do conjunto identidade no singular, no estudo de pequenos grupos urbanos, de gerações, de classes sociais etc., afirmando que se tais identidades existem, no contexto de grupos específicos, entretanto se “[...] superpõem e se anulam no decorrer de um único dia” (1996, p. 38).

Canclini (2001) sugere hibridização para explicar o que contemporaneamente resulta das diversas mesclas interculturais de sociedades. O termo possui, segundo o autor, maior abrangência que outros usualmente empregados, como mestiçagem, sincretismo. Hibridação “permite incluir as formas modernas de hibridação e supera as referências feitas geralmente a fusões religiosas ou de movimentos simbólicos tradicionais” (1997, p. 19).

As sociedades se diferenciam, vive-se em grupos e como parte de diversos coletivos. A perspectiva globalizante da sociedade cria e fomenta as fantasmagorias da contemporaneidade: os locais são colonizados, e, segundo Giddens (1991, p. 27), “completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles”, que fomentam relações entre sujeitos ausentes. Assim se estabelecem os termos da vida sociocultural.

Segundo ainda Bauman (2006), as novas comunidades, nas grandes metrópoles, representam ruptura com o individualismo moderno e com a perspectiva impessoal da vida urbana. Múltiplas e variadas, as comunidades têm seu código ético e moral. E, quanto aos membros, mesmo que cada um partilhe uma

identidade, não partilha apenas aquela identidade ou é membro apenas de uma comunidade. Os sujeitos das metrópoles são compelidos a participar de comunidades, e a pessoa vive, desse modo, a pluralidade que lhe diz respeito. Nessa perspectiva, suas diferentes “máscaras” coexistem, de maneira mais ou menos conflitual, e assim ajusta-se com outras “máscaras” que também conformam espaços urbanos contemporâneos (2006, p. 38).

O pensamento da comunidade, contemporaneamente, passa, em especial, pelas relações entre indivíduo e intersubjetividade. A comunidade hoje não se configura como comunidade pensada por Tönnies, diluída com o domínio social fragmentado. A comunidade não se configura na idealização da sociedade futura, ou possibilidade de vir a sê-la. A comunidade do presente não possui a essência originária do passado, nem existe como modelo ideal, que vislumbra vida melhor no futuro entre os homens.

As comunidades contemporâneas trazem, pelo menos, um elemento que faz dela base de interações e relações sociais: interesse comum entre os membros. Mesmo que o interesse comum dure pouquíssimo tempo. A comunidade define-se pelos elementos e interesses que unem os homens em determinado espaço/tempo. O interesse molda demandas e exigências das comunidades. E seu tempo e permanência, no curso histórico, são imprevisíveis. A fluidez das relações fragiliza o ser-em-comum comunitário. Assim, as comunidades atuais vivem em condições temporárias. Também laços em comum. Uma comunidade tem a duração de um dia, o que não quer dizer que todas são voláteis. A sociedade contemporânea se constitui de tipos de comunidade e, entre eles, situam-se os que resistem, conformando mudanças estruturais e/ou se afirmam com os mesmos interesses originários e permanecem como modelo comunitário arcaico, originário. Concebida

assim, a comunidade marítima dos pescadores artesanais ainda carrega alguns traços, não se dissolve no tempo nem nas identidades.

São questões da atualidade, que se referem à vida em sociedade, quer em forma do capitalismo que se estrutura e reestrutura na sede de acumulação, conformando novas formas de exploração do trabalho, diversidades socioculturais, formas diferenciadas de grupamentos humanos, particularmente o papel das tecnologias, têm não somente impulsionado a reorganização da produção (e exploração do trabalho), como também proporcionam novas formas de organização socioculturais. Novos espaços surgem, mesmo sob o “reino do efêmero”, como define Baudrillard (1997) – dentro dos limites, os sujeitos constroem formas de pertencimentos, até de enfrentamento da dominação capitalista. A participação em diversos canais ou agrupamentos de representação contribui, assim, para a construção de práticas culturais diversificadas, segundo Bhabha (1996, p. 41), em “identidade políticas desiguais, não uniformes, múltiplas e potencialmente antagônicas”.

A compreensão dos processos exige olhar sensível, ver o mundo na diversidade: o que emerge, mas também o que existe de contraditório e antagônico, o que se opõe e resiste às hegemonias. Nesse sentido, vive-se era de paradoxo, sem perder o que é essencial, ou seja, que “o indivíduo constitui sua subjetividade no marco de uma relação de necessidade com o outro” (JELIM, 1996). No entanto, como temos a complexidade como condição humana, para subverter a perspectiva que descentra o homem e que absorve e elimina o social, em função de imagens e representações, há um campo de possibilidade, justamente seu oposto: capacidade de participar do mundo de questões que serão elucidadas a partir da permanência no campo, com formas de interagir e compartilhar experiências e experimentos.

Fez-se necessário o andar junto, acompanhar deslocamentos, compreender a produção de sentidos, significados atribuídos ao repertório de objetos, espaços, a paisagem local.

Agabem (2006) nomeia “comunidade que vem” como anúncio das formas de vida futura, com base nas singularidades, isto é, “singularidade sem identidade, uma singularidade comum e altamente manifesta” (2006, p. 55). A comunidade não se dissolve em identidade, ou numa identidade: “as singularidades façam comunidade sem reivindicar uma identidade, que os homens se copertençam sem uma condição representável de pertencimento (nem sequer sob a forma de pressuposto” (2006, p. 70). Assim, a comunidade marítima dos pescadores artesanais carrega singularidades, e para elas lanço um olhar. Os percursos migratórios e os relatos de várias “personas” são tomadas como pano de fundo que marca aquela população. Busco refletir sobre essa experiência marcada pela transitoriedade e nomadismos, pensados a partir das territorialização (ou desterritorialização) para a cidade grande, “o mundo da areia” e o “mundo do asfalto”. A reflexão aqui proposta implica também a discussão acerca dos significados que são atribuídos ao mar, fonte inesgotável de subsistência e simbolismos, como será visto no decorrer deste trabalho.

5 O MUNDO DE AREIA E DO ASFALTO

O intercâmbio entre os grupos étnicos que compunham o litoral, ao juntarem-se com habitantes do sertão, constitui o imaginário social cearense. O litoral é ponto do encontro de etnias: índio, negro, branco descendente de português e holandês. Informa Dantas (2007, p. 265) que

[...] Os índios, enquanto conhecedores das paragens litorâneas, legaram conhecimentos e informações importantes na constituição do litoral como território da pesca; o homem branco forneceu novos conhecimentos técnicos que potencializaram essa atividade; o uso do anzol de ferro é fruto do contato com o colonizador, já a jangada, hipoteticamente baseada em Almadias indígenas, foram aprimoradas a partir da colocação da vela triangular e doutros equipamentos de pesca.



Pescadores do Mucuripe e descendentes são herdeiros de híbrida etnia. Na lidacotidiana à beira-mar, usam e aperfeiçoam a jangada, embarcação a vela. Residem nas proximidades do trabalho, entre areia e asfalto.

O espaço urbano, de modo geral, revela-se em contrastes. Bairros nobres e de classe média se distinguem dos periféricos, como conjunto residencial, vilas, favelas e ocupações irregulares. Separam-se pelas estruturas: trilhos de trens, terminais e garagens de ônibus etc. Mas os locais de habitação e trabalho dos pescadores estão fisicamente próximos de bairros dos ricos. Desse modo, as fronteiras do mesmo espaço geográfico são, ao mesmo tempo, econômicas, socioculturais e simbólicas.

Pescadores e famílias habitam conjuntos residenciais, ocupações irregulares, pequenas vilas, ruelas, travessas, ruas e becos dispersos pela área do Grande Mucuripe – nos bairros Meireles, Varjota, Papicu, Praia do Futuro, Vicente Pinzón, Serviluz, conjuntos habitacionais do Morro de Santa Terezinha, no Castelo Encantado, no Morro do Teixeira. Nesses espaços, convivem famílias de origem sertaneja e de comunidades litorâneas que se dedicam a atividades laborais e de moradia, entre fronteiras, zona nobre e pobre do Mucuripe. Os pescadores estão separados por fronteiras erguidas em um mesmo espaço geográfico.

Na Avenida Beira-Mar, a separação física entre pescadores e moradores de condomínios residenciais é dada pela vigilância ostensiva que faz dos condomínios de luxo espaços sitiados: guaritas, guardas, vigias que controlam carros e pessoas pelas câmeras em paredes, garagens, portas, janelas, jardins e elevadores garantem o distanciamento dos corpos. Os habitantes de um mesmo bairro estão separados por essas fronteiras, que delimitam territórios e classes.

Há os do outro lado, do mundo da areia, em áreas da cidade onde tudo acontece e se apresenta de modo brutal ou sutil: mercados globais, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, violência urbana, turismo sexual, visível no cotidiano, que chega de modo ostensivo para descobrir praia e praianos, em processo de cooptação e adesão ao imaginário de que a vida na favela pode ser revertida, que é possível erguer o paraíso na terra, na cidade, no bairro.

Rua e mar, fontes que geram vida, revelam muito da experiência dos sujeitos da zona nobre e da pobre do Mucuripe, entre a Beira-Mar e a Praia do Futuro, em zonas de lazer e turismo, comércio e moradia. Os habitantes vivem fatos de metrópole litorânea que os afetam diretamente, como turismo, riqueza da cidade, violência, especulação, exploração sexual, degradação ambiental. Poluição e corrosão do ecossistema ambiental, falta de saneamento básico, inexistência de espaços de lazer e de equipamentos culturais, estado de risco pessoal, social e ambiental pela violência, uso de drogas, desocupação, desemprego e ameaça de desmoronamento de encostas são problemas graves de pescadores e famílias.

Na perspectiva de entendimento de formas de vida e moradia de pescadores e famílias, relato, a seguir, experiência de espaços significativos da cidade: Beco dos Cará, área residencial, Varjota, próximo da Avenida Beira-Mar; e Rua Primavera, situada no entorno do Meireles, no Conjunto São Pedro, Morro de Santa Terezinha.

5.1 Os espaços praticados

Os pescadores do Mucuripe atravessam tempo histórico na cidade e se definem como categoria profissional. Os homens vestem-se de sol para viver a aventura de trazer o peixe de cada dia. E, como tal, conformam a comunidade

marítima, que tem modos específicos de vida e representação do mundo. Existe, em grande parte das famílias, divisão de trabalho: de um lado, a figura do pescador, marido e pai; de outro, a mulher, mãe, dona de casa, que também pode ocupar-se como rendeira ou marisqueira – atividades que tradicionalmente se agregam ao universo da pesca. Elas podem se ocupar também como cozinheira, faxineira, lavadeira, engomadeira, doméstica em casas de famílias, hotéis e restaurantes da zona nobre ou em empresas no entorno.

Os filhos estudam em escolas públicas e fazem da rua festa, crianças em jogos e brincadeiras, e jovens participam de algum projeto social, e também labutam; são jovens estudantes, ocupados, jovens-adultos desempregados, que se vestem em estilo do gueto da praia e movimentam-se entre *lan houses*, frequentam pagodes, festas de forró, *swingueiras*, *reggae* ou bailes de *hip-hop*, paqueram, namoram, pegam onda na praia do Titanzinho, jogam bola e capoeira, dançam. São explorados pelos turistas e também os exploram, discutem e vivenciam violência, droga, e se embatem no nada fazer da rua e da praia e conversão a igrejas evangélicas, sem preocupação com seus problemas crônicos.

Juntos, homens, mulheres, jovens e crianças constroem e mesclam artefatos culturais, redes de solidariedade e experiências coletivas em que se estabelecem modos de entendimento entre as diferenças culturais que coabitam o mesmo espaço. Sentido de diferença, de oposição de espaços físicos e socioculturais, é transparente para os pescadores e familiares, é que transitam cotidianamente entre espaços de trabalho e de lazer, entre casa, rua, praia, entre o mundo de areia: onde se situa o local de embarque-desembarque das jangadas e áreas de moradia, no entorno do Meireles, no Morro de Santa Terezinha, na Praia do Futuro, entre bairros do grande Mucuripe. E o mundo do asfalto: tudo que localiza em áreas ricas, que

não pertence ao universo de pescadores, que se opõe e se distingue de comunidades estabelecidas em zonas de risco e vulnerabilidade. Nesse sentido, a nomeação caracteriza e distingue espaços ocupados que lhes são próprios. A fronteira marca, assim, a oposição entre riqueza e pobreza, evidencia diferenças e desigualdades, disputas simbólicas no espaço praticado, produzido em situações liminares. Em observação às entranhas, conclui-se que a oposição caracteriza *apartheid* que, de modo geral, é presente nos processos urbanos de cidades.

As habitações de pescadores estão em ruas, travessas, avenidas, pequenas vilas, becos espalhados pela área do Grande Mucuripe – nos bairros Meireles, Varjota, Papicu, Praia do Futuro, Vicente Pinzón, Serviluz, nos conjuntos habitacionais do Morro de Santa Terezinha, no Castelo Encantado, no Morro dos Teixeira. De modo geral, as pessoas socializam-se e interagem, seja na cidade, bairro, vila, em redes sociais entre vizinhos. Nos espaços de moradia, definem-se aspectos fundantes de normas de convivência sociocultural. Na vida em comunidade, convivência e partilha de conversas entre familiares, vizinhos e amigos são pautadas pelas questões que dizem respeito à vida das famílias, pelos problemas e dramas pessoais e coletivos, mas também pelas conversas e fabulações em calçadas. São fatos que mobilizam e fazem da vida social experiências de encontros, procuras, também desencontros, intrigas e desafetos. Moradia significa, pois, além de espaço habitado, mapa de histórias de vida, relicário de tempos.

É comum, nessas áreas, quantidade significativa de pessoas a circular entre ruas e calçadas. Existe também um ritual de sentar em calçada, no final da tarde. Há várias razões que se estabelecem e perpetuam o hábito – por exemplo, para “esperar o Aracati”, “espera”, na verdade, rotina do interior do estado do Ceará,

reproduzida também nos espaços de Fortaleza, no Morro de Santa Terezinha. Lenda ou fabulação, o certo é que o vento referencia a história do povo cearense, habita o imaginário popular e tem hora para passar. A desculpa pode ser o vento, vindo do leste ou oeste, nomeado de Aracati, o certo é que é vento marítimo que chega, brisa que se expande pela cidade, e nas calçadas sente-se o frescor mais intensamente. Como o vento, a vida dos moradores, dramas e alegrias se expõem na calçada, sem constrangimento, em conversas rotineiras. Calçada e rua são espaços que conformam casa como extensão e, juntamente com a praia, configuram-se como lugar de mobilidade e, por excelência, espaços de socialidades que delimitam territórios. Além da calçada e da rua, espaços movem a convivência social e conformam, assim, áreas de lazer e entretenimentos de comunidades do morro: os campos de futebol, bares, botecos, quadras esportivas, *lan houses*.

Rua e praia são centrais no cotidiano, tornam-se arenas da ação e definem a vida dos moradores do Mucuripe. Pelas referências e entre oposições socioculturais e econômicas, identidades locais de reconhecimento mútuo. São aspectos observados nos espaços de moradia e de socialização, como o Beco dos Cará, a Rua Primavera do Conjunto São Pedro, ou em qualquer local de encontro cotidiano em calçadas situadas, no “mundo de areia”.

De modo geral, filhos, netos e parentes vivem e transitam entre os espaços. Frequentam as missas, festas de barracas de praia, bares, forrós, pagodes, *swingueiras*, festas de *reggae*. Eventualmente, vão a espetáculos de teatro ou de dança, a show musical nos espaços culturais da cidade, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Centro Cultural Banco do Nordeste ou teatro do Sesc. Não existem políticas culturais públicas destinadas a moradores das áreas: vivem em situação de exclusão, carência e risco, agravada pelo fato de equipamentos e eventos culturais

serem pensados e dispostos em áreas de alto poder aquisitivo. Praia e litoral habitado da zona leste constituem principal espaço de ocupação e emprego, de lazer, de liberdade, de pescadores e parentes cuja distância geográfica reflete também a separação de classe na cidade.

O calendário de comemorações oficiais é basicamente de festas juninas e religiosas. Os festejos juninos envolvem as comunidades da periferia. No Morro de Santa Terezinha, mobilizam os moradores. À aproximação da semana de competição do Festival de Quadrilhas Juninas de Fortaleza, promovido pela Prefeitura Municipal, a comunidade vive o clamor dos jovens do Mucuripe que torcem, de modo específico, pelas quadrilhas “Explosão na Roça” e “Fogo e Lenha”.

A procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores, evento religioso, ocorre em 29 de junho e conta com a participação de grande número de pescadores e familiares. Em setembro, tem-se a Via Sacra da Festa de Santa Terezinha, cuja capela está localizada em morro homônimo. E, finalmente, as quermesses de Nossa Senhora da Saúde, organizadas anualmente por religiosos, ocorre na Avenida Abolição, próxima à Beira-Mar.

Esse evento mobiliza a comunidade de pescadores e moradores do Mucuripe. Interessa registrar que a Igreja Nossa Senhora da Saúde resulta da história de devoção dos moradores do Mucuripe, sendo erguida principalmente pela mão de obra dos pescadores. Segundo Dona Verinha, a pequena Igreja foi erguida ainda no século XVIII, quando Fortaleza sofria de peste bubônica, “morria tanta gente que não dava tempo de enterrar no cemitério São João Batista e as pessoas eram enterrada no Morro do Teixeira”, completa a moradora. Como fruto de uma promessa para a cura da doença, foi erguida no Morro do Teixeira uma pequena capela com o nome da santa; no entanto, a areia das dunas soterrou a capela. Os

pescadores começaram a construção de uma nova capela para a santa, à beira-mar (onde hoje é a Igreja de São Pedro dos Pescadores), mas a capela tornou-se pequena para a quantidade de fiéis. Em 1931, foi dado início à construção da atual Igreja de Nossa Senhora da Saúde. Segundo também informou Dona Nicota, moradora e cujas missas eram realizadas em terreno de sua família, até a construção ser finalizada: “os moradores do Mucuripe carregaram pedras na cabeça para ajudar na construção da Igreja” (Entrevistas: D. Verinha e D. Nicota, outubro de 2005).

No Mucuripe, observa-se uma dinâmica de eventos que indicam um consumo cultural localizado, centrado em atividades das comunidades, em seu entorno e bairro. Os fazeres e práticas são modos de suprir a falta de diálogo entre distintas experiências culturais, de diminuição de distância de moradores de equipamentos e eventos culturais, em áreas de alto poder aquisitivo. Existe adesão a eventos, às festas, às formas de ocupação da praia, domingos e feriados, a piqueniques nos feriados e férias, aos passeios em grupos em shopping centers e feiras populares, entre outros. São, assim, limites que os separam de grupos sociais e moradores do Mucuripe. Nesse sentido, espaços edificados – ruas, praças, quadras esportivas – são ressignificados pelo uso no cotidiano. À medida que isso acontece, conformam-se zonas simbólicas de sentido para moradores. São áreas quase invisíveis ao estrangeiro, ao pesquisador, por exemplo, lugares públicos da comunidade, de reconhecer, encontrar, falar, marcar encontro, agendar, trocar informações, jogar. De símbolos e códigos próprios. As festas de *swingueiras*, por exemplo, não estão na agenda cultural da cidade. São organizadas por jovens e itinerantes. A prática de jogo online modifica o horário de funcionamento de *lan houses*, abertas quase 24 horas. Pela meia-noite, jovens do morro começam as competições. São exemplos

que evidenciam o fato de que, para conhecer os espaços físicos e práticas culturais, é necessária a passagem demorada para conhecimento de “pontos cegos” onde a vida pulsa, socialidades se estabelecem, em linguagens e códigos específicos.

A cidade revela-se em valores dos moradores, e os espaços são, entre especificidades, locais de encontro, reunião, de festa. A festa, para Lefebvre (2001, p. 28), é “consumida improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio”. O autor fala do privilégio dado aos espaços de circulação para os automóveis, em detrimento da rua, lugar por excelência do encontro,

[...] sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada.

Lefebvre discute as mudanças em estruturas nas cidades, provocadas pelas visões urbanísticas, assinalando que a rua aparece como seu oposto, como um local de extinção da vida. E a cidade é reduzida a dormitório, a aberrante finalização da existência. Assim, completa:

[...] Nela joga-se, nela aprende-se. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. [...] Onde quer que a rua desapareça, a criminalidade aumenta, se organiza. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca

pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pode tornar-se “selvagem” e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições?

Em comunidades do Mucuripe, a rua é lugar de desordem, onde a vida pulsa. Para compreensão do dia a dia dos pescadores, vivenciei situações cotidianas, entre becos, vilas e conjuntos habitacionais, como o Beco dos Cará, um condomínio familiar entre muros da Varjota.

5.2 O Beco dos Cará

À subida da Volta da Jurema, quase final da Avenida Beira-Mar, pela Rua Pescador Manoel Jacaré, transversal, tem-se quatro quarteirões de edificações recentes, prédios comerciais e apartamentos. Depois da Av. Abolição, a Manuel Jacaré tem nome de Rua Pedro Rufino e, no primeiro quarteirão, encontra-se, ao lado direito, a edificação de um dos primeiros cinemas de bairro de Fortaleza, Cine Mucuripe, hoje academia de artes marciais. No terceiro quarteirão, encontra-se a Escola de Ensino Fundamental e Médio Bárbara de Alencar, ladeada por grande terreno murado e pelo Beco dos Cará. Fica entre ruas, avenidas e condomínios residenciais da Varjota, bairro de classe média alta da cidade. O Beco é, assim, um espaço totalmente comprimido entre prédios. O Beco dos Cará tem muralhas imaginadas, construídas por laços de família, unidas pela festa.

A entrada do Beco dos Cará é pela Rua Pedro Rufino, caminho pelas calçadas estreitas para conhecimento do espaço. No percurso, área aberta, cimentada, lembra quadra de esportes em tamanho menor. Chega-se logo à Rua Álvaro Correia, número 32: ali é o final do beco. Não há como entrar no Beco dos

Cará sem escutar uma música em volume máximo, vinda do bar ou de qualquer casa. Ninguém se incomoda com o volume da música.

O Beco dos Cará é um condomínio familiar, caracterizado como microespaço de pessoas ligadas por laços de parentescos e pela alegria do encontro semanal, na socialização dos dramas e questões que lhes dizem respeito particularmente, mas em especial em comemorações. A festa, como a consanguinidade, mantém unida homens, mulheres, jovens e crianças.

Duvignaud (1983, p. 56) refere-se ao conceito de habitar, como verbo mais abrangente, além de “o simples alojar”: é a experiência fundamental de nossa existência, lugar de asilo e de abrigo, em que nele

[...] existir é, antes de tudo, desenvolver-se dentro desta extensão impalpável que se enquadra circunstancialmente nos apelativos que lhes aplicam as sociedades e nos alojamentos a que ela abriga [...] o lar é comparável ao ventre, como ponto de encontro entre os procedimentos naturais e a vida coletiva, a conjugação da matéria e da espiritualidade.

Casas contíguas, distribuídas irregularmente, construções amontanham lajes e andares às casas térreas do Beco. Cerca de 30 casas, e em cada uma mora de seis a sete pessoas, num total de 180 a 200 pessoas, afirma Evânia. Além das casas, existe a quadra e o *Beco's Bar*.

Uma senhora de cabelos brancos, rosto marcado, mãos hábeis, faz labirinto ao lado de outra sentada à frente, na almofada movimentada, com leveza os bilros no desenho de uma renda. Crianças na calçada. Encontro com Maria Evânia Albuquerque de Carvalho, em longa conversa.

O espaço quadrado utilizado parece estranho; é que, em meio ao amontoado de casas, o espaço vazio é algo “fora do lugar”. Mas, por outro lado, o vazio é indicador de algo, que existiu ou virá a ser. A explicação de Evânia: “É a quadra das

festas, tá vendo o bar? É da comunidade, o bar e a quadra tudo é da comunidade, a minha irmã é quem administra o bar”. Em especial, sobre a origem do nome do beco: “Aqui eu chamo de rua, a rua que eu nasci. Só que o nome é Beco dos Cará, que é um beco, uma passagem de uma rua pra outra, é em homenagem a Manoel Cará, pescador, que era o meu avô”.

Evânia fala com entusiasmo e orgulho que sua família é de pescador – pai, irmãos e tios, todos são pescadores, e o avô, que ali residiu, pescava muito cará e gostava de comer esse peixe. “Aqui é uma família só, uma comunidade, a gente vive em total harmonia porque todos são parentes”. Sobre o sentido de “total harmonia”, Evânia já tem a resposta:

a gente nunca briga, tudo tem acordo. Aqui funciona como um condomínio. O principal é as festas, quase todo final de semana tem uma festa, sempre tem um aniversário, por isso nós temos aquela quadra, que é para os eventos, festas de batizado, de casamento, natal, dia das crianças. O ponto forte da gente é se confraternizar.

Evânia é responsável pela organização das festas, no Beco dos Cará, fazendo divulgação, e também arruma e decora o ambiente:

Aqui não precisa de alto-falante, eu sou um alto-falante, saio gritando quando tem as festas, desse modo todo mundo já sabe e vem me perguntar qual é a festa do dia. O bar que fica ali na esquina é aberto toda hora, no carnaval de dia e de noite, dia de festa, abre de noite. O carnaval aqui é só pras criança, pois no carnaval tem muito lugar que já tem festa. Eu que organizo o carnaval das crianças.

A origem das festas, segundo Evânia, está nos eventos em que se transformava o ritual de fazer e comer lagosta pescada pelo pai:

Meu pai era pescador, e na tardinha a gente ia esperar ele chegar do mar. Lembro que tinha o café da tarde, que era um cozido de peixe com pirão. Ainda hoje a gente faz o pirão de peixe, pela manhã. A gente comia peixe diariamente. A gente ia esperar o pai e, quando era época de lagosta, a gente fazia uma festa com as cabeças das lagostas. E, quando eram as novinhas, vinha tudo com o pescador e a gente fazia uma festa, pois a lagosta é uma comida gostosa.

Logo vem a lembrança da área da Varjota:

A nossa infância foi tão bonita, quando tamo reunido a gente comenta. Não tinha videogame, não tinha nada caro. Os brinquedos eram as plantas, tinha um cajueiro altíssimo, a gente brincava de bandeirinha, à noite aqui na pista, correndo. Alguém subia o mais alto possível na mangueira, ia até o olho da planta, e a gente tinha que alcançar o bandeirinha. [...] Inventava circo, pegava um lençol e fazia um circo. Quem era o artista do dia. Sempre tinha um artista do dia. Eram dias bons, não tinha violência, era como se fosse um mundo cheio de pureza. Hoje os filhos saem e a gente se preocupa com a violência que pode ocorrer no caminho de casa.

A maior preocupação de moradores do Beco é a especulação imobiliária. “A gente tá aqui há mais de 50 anos, e a gente tem medo de alguém chegar e fazer uma proposta. São muitos moradores, e cada um pode ter sua opinião”. Evânia revela o medo de imobiliária oferecer valor irrecusável e “tirar a gente daqui pra outro lugar. Onde tem prédio, arranha-céu, eles não querem uma favela próxima. Eles acham que só tem gente ruim morando aqui”. E completa a informação dizendo que já quiseram comprar a área: “eles querem comprar, construir, mas se isso acontecer, não vai ser tão fácil, vai ter muita conversa. Mas não vai ser fácil a gente sair daqui, porque aqui tem uma história”. Mas, na Varjota, o Beco é estigmatizado, justifica Evânia:

[...] um delinquente que está fazendo coisas erradas nas esquinas desse bairro, quando a polícia vem e o marginal é pego, ele logo diz – eu sou do

Beco dos Cará. E às vezes nem é morador do beco, e é assim que fica a história de se dizer que aqui só tem marginal. Eu sou moradora daqui. Não tenho vergonha de meu beco. Aqui tem cidadãos, pessoas que trabalham honestamente, acordam cedo e vão pro trabalho, são cidadãos que não andam infringindo a lei.

Toda a área, no passado, era cheia de “belezas naturais”, diz Evânia, mangueiras, cajueiros que formavam “os parquinhos onde a gente brincava, era uma plantação enorme de mangueiras. Era nossa diversão”. Lembra que “à tardinha” o pessoal ficava sentado até tarde da noite na calçada mesmo, conversando. As crianças brincavam e os adultos prestavam atenção. “Diversão era essa”, concluiu.

A comunidade frequenta, de modo generalizado, o barzinho. Esse é o sentido de posse, sentimento de propriedade e compartilhamento do espaço. Todo final de semana, sábado ou domingo, tem-se churrasco ou feijoada. “Não precisa combinar, já é quase uma lei, cada um vai chegando, trazendo os ingredientes, e conversa e cozinha e come e bebe, sem briga, nem confusão”. É o sentido de harmonia aludido por Evânia, que continua explicando, com detalhes, o calendário de festas do Beco: “Quando tem aniversário, a festa acontece no sábado ou no domingo. Como a família é grande, é festa todo fim de semana. Agora, nesse mês de agosto em diante, vai ter muito aniversário, até o Natal é só aniversário e depois emenda com o Natal.

As festas se fazem por qualquer motivo. A música é ligação entre parentes e moradores. Assim, a festa é regra, e não exceção na vida dos moradores do Beco. Posso dizer que seus moradores conhecem as festas e sabem viver em comunhão. Na festa, destrói-se a aparência de normalidade.

As festas se organizam segundo datas de aniversários; desse modo, faz-se produção e divulgação de agenda, organizada em respeito a datas especiais do calendário de feriados local, estadual e nacional, em que se inserem comemorações de cada núcleo familiar. As festividades do Beco são familiares, mas também acompanham festas e feriados nacional e local – datas que completam a agenda de festas do Beco. “Aqui ninguém briga, cada um tem sua vontade respeitada”, completa.

No final da conversa, quis saber sobre os trabalhos e ocupações dos moradores do Beco, e Evânia disse haver determinados tipos de atividades no espaço que geram renda, homens, “quase tudo é envolvido com a pesca”, e tem o trabalho das labirinteiras, D. Mazé, D. Augusta e a D. do Carmo, que trabalham por encomenda, fazem labirinto e bordados, tem o trabalho das “lavadeiras de ganho, que a gente chama a preço de baixo custo, lavam e engomam com gosto, começa de manhã e, à tardinha, já está entregando”.

Nesse dia, saí do Beco dos Cará com promessa de retornos, para conversar com as labirinteiras e também para a festa de aniversário de um ano de Manuel, filho da Jacqueline, prima de Evânia.

A forma de organização do espaço familiar, estruturas e modos de partilha do espaço de lazer e apropriação do lugar se dão de modo bem específico. Festa e partilha são formas de preservação, na diferença e iminência de risco e desaparecimento da comunidade: é que a convivência comunitária, no cotidiano, assegura cumplicidade, reforça a identidade e confiança entre iguais.

Fortaleza, 8 de junho de 2013, 16 horas, Beco dos Cará: a festa está marcada para 17 horas. Cheguei mais cedo propositadamente. Participei, assim, do final da decoração da festa. Três meninas e um menino estavam enchendo as bolas verdes e brancas, assoprando com a boca e amarrando-as em forma de grande

coração. Impressionante a técnica de soprar e esculpir um coração com bexigas que explodem fácil. Soube que as cores das bolas eram referência ao Palmeiras, time de futebol de São Paulo. Os meninos, apressadamente, explicam: “É que o pai dele é torcedor doente do Palmeiras”, falou um dos meninos. “Também só tem ele que é Palmeiras, e o Chicó, que torce Ferrim, o resto tudo é Ceará e Fortaleza. Ele quer que o menino siga o gosto dele pelo futebol”. Músicas infantis alegam o ambiente. Conteí 27 crianças, entre dois e cinco anos, 15 meninos de 12 anos, e oito meninas também da mesma idade.

Divisão etária separam as gerações em disposições nos espaços. Crianças dançam, outras correm, espalham-se entre mesas dos pais, ou em fila de um pula-pula, atração da festa. Em mesas se dividiam, os mais velhos de um lado, jovens se juntavam. Eram servidos bebida, cerveja, caipirinha, cachaça. Cada um paga a bebida alcoólica que consome. Os pais do aniversariante oferecem refrigerantes, os salgadinhos e o bolo. A quadra toda era uma festa. Às 17 horas, Evânia disse que todos estavam lá, menos “Vicente e Joaquim, tios do aniversariante, que estavam no mar, em pesca de dormida”, mas que o pedaço do bolo é guardado para eles. Toda festa sempre falta algum, que está no mar”.

Hora de cantar parabéns. Música eletrônica desligada, acende-se a vela e, aos gritos de “parabéns pra você”, ecoam vozes beco afora. A mãe parte o bolo, divide-o entre os das mesas e das crianças, que acompanha uma lembrancinha. Alterada radicalmente a trilha sonora da festa, o evento, originalmente infantil, transformou-se em baile dançante para adultos. Ninguém se incomoda, explica Evânia: “É assim mesmo, primeiro eles, depois a festa é nossa, e não tem hora pra acabar!”. A música tocou, sem interrupções no mesmo volume, até três horas. Evânia já dava conhecimento aos que ali estavam quando seria o próximo evento.

A festa é referência da cultura brasileira. O cenário urbano torna-se espaço por excelência de festas: espaços públicos, praças e ruas tornam-se palcos de comemorações. Pela festa, é possível compreender as ligações territoriais, e, segundo Di Méo (2001), podem-se perceber

[...] os signos especializados pelos quais os grupos sociais se identificam a contextos geográficos específicos que fortificam sua singularidade. A festa possui com efeito a capacidade de produzir símbolos territoriais cujo uso social se prolonga bem além de sua duração (2001, p. 2).

A capacidade simbólica unifica e identifica o lugar. É, assim, possível compreender o Beco dos Cará. Seus moradores se empenham em organizar o espaço totalmente degradado. As relações de sangue dão sentido à existência e permanência na moradia e formas de organizar o lazer de trabalhadores.

O espaço de festa no Beco dos Cará é comunitário, a céu aberto, entre casas, organizado com mesas, cadeiras e bar. Funciona como extensão das casas e serve como referência de identificação, simbolizada no ato de cozinhar, de comer e beber, de comemorar e dançar. A comunidade de sangue festeja e reúne, ao mesmo tempo, em território, aspectos que traduzem uma ideia particular de habitar, que se prende à união e harmonia, e marca, assim, um modo específico de viver na cidade. Tornada rotina, como é o caso das festas do Beco, diferentemente das que têm o sentido em si mesmas, os rituais familiares desempenham papel fundamental na aproximação dos moradores, fortalecem os vínculos emocionais e processos que mantêm a unidade no pequeno e diverso microcosmo que é o Beco dos Cará.

5.3 Essa gente que pertence ao mar

O trabalho artesanal de renda de almofada e labirinto é uma especialidade das mulheres que moram no Beco dos Cará e Morro de Santa Terezinha. É comum

encontrar, em determinadas colônias de pescadores do litoral cearense, unidade familiar baseada na relação artesanal da pesca e do trabalho de renda de almofada e de labirinto. As atividades assim se dividem: o homem pesca, a mulher faz trabalhos domésticos no período da manhã e, em outro turno, espera o tempo passar, fazendo renda ou labirinto. Ela também desenvolve atividade de marisqueira e, mais raro, adentra o mar, como pescadora. Enquanto espera o marido, a mulher “precisa ocupar o seu tempo, para não ficar pensando besteira”, como disse Maria José da Silva Gomes (D. Dezinha), 82 anos, labirinteira.

Conversei com três irmãs, rendeiras, ligadas pelos laços de família e pelas linhas que entrelaçam a tessitura das rendas e labirintos da vida. São mulheres de respeito e admiração, cabelos brancos, rostos marcados, mãos que manuseiam linhas e que traçam caminhos coloridos de tramas pré-definidos em desenhos herdados dos brancos portugueses no tempo da Colônia, que deixaram marcas nas praias do Aracati, entre outros lugares do litoral cearense.

Consideram-se, genericamente, rendeiras, e produzem renda de bilro (ou de almofada), labirinto e o filé. Maria José da Silva Gomes, 82 anos, e Maria Augusta da Silva Valente, 77 anos, fazem labirinto, e Raimunda da Silva Torres, 78 anos, é rendeira de almofada.

O trabalho manual é dedicação e abnegação que acompanham a vida das mulheres as quais usam as mãos em movimentos precisos. O movimento de labirinto é lento e exige concentração para não errar os pontos. “Errou um ponto, tem que desfazer e fazer tudo de novo”, D. Mazé informa, sem desviar o olhar da toalha que tece no momento.

Os bilros produzem agradável e ritmado som que caminha por entre linhas traçadas no desenho riscado a lápis, fixado na almofada com espinhos. Os desenhos são heranças de família, que “é guardado a sete chaves”, fala a artesã,

enquanto suas mãos executam rápidos movimentos entrelaçando linhas coloridas: “aqui também não se pode errar, mesmo com o desenho riscado no papel”.

Há primor no labirinto e em cada ponto costurado. Uma ao lado de outra, as artesãs trabalham silenciosamente, em concentração. Tento estabelecer um diálogo, o que ocorre sem que o trabalho fosse interrompido. Sentadas na calçada, tecem conversas aprazíveis, tecem também o tempo.

De modo geral, as rendeiras estão presentes em todo o litoral cearense e fazem parte de famílias, em atividades associadas à pesca artesanal. Técnicas de trabalho manual nos trouxeram os portugueses, e o ofício foi herdado de seus familiares, informa Maria José: “Minha tia me ensinou quando eu tinha a idade de nove anos e também ensinou pra minhas duas irmãs”.

Pais e maridos das rendeiras são pescadores. “Quando o pai saía pra pescar, a gente ficava com medo, porque o mar é perigoso e uma vez ele ia morrendo. Mas o labirinto ajudava o tempo passar”. Maria José, viúva, para se sustentar, fazia labirinto e lavava roupa. “Lavei muita roupa lá no corrente, ia de manhã e só voltava de noite [...], agora, como o labirinto tá mais valorizado, deixei de lavar roupa”. A labirinteira com tanta encomenda quase não para de trabalhar, “e até hoje ainda tenho a memória para trabalhar. No meu tempo não tinha ninguém preguiçoso, não, todo mundo trabalhava”.

Maria Augusta dedica-se com o mesmo entusiasmo: “eu só paro à noite, que a vista tá ficando curta e às vezes num tenho folga. Nem no domingo, que é dia de missa, eu paro de trabalhar”. As rendeiras informam estar o trabalho artesanal mais valorizado agora. Antigamente mais barato, “[...] agora a gente ganha melhor. A renda se faz com os bilros, e o labirinto só faz com a agulha”. Sobre a origem do nome “labirinto”, pairou um silêncio profundo e desconcertante, e Maria Augusta

respondeu num sussurro: “o pessoal acha o nome labirinto bonito”. Depois aumenta o volume da voz para explicar o papel da atividade das mulheres:

[...] com esse trabalho, a gente se *interte* também e ajuda nas despesas da casa, só lamento que o pessoal novo não querem saber. Tem muita gente, minha sobrinha, ela não que trabalhar no labirinto, nem na renda. No meu tempo, todo mundo trabalhava. Minha família dava uma tarefa e a gente tinha que fazer. Ninguém brincava, não.

Maria José explica, com detalhes, as etapas do trabalho com o labirinto. É comum divisão de tarefas, trabalho de manufatura, e cada uma se especializa:

[...] primeiro a gente desfia o pano, depois de desfiado nos põe na grade aí nós vamos fazer esse labirinto, começa pela bainha, depois é que nós desfia, para bordar. É difícil pra quem não quer aprender, as mulheres de pescadores ficavam fazendo isso, era seu tempo.

Maria Augusta faz renda de bilro e labirinto com 10 anos, pois a mãe e os filhos fazem alguma coisa para ajudar nas despesas da casa:

O dinheiro dava pra ajudar alguma coisa. Quem ensinou pra nós foi a tia, ela fazia as peças grandes, colchas, toalhas, toalhas de banquete, e botava a gente pra ajudar a ela, então nós tudim aprendemos com ela, no Aracati. [...] Meus seis filhos, foi o labirinto que me ajudou a criá, me casei fazendo isso aqui, meu marido morreu e eu continuei a fazer o labirinto. Fiquei com seis filhos, com esse ramo de vida, com lamparina, trabalhava de noite e de dia. Só eu e minhas irmãs. Mas eu pretendo ensinar minhas netas a fazer labirinto, ensinar essa profissão. As minhas netas têm vontade de aprender. Quando eu morrer, elas vão ficar com essa minha profissão.

As mulheres têm, em comum, a família e o artesanato, fazer manual que exige o preciosismo da atenção e memória. A relação que as mulheres ressaltam é ligação entre elas, é que estão relacionadas com a cultura da pesca. Maria Augusta refere o pai pescador, dizendo de seu trabalho:

[...] nós só queria saber se o pai voltava e trazia a janta. Sentia falta dele quando ele ia pescar de dormida. O mar é perigoso, é bonito, mas tem muita coisa boa, o peixe, a lagosta, tudo é bom, se a pessoa fica doente, se banha de mar e cura uma gripe. Só tem coisa boa.

A habilidade de Maria Augusta é fazer o labirinto. A artesã fala, contente, sobre sua especialidade. Mas não se vangloria; antes, diz que qualquer pessoa, “querendo”, pode fazer. É só “prestar atenção no que tô fazendo”, a rendeira segue ensinando, e, de modo didático, explica: “a primeira coisa é fazenda, desfia e coloca na tela. Faz a bainha, pega a agulha e a gilete e corta. Corta dois fios e deixa quatro, aí faz fazer a renda. Depois faz o caseado, o acabamento. [...] Me sinto feliz quando faço o meu trabalho”.

Sobre riscos da pesca no mar, a artesã ressalta o lado perigoso da atividade:

[...] é perigoso, enfrentar um mar deste! Vai e não sabe se volta, se eu fosse homem dava essa vida não, eu nunca fui pra uma procissão no mar, na festa de São Pedro, porque eu tinha medo. Eu tenho medo, gosto nem de tomar banho no mar de tanto medo, é muito perigoso, o mar.

Raimunda é casada com um pescador que deixou de embarcar e exerce atividade acessória na pesca artesanal: “ele não pesca mais, ele não vive no mar, só em terra, ele compra o peixe e vende, na praia mesmo”. Para a rendeira, aprender o bilro foi muito difícil, e fez até promessa para manusear os bilros:

Eu não tinha mais vista pra fazer o labirinto, então fui fazer o bilro, mas é difícil. Eu pedi pra minha mãe me ensinar, ela disse que sabia fazer, mas não sabia ensinar. Minha irmã ouviu a conversa e disse: “Raimunda, vou te ensinar”. Esse não é trabalho de se ensinar, não, é difícil de fazer, e pra ensinar precisa ter cabeça muito boa. Se minha vista fosse bem boa, eu queria antes o labirinto, já que eu nasci e me criei fazendo o labirinto, mas eu não enxergo nada pra fazer o labirinto.

O universo das mulheres dos pescadores é bastante complexo. A marisqueira Vanda Maria Barbosa Soares, 40 anos, e Maria Alves da Silva, 86, que foi pescadora, são moradoras do Beco dos Cará, com quem conversei longamente em suas casas.

A atividade da pesca de marisco é das mulheres. Crianças e jovens também pegam mariscos na beira do mar, é uma atividade bem leve comparada ao trabalho de enfrentamento do mar: “meu marido, que é o pescador, vai mais longe”, explica Vanda Maria, que, pela falta de oportunidades, herdou da mãe a atividade de marisqueira, e Vanda completa: “meu avô, meu pai, meu marido, a família toda *pertence ao mar, a terra é porto*”. “Meu avô, meus tios, o meu irmão também é pescador, toda a família, minhas tias e eu me casei com pescador”. Vanda explica a origem da atividade de pegar marisco: “pronto, a mulher do pescador já é uma marisqueira, se a pesca não tava dando totalmente, a mulher se junta ao pescador pra ajudar”.

Na visão das mulheres, o trabalho do pescador é mais valorizado: “hoje ele tem aposentadoria, seguro-desemprego, mesmo com toda a burocracia, pois tem que provar que é pescador mesmo”. Vanda Maria enumera razões que justificam a atividade das marisqueiras: o pescador vai pro mar (pesca de dormida), se o dinheiro deixado em casa e os mantimentos acabam, ou não suficientes para alimentação da família, a mulher tem a opção de pescar o marisco e “não deixar os filhos com fome”. A sobra é vendida. Vanda pegava caranguejo, ostra, pra ajudar na renda, e criação dos filhos: “não passei necessidade porque também pescava, nem sempre o meu marido voltava com dinheiro, e, se eu não tivesse o trabalho, passava necessidade”.

Maria Alves da Silva, 86 anos, é pescadora da comunidade do Mucuripe. Aos 11 anos acompanhava o pai, pescador. No Mucuripe, ele pescava todo tipo de peixe: biquara, cangulo, mariquita, piraúna, todo tipo de peixe, “tive coragem de entrar em alto-mar, mas agora não posso mais, tô muito velha, ia pro fundo, pegar cangulo”. Maria Alves era auxiliar do pai, na época de pesca, por mais 30 anos: “era muito peixe, chegava em casa eu dava a metade pro meu vizinhos, o resto eu comia, salgava, guardava”.

Sempre que se fala do mar, o pescador ou familiares ressaltam os riscos da atividade marítima. Maria Alves afirma nunca ter passado perigo no mar, e se diz feliz na profissão. O mar é assim revelado: “o mar lá no fundo é muito bonito, a minha vontade era passar a vida toda pescando, mas o vento era demais, tinha dia que era forte, mas tinha dia que era tão calmo, que eu me admirava”.

Na conversa com mulheres, artesãs e trabalhadoras do mar, fiz a pergunta que afeta esta pesquisa – e qualquer pesquisa de práticas culturais: filhos e netos de pescadores e rendeiras são estimulados a dar continuidade às atividades de seus familiares?

As mulheres assinalam, com veemência, que as gerações mais novas não sabem fazer renda, nem se interessam em pegar marisco. A maioria lamenta o fato. Maria José fala que as filhas não se interessam pelo labirinto; Maria Augusta é categórica: “as minhas filhas não querem aprender”. A rendeira Raimunda, única que não demonstra decepção pela falta de interesse das filhas, antes comentou que a neta quer aprender, pediu pra ensinar e “eu disse pra ela: eu não vou ensinar, não, vá fazer outra coisa”. E, tentando justificar o pensamento, completa: “[...] esse trabalho só é valorizado aqui porque a gente faz e vende, mas não é essas coisas toda, não”.

5.4 Morro de Santa Terezinha

O Morro Santa Terezinha se destaca por “apresentar uma topografia que chega a ultrapassar a cota de 30 metros com declividades bastante acentuadas. Está localizado nas adjacências da duna alta do bairro Vicente Pinzón, logo após a Avenida Alberto Sá” (RIBEIRO, 2001, p. 135). Do ponto de vista geográfico, o morro é uma área privilegiada, com visão panorâmica de toda a zona leste da cidade de Fortaleza. Toda a orla do mar habitada, avenidas, prédios, restaurantes, boates e condomínios luxuosos se observam do morro. Entre o Oceano Atlântico, cais do porto e complexo industrial de gás e combustível, o Morro de Santa Terezinha integra o bairro Vicente Pinzón, e agrega conjuntos habitacionais além do Santa Terezinha: Conjunto São Pedro, Joana D’Arc, comunidades do Buraco e da Manteiga, parte do Castelo Encantado e o Morro do Teixeira. Os moradores, originários de experiências migratórias diversificadas, entre zona nobre e zona pobre do Mucuripe, entre Beira-Mar e Praia do Futuro, em zonas de lazer e turismo, comércio e moradia, viram se desenvolver, nos últimos anos, todos os fatos de metrópole litorânea: disputa pelos melhores terrenos, especulação imobiliária, turismo, riqueza da cidade, violência, degradação ambiental (LINHARES, 1992, p. 22).

No início da década de 1990, o Morro de Santa Terezinha experimenta processo de vitalidade da economia da cidade, pois no cume, o Mirante – que proporciona uma das mais belas vistas da cidade – recebia, na época, grande quantidade de visitantes, especialmente de quarta a domingo. São atraídos pela gastronomia da pesca, indispensável ao turista, que conta com cerca de 14 restaurantes e, em média, duas mil pessoas frequentavam o espaço por fim de semana. A partir de 1993, brigas entre garotos provocam confusão, afastando

turistas e frequentadores, dando início ao processo de esvaziamento e aumento da violência na área. Segundo relatos de moradores, depois das brigas, os restaurantes começam a fechar as portas, um a um. Hoje o espaço está praticamente abandonado. O lixo acumulado nas encostas do Morro dá a certeza do abandono. Parte do chão da praça foi arrancada, bancos quebrados e as poucas plantas, secas. O medo da violência se espalha pelo morro e afugenta os visitantes. Com restaurantes e visitantes deixando o Mirante, são levados também empregos e renda dos moradores. Durante o dia, a praça é utilizada pelas crianças que brincam e andam de bicicleta e por senhoras que praticam esporte pela manhã.

Atualmente, em torno de 2.000 famílias moram no Morro de Santa Terezinha. Dessas, 800 estão em área de invasão, na encosta. Os números são bastante representativos no espaço, na forma da moradia, pois o bairro apresenta grande número de habitações subnormais e favelas.

As imagens do Morro de Santa Terezinha, desde a subida de suas ladeiras, são chocantes. Um plano-sequência pode registrar a cidade de Fortaleza em suas paisagens, no que existe de limpo, vertical e ostensivo e também o sujo, horizontal, desalinhado, ou seja, o reconhecimento, na paisagem urbana, de separações sociais, territórios geográficos que dividem classes, diferenças estéticas e arquitetônicas que acompanham modos de percepção e de vida.

Do alto do morro, no Mirante, mesmo sob temperatura de 30 graus, os ventos marítimos refrescam o corpo e o pensamento, e a paisagem urbana se revela em trânsito, relevos, prédios e monumentos, em cores vivas e desbotadas, sons e luzes, em luminosos e *outdoors* que anunciam lançamentos dos mais requintados condomínios. Saltam aos olhos o contraste entre embarcações que navegam lentamente e o ritmo frenético dos automóveis, percorrendo ruas e avenidas e tudo

que a vista alcança, do ambiente natural que o homem modifica e polui, lixo espalhado nas encostas, ao lado de casas e barracos assentados sem plano nem planejamento, a assepsia de janelas espelhadas dos prédios comerciais e de moradias exuberantes de bairros vizinhos. É a escritura de *habitats* de concreto e de papelão, de alumínio e de reboque, de janelas e portinholas, de ferro, vidros e aço, de barro e cimento, de palha e telhas encardidas, lugar de viver e de morar, de dormir, de ficar, de passar chuva, de esconder-se, de negociar. Olhar a cidade do Mirante é ver em imagens as diferenças entre fronteiras físicas. Refletidas em estado de contemplação, em instantes, em instantâneos da retina, em cliques de imagens digitais, elas apenas indicam, mas não ousam revelar em sua plenitude as condições efetivas da vida social entre essas áreas da cidade. A observação direta mostra a cidade dividida em lugares de riqueza e pobreza. Em fragmentos. Contemplar a paisagem urbana de longe faz pensar experiências opostas que conformam a cidade e a certeza da disputa brutal entre classes.

Entre fronteiras, tudo acontece e se apresenta de modo bruto ou sutil, mercados globais, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, violência urbana, turismo sexual que se torna visível com a presença ostensiva de novo tipo de colonizador que descobre a praia e praianos, que traz consigo o imaginário de um paraíso exótico e de hedonismo. Nesse sentido, casa, rua e mar, fontes de vida de todo dia no morro, revelam experiências dos sujeitos, entre zona nobre e zona pobre do Mucuripe, entre a Beira-Mar e a Praia do Futuro, em zonas de lazer e turismo, comércio e moradia.

No morro vivem homens, mulheres, adolescentes, jovens e crianças com pés na areia e no asfalto da cidade. Convivem famílias de origem sertaneja e de comunidades litorâneas, que se dedicam a diversas atividades nas fronteiras. São

pescadores que se vestem de sol para viver a aventura de trazer o peixe de cada dia, ou trabalham no mercado informal, como vendedores, recicladores, comerciantes da orla da praia, os que trabalham no mercado formal, garçons, estivadores, cozinheiros, recepcionistas, seguranças, padeiros, pedreiros, porteiros, camareiras, profissionais do sexo, babás, faxineiras, empregadas domésticas, mulheres, que cuidam de filhos e netos – crianças que fazem da rua uma festa, com jogos e brincadeiras; e jovens que labutam, jovens ocupados e jovens desempregados, que se vestem em estilo de gueto da praia e movimentam-se em *lan houses*, frequentam pagodes, festas de forró, ou bailes de hip-hop, paqueram, namoram, pegam ondas no Titanzinho, jogam bola e capoeira, dançam, são explorados pelos turistas e também os exploram, discutem e vivenciam a violência, a droga, e se embatem entre o nada fazer da rua e da praia e a conversão a igrejas evangélicas, sem preocupação com problemas crônicos. Juntos, homens, mulheres, jovens e crianças constroem e mesclam artefatos culturais, redes de solidariedade e experiências coletivas em que se estabelecem modos de entendimento entre diferenças culturais no mesmo espaço.

A situação de exclusão e de pobreza dos habitantes do morro emerge de graves problemas urbanos, não solucionados pelos poderes públicos, que marcam o morro como lugar de esquecimento e expectativas. Poluição e corrosão do ecossistema ambiental, falta de saneamento básico, inexistência de espaços de lazer e de equipamentos culturais, riscos pessoal, social e ambiental, provocados pela violência, drogas, desocupação, desemprego e ameaça de desmoronamento são problemas graves da área. Observa-se, assim, desconhecimento, desvalorização e desrespeito mútuo, internamente, do bairro e comunidades, como ausência de diálogo entre distintas experiências culturais, e, em sentido externo, do

bairro sobre a cidade – pela distância dos moradores dos equipamentos e eventos culturais dispostos em áreas de alto poder aquisitivo da cidade; pelas desigualdades de renda que afetam a qualidade de vida, visíveis, por exemplo, na ligação de moradores com a cultura da pesca, atividade afetada pelo incremento da pesca industrial e pelo turismo. Não existem políticas públicas para moradores do morro e demais comunidades da zona leste da cidade. Equipamentos e eventos culturais existentes na cidade foram pensados e estão dispostos em áreas de alto poder aquisitivo. Nesse cenário, a praia e litoral habitado da zona leste constituem-se principal espaço de ocupação e emprego, de lazer, de liberdade.

A geolocalização do Morro de Santa Terezinha favorece deslocamento e trânsito dos moradores por entre os bairros circunvizinhos, em especial por entre os bairros onde residem camadas sociais altas e médias, Meireles, Papicu, Aldeota, ou seja, lugares onde residem pessoas, econômica e socialmente, distintas, fato que define lógica urbana de imanentes conflitos, pois as desigualdades se radicalizam, são mais nítidas. Habitar o Morro de Santa Terezinha é transitar entre mundo de areia e do asfalto, é sentir todas as adversidades de diferenças. Viver a situação social excludente, na cidade, é experimentar espoliações e riscos comuns à metrópole urbana capitalista. Lá de cima está visível o que se opõe. O que é pequeno perece. A cidade das imagens grandiosas emerge. A cidade barulhenta, repetitiva, caótica nos esmaga. Quer pelas suas imagens, quer pelos ruídos. Imagens que poluem o cotidiano de informações aparecem sedutoras no horizonte do morro. As ruas dos conjuntos são como luz no meio de uma selva, calmos, experiência agradável, fonte de energia.

Refletir sobre a condição de vida dos moradores do morro é tomar o que existe no limite, entre fronteiras e extremos, entre polos – na periferia e centro, nas

diversas comunidades, na *comunidade de vida*, na areia, nas *comunidades de destino*, por onde transitam pelo asfalto da cidade e entre polos multisituados da sociedade do conhecimento. É tomar as referências que definem as socialidades do morro e, nesse sentido, o mar, casa e rua, bem como o bairro, e dizem da experiência emocional, de identidades, da história e cultura do local (e da cidade). Desse modo, referências à distinção da realidade social do morro evitam estigmas ou modelos idealizados de periferia. Casa e rua são espaços de socialidades, da singularidade de estar junto, em todas as suas extensões. O cotidiano na Rua Primavera pode ilustrar alguns desses aspectos.

5.5 Conjunto São Pedro, Rua Primavera, 68

Da Rua Bento Albuquerque, no bairro Papicu, vê-se o Farol, com listras pretas e brancas, em lugar mais alto do Mucuripe, no Conjunto São Pedro. Ao ver o Farol, aqui do asfalto, lembro-me da Rua Primavera, onde cada casa tem sua história, que necessita ser considerada e levada a sério. As casas possuem aparência que agrada ou não, porém guardam vidas, emoções e histórias importantes. Elas situam e dizem onde vive cada um. A casa de Socorro, número 68 dessa rua, não tem jardim, nem sala de visita, dependência de empregada, nem quintal. As casas da Rua Primavera não têm modelo original, as de conjunto são desalinhadas, e o tamanho padrão das casas foi totalmente alterado pelas reformas empreendidas para comportar as famílias. A casa de Socorro, por exemplo, se construiu no que foi o jardim da casa da irmã, Maria. Na casa de Socorro moram 10 pessoas. Socorro e Maria são netas e filhas de pescador. Seus irmãos, Pinan e Antônio vivem da pesca. “Pinan vive da pesca de dormida. Ele fica até 15 dias no

mar e, quando volta, fica uma semana *descansando*”, explica Maria. “Já Antônio vai e volta no mesmo dia”, completa.

As conversas na casa de Socorro são regadas a café, sem solenidade nem xícaras de porcelana. A hospitalidade respira por entre as paredes. É bater à porta e entrar casa adentro. A hospitalidade dos moradores dessa área é plena. A calçada é sala de visita. Entre casa e rua, as normas de recepção se definem, como também ritos e regras sociais se firmam. Na calçada, as cadeiras nunca estão vazias. Ali se é recebido com sentimentos mais nobres. O cotidiano é feito de pequenas coisas modestas. Isso engrandece os moradores. Ocupar a calçada é participar de conversas e também acrescentar algo seu.

As ruas e calçadas do morro fervilham às cinco da tarde. Mulheres, vizinhas, amigos, parentes, contraparentes e aderentes ocupam-nas. Uma cadeira está sempre na iminência de sair da sala pra calçada e ser ocupada. Quem, na verdade, frequenta a calçada, faz-se amigo, reconhecido, familiar. Na calçada, compreende-se o movimento cotidiano da rua e do Conjunto São Pedro.

As crianças da Rua Primavera são as primeiras a saírem de casa para brincar na calçada. Qualquer coisa é objeto de diversão: corda, elástico, garrafa pet, objetos domésticos transformam-se e unem-se aos poucos brinquedos que possuem. É comum encontrar grupos de crianças do mesmo sexo, sentados no chão da calçada, brincando juntos. Quando a brincadeira é pular corda, ou de elástico, misturam-se idades, até jovens se envolvem nos jogos e brincadeiras. Adultos, mãe, tia ou irmão/irmã presenciam as brincadeiras. Aparentemente, parecem não se importar com jogos e brincadeiras. No entanto, basta pequena teima ou briga ou até discussão e eles fazem valer a autoridade, apaziguando ou finalizando a brincadeira. Embora considerado “coisa de menino”, não muito raro

eles discutem e chegam a tapas e murros, e, às vezes, as pequenas brigas são acompanhadas de latidos de cão que vê o dono apanhar ou bater, e, mesmo separados por alguém, sempre um deles pode sair ferido ou aos prantos.

Animais domésticos, principalmente cachorros, acompanham os donos na rua, ou pelo bairro, mas gostam mesmo de ficar pelas calçadas, com outros cães da rua, em matilha. Também brigam entre si, sobretudo se algo de comer é jogado. Ninguém se mete. Espera-se o desfecho e, por vezes, um dono comemora a vitória do fiel amigo: “Valeu, Pink Floydêêê!”.

Na calçada, tudo é explicitado sem pudor nem constrangimento. Dramas familiares, brigas de vizinhos, rixas entre irmãos são expostos e comentados. Todos se apropriam da vida do outro, no sentido de encontrar soluções para o que, às vezes, é insolúvel – como casos de amor, ciúme e ódio entre moradores, vizinhos e familiares.

Garotas exibem corpos em shorts e saia mínimos. O calor favorece o uso de vestuário tropical. E exageram no tamanho e nas cores das roupas. Também se reúnem em grupos na calçada. Além de conversas sobre namoros e festas, embelezam-se, pintam as unhas, enfeitam cabelos, maquiam-se e trazem os cosméticos em caixas de plásticos e umas pintam outras, num ritual de embelezamento compartilhado.

Os rapazes não se reúnem exatamente na rua onde moram. São vistos em calçadas, sentados no chão, fones no ouvido, escutando música e no celular, em dupla conversando, mas nunca em grupos, como as meninas. Os jovens da Rua Primavera também se encontram em grupos e amigos na escola, na academia, na praça, festas, no campo de futebol. Distintamente de mulheres e crianças, ocupam as ruas em outro tempo, tarde da noite, em calçadas vazias. A rua ganha outros sentidos. Atos legais se praticam, alguém distribui mercadorias viciantes. Os jovens

seguem trilhas urbanas do narcotráfico brasileiro. Compram, vendem, consomem e, por isso mesmo, se arriscam e entram por caminhos sem volta. Às vezes roubam e matam. Morrem, por vezes.

Características locais refletem modo de vida particular, em conexões com o mundo. Os moradores de periferia urbana se expõem a riscos, pois vivem à margem. Assim, observa-se a existências da abundância de prejuízos pela quantidade exacerbadas de direitos negados, de uma vida sociocultural experimentada sem plenitude, embora rica de significados e pulsante. Há de dizer-se que, com toda adversidade, limites e carências, existem modos de resistir às determinações da condição de pobreza, expressas nas festas; formas de ocupação do espaço; na socialização de conquistas e derrotas, dos dramas e problemas pessoais. Há alegria autêntica que faz vencer limites cotidianos.

6 BARRACÃO OU A CIDADE QUE CABE EM UMA PRAIA

No final da Avenida Beira-Mar, no Mucuripe, encontra-se um espaço nomeado de Barracão por seus usuários, trabalhadores da pesca artesanal. Na areia da praia, sob frondosos cajueiros e pés de castanholas, o Barracão é, essencialmente, lugar de embarcar e desembarcar jangadas, barcos e paquetes. Mas também é espaço das atividades essenciais e acessórias da pesca, como mercado aberto, onde se trata, vende, frita e come-se peixes e mariscos; no Barracão o tempo passa mais rapidamente quando se joga o tempo fora em conversas e também durante partidas de baralho.

Quem aporta ali já se habituou com o som do mar e tem como trilha sonora o malemolejo das ondas quebrando na areia da praia ou explodindo nas pedras. Ouvem-se também vozes e marteladas em madeiras, gritos de crianças, alguma música ou notícia de rádio – as principais sonoridades do lugar. No final da Avenida Beira-Mar, no Mucuripe, encontra-se o lugar-espaço denominado Barracão, destinado às atividades da pesca artesanal. Na praia, é comum ver reunida uma quantidade de pessoas que aguardam o desembarque da jangada e o despejar do pescado na areia para o ritual de divisão dos peixes entre compradores, *marchands* e também familiares de pescadores. No microespaço é possível observar e compreender como está estruturada a organização econômica da pesca artesanal, a definição do calendário e divisão do trabalho, as atividades principais e as acessórias no “sistema pesqueiro”. De acordo com Frizzo e Andrade (2005, p. 3), “os sistemas pesqueiros, assim como os sistemas agrários, são compostos pelo meio natural e social, em termos de força e relações de trabalho, conhecimentos e ferramentas disponíveis para a população atuar sobre o meio natural”.

É lugar de aparente desordem, mas com regras de convivência. As formas de socialidades que se estabelecem no cotidiano do espaço, em sua dinâmica com o bairro e a cidade, somente podem ser percebidas pelo enfoque etnográfico, um “olhar de perto e de dentro” a partir de seus moradores.

Lugar de trocas comerciais e simbólicas, é um espaço reduzido que restou da antiga comunidade de pescadores. Destina-se à pesca artesanal e é também ponto de observação à compreensão da história e da vida social dos pescadores, do passado recente, de sua permanência na cidade. Compreender as condições de trabalho desses sujeitos é cruzar diversos aspectos de convivência dos pescadores em seus territórios e perceber como se organizam rotinas das atividades de pesca, assim, processos e hábitos que evidenciam e conformam a experiência da pesca artesanal no Mucuripe apresentam-se em todos seus aspectos no Barracão. O Barracão é, ao mesmo tempo, “porto” de embarque, desembarque, o hangar dos botes e jangadas dos pescadores, lugar de comércio e também de lazer. É um mercado situado na cidade. É quase uma cidade, se assim se quiser caracterizar o espaço: cidade que cabe na praia, cidade dos pescadores. A necessária produção do pescado é comercializada no local com hotéis, empresas, restaurantes e diretamente com moradores da cidade, justificando a existência e permanência da colônia de pescadores no espaço da cidade.

No Barracão, trabalhadores cuidam dos paquetes, balsas, barcos e jangadas; tratam, vendem e compram peixe e mariscos próximos ao mar, às vezes quase vivos, alguns peixes ainda saltam, agonizando, outros já estão separados, na areia ou em uma mesa de madeira, seguindo hierarquia de sabor e preço: são cavalas, ciobas, pargos, serras, peixe-espada. Por ali também se observam banhistas ao mar, crianças jogam bola na areia e cachorros vira-latas acompanham seus donos.

Aquele pequeno espaço ocupado por botes, jangadas e pessoas é o cais dos pescadores, também é mercado e lugar de lazer, de partidas, esperas e chegadas. Chamam de Barracão. Na verdade, esse território pertence à Marinha, apropriado por pescadores, e também funciona como “estaleiro”, pois ali mesmo são construídas, restauradas e conservadas as embarcações, ou seja, o pescador desenha e executa a carpintaria naval. “Há que se confiar nos carpinteiros”, completa o pescador, “pois é nessas embarcações que velejamos em busca do peixe e navegamos até 10 mil milhas” (Manoel Santos, informação gravada em 05/10/2015).

Nesse espaço é possível observar e compreender a logística da pesca artesanal, a definição do calendário, a divisão do trabalho, as atividades principais e também as acessórias da pesca artesanal. Segundo Frizzo e Andrade (2005, p. 3), “os sistemas pesqueiros, assim como os sistemas agrários, são compostos pelo meio natural e social, em termos de força e relações de trabalho, conhecimentos e ferramentas disponíveis, para a população atuar sobre o meio natural”. É rotina, enquanto esperam as jangadas chegarem do mar, ou na hora da siesta, o jogo de cartas ou de dominó. Geralmente são os homens que se reúnem em mais de três mesas ao longo do dia para passar o tempo. No Barracão existem dois pequenos quiosques ladeados de mesas e cadeiras que servem o almoço e jantar, mas também lanches e água de coco. O peixe frito ou cozido vem acompanhado do pirão, do arroz e da farofa – esse o menu mais concorrido.

Lugar de trocas comerciais e simbólicas, espaço reduzido que restou da comunidade de pescadores habitantes da Praia do Peixe, é ponto de observação e compreensão da história e vida social dos pescadores, do passado recente, da

resistência da atividade artesanal e da permanência dos trabalhadores da zona mais rica da cidade.



Imagem 17: Mundo da areia e mundo do asfalto, fotografia de Alex Hermes.

No Barracão, algumas balsas, botes e jangadas dormem espalhadas na areia da praia, e dá para ler seus nomes: “Luz de Jeová”, “Rosa de Saron”, “Amigo”, “Luz”, “Ariel”, “Netuno”, “Dourado”, “Santana” “Tupi”, “Marli”, “Valdeniza”, Isaac”, entre outros; as jangadas têm nome de santos ou referências ao *métier*, como “Estrela do Mar”, “Toninha”, “Bom Tempo”, “Boa Viagem”. Os botes, canoas, barcas e barcaças é que são batizados. Para fazê-las, o pescador não usa prego porque estraga a madeira – e mesmo jangada que tem prego vira na certa. Assim dizem.

Além de atividades acessórias da pesca artesanal, no Barracão existem tipos de trabalhadores que por ali circulam, ambulantes que passam em percurso diário

da venda na orla da Beira-Mar, a vender produtos, cigarros, doces e salgados, protetor solar, bronzeador, roupa de praia, artesanato, bijuteria e uma quantidade inominável de objetos de plástico, certamente de países asiáticos; há o ambulante que utiliza o Barracão como ponto de partida para abordagem com frequentadores da praia ou turista estrangeiro; muitos são parentes de pescadores ou fazem parte da comunidade de moradores dos conjuntos habitacionais e áreas do Mucuripe, reconhecidos pelos nomes reais, apelidos, qualidades ou referências a produtos. Dona Lindinha vende pastel e distribui sorrisos, e, a faltar cigarro, João do Prego tem. Óculos escuros é com Ribamar Soares.



Imagem 18: Coração do Brasil, fotografia de Celso Oliveira

Manhã de sábado, 17 de setembro de 2016, Praia do Mucuripe, sob o sol de 36 graus. Observo os pescadores, um total de doze, que preparam suas jangadas para enfrentar o mar. Observo que pequenos reparos são realizados nas embarcações. Pescadores examinam os equipamentos que terão que manusear na viagem e durante a pescaria, daí examinam os mastros, as velas, o banco do governo, o casco da jangada. Se algo não está perfeito, será consertado ali mesmo.

Marco Antônio, 45 anos, é um dos pescadores que começou a atividade na pesca cedo, conforme ensinou seu pai, também pescador: “com 16 anos, comecei a pescar e daí segui a profissão de meu pai, que já morreu”. Pescador polivalente, na jornada de trabalho assinala que: “[...] na pesca de dormida sou repique. Ainda não sou mestre, mas o resto, tudo eu faço, qualquer função na pesca eu faço”. Em terra firme, o pescador faz pequenos reparos em botes, paquetes e jangadas; “na carpintaria e nos reparos, eu lixo, pinto, costuro”. A gente conversou ali mesmo no Barracão, na sombra de um cajueiro, bem perto da mesa onde um grupo de pescadores jogava dominó. Enquanto falava comigo, manipulava linha e agulha no reparo de uma vela de jangada. O pescador falava e, entre uma frase e outra, os pescadores “se metiam na conversa”, completavam falas, contradiziam ou até mesmo “tiravam uma onda” das falas de Marco Antônio. Como numa roda de conversa, os atentos pescadores da mesa escutavam e não tinham pudor algum em se intrometer.

Quis saber dos temores e riscos que existem em alto-mar. Marco Antônio fala de acidentes, de medos e riscos no mar, quando começou a pescar:

[...] tava eu e Inácio. Quando a gente vinha, apareceu um navio, eu tive muito medo. A gente tava lá no mar do meio, e aí vinha descendo o navio, era de noite e eu tive muito medo. [...] Então, outra vez teve uma virada que aconteceu de noite, essa eu não tive tanto medo, não. Viramos seis horas

da noite e fomos desvirar 11 horas da manhã. Passemos a noite todinha cinco homem, cada um agarrado com o outro, por causa da frieza (Informação gravada em 14/11/2010).

Enquanto relata, os jogadores “tiram onda” sobre a situação dos homens em aflição: “Fala sério, máh, cinco home agarrado?!”, mas Marco Antônio não se intimida e segue explicando o fato de modo científico:

O ser humano tem o corpo quente, daí fica agarrado um com o outro, e de noite que é mais frio, aí dá certo, o corpo da pessoa tem a quentura da pessoa. Um se esquentou no outro até amanhecer o dia, quando veio o socorro, um pacote de isopor veio acudir a gente, ajudou a desvirar a jangada, trouxe comida pra gente, e voltemos, cheguemos aqui 12 horas da noite, sem nada. Era quatro pescador, e dessa virada tem um que já morreu, que mataram, o resto tá vivo como eu e pode contar a história (Informação gravada em 14/11/2010).

Perguntei se ali no Barracão tinha algum carpinteiro naval. “Tem deles que repara um paquete, uma balsa, todo o aviamento da jangada, e faz por aqui mesmo”, disse Marco Antônio, apontando para um dos cajueiros, e logo citou nomes de carpinteiros navais, uma lista que era completada de modo colaborativo pelos pescadores:

Marco Antônio:

- Carpinteiro mesmo tem o Luciano, o Possidônio [...].

Pescador 1:

- O Possidônio tá aposentado na função, agora trabalha só na colônia.

Marco Antônio:

- Tem o Zé Noque, o Careca, Aloísio, Assis Tapioca, Chico Pirambu.

Pescador 2:

- Pelo que sei, metade tá com o Possidônio, aposentado, o Assis e o Chico Pirambu também já pararam, e tem o Zé Carpina, que se aposentou.

A conversa com Marco Antônio não terminou aqui, mas alguns temas ainda não abordados foram pautados com Possidônio Soares, o atual presidente da colônia de pescadores do Mucuripe, Z-8.

6.1 Carpintaria naval

Três dias depois, cheguei às 14 horas na sede da colônia, que fica na Praia do Futuro, e logo fui encaminhada pela copeira da Colônia à sala de trabalho de Possidônio. Entrei em sua sala, de modo discreto, pois em torno da mesa do secretário estavam sentados alguns pescadores que falavam quase ao mesmo tempo. Esperei, observando a réplica – na verdade a escultura em madeira – de uma jangada, tal qual as que temos hoje, de mais ou menos um metro de altura. Somente parei de olhar a embarcação quando reinou um silêncio absoluto na sala: foi quando vi que estava sendo observada pelos pescadores, quando me dei conta de meu propósito ali. Dei boa tarde aos pescadores, que foram saindo um a um. Quase peço para eles ficarem na sala e fazer uma entrevista coletiva, mas, enfim, detive o impulso e me sentei na mesa de trabalho, de frente para Possidônio, e começamos nossa conversa. Pedi autorização para gravar a entrevista e, antes de ligar o gravador, Possidônio começou a falar sobre a jangada. Levantou-se de sua cadeira e apontou para a réplica da jangada, obra de sua autoria.

Possidônio confirma as informações dos pescadores do Barracão, são apenas cinco os carpinteiros artesanais que estão na ativa hoje em Fortaleza: Joaquim, Aluísio, Careca, José Enoque e Luciano. Possidônio disse que existem carpinteiros artesanais “espalhados em todo o nosso litoral”, exercendo atividades de construção de embarcações a vela, entre as quais a jangada, o paquete, a canoa

e o bote, ressaltando que essas embarcações são usadas principalmente na pesca artesanal.

Possidônio Soares Filho, 64 anos, herdou do pai o nome e a profissão: “sou construtor naval, uma atividade acessória mas essencial da pesca, não existe pesca sem pescador, nem peixe sem embarcação” (Informação gravada em 17/11/2010). Possidônio acompanhou os passos do pai, e foi com a morte prematura dele que teve que continuar a construção de uma jangada interrompida com a morte do pai, e logo passou a assumir outros compromissos de trabalho nessa função: “eu aprendi vendo ele fazer”.

A família de Possidônio veio para o Mucuripe no ano de 1952, migrando da Praia de Iguape, litoral oeste do Ceará, distante 56 km de Fortaleza. Quando a família chegou aqui, ele tinha apenas quatro anos. “[...] nossa vida toda é de pesca litorânea, meu avô foi pescador, meu pai pescou por muito tempo e passou a ser depois carpinteiro naval e morreu nesse ofício”. O pescador revelou que seu pai fazia a jangada primitiva, de piúba, e atribui a ele a idealização da jangada que temos hoje: “em 1944, na época da guerra, meu pai construiu a primeira jangada de pau no estado do Ceará” (Informação gravada em 17/11/2010).

A pesada jangada de piúba foi, assim, gradativamente substituída pelo modelo atual da embarcação. “Meu pai era um autodidata, um prático, aprendeu tudo por si mesmo”. O pescador só tem um filho, Possidônio Neto, que não está na função da pesca – é funcionário público concursado. “Eu nunca estimei ele a entrar na pesca”. Esse fato é uma tendência entre os filhos de pescadores e profissionais da pesca artesanal, por se tratar de uma profissão difícil, que pode não sobreviver ao tempo. Assim, filhos e netos de pescadores não têm estímulo para

continuar na atividade profissional dos pais e familiares. Possidônio justifica essa questão:

[...] não existe estímulo à pesca artesanal, não existe um olhar sério para as atividades da pesca artesanal, ela foi relegada, diferente do agricultor artesanal, que tem estímulo estadual, municipal e federal. Em 1972 o pescador teve direito a aposentadoria, e o Brasil todo deve a conquista desse direito a um cearense, o Eremilson, depois disso, mais nada acontece de benefício pro pescador (Informação gravada em 17/11/2010).

Questiono se a jangada que temos hoje é uma embarcação segura. Possidônio informou que foram poucas as mudanças feitas na jangada de piúba: todos os aviamentos (as peças) da jangada de hoje são os mesmos que tinham na jangada de piúba, reproduz o modelo antigo. A diferença está no fato de que a madeira foi substituída e que foi possível construir um espaço que abriga o pescador no interior da jangada. A jangada tradicional, esta que temos hoje no Ceará, não possui material de metal, e toda a sua estrutura é totalmente encaixada e de amarração com cordas, detalha Possidônio:

[...] é feita com seis paus de madeira que flutua, com tecidos e cordas artesanais, a tradicional não possui metal, como pregos, e toda a sua estrutura é fixada por encaixes e amarrações com cordas. Sua vela é triangular e permite navegar contra o vento, mas uma navegação perfeita depende do mestre, que a todo momento presta atenção aos movimentos do vento.

Os carpinteiros navais trabalham em locais improvisados e com estrutura precária, que denominam estaleiros. Geralmente estão localizados em espaços próximos às casas, no quintal ou mesmo na praia, onde realizam o ofício, quer seja a construção, bem como grandes reformas e pequenos reparos nas embarcações. Os carpinteiros artesanais estão distribuídos em todo o litoral cearense, exercendo

atividades de construção dos vários tipos de embarcações a vela destinadas à atividade pesqueira e, no geral, os carpinteiros navais trabalham sozinhos ou com um ajudante na confecção de jangadas, paquetes, botes e canoas.

Uma reflexão sobre esses aspectos da jangada provoca alguns questionamentos sobre o que se mantém na história dos pescadores do Mucuripe. A inovação tecnológica é mínima – na verdade, a mudança na estrutura física da jangada provocou uma melhoria nas condições de produção, em decorrência da leveza da embarcação e da construção do espaço subaquático, espécie de convés onde se acondiciona gelo, alimentos e a produção da jornada. Também é utilizado para descansar e dormir durante os dias de trabalho.

Os pescadores assinalam que, na jangada de piúba, embarcavam e passavam todo o período da pescaria sobre os troncos (toras) da madeira rústica e não tinham nenhum conforto durante a jornada de trabalho.

Hoje a jangada é mais confortável, assinala o pescador Mestre Pedro Oliveira, que, conversando em pé na sua jangada, ressalta confiante as propriedades da embarcação feita de tábuas e assegura que “[...] essa jangada aqui não tem como afundar, essa madeira é leve e é própria para esse tipo de embarcação. Ela suporta o mar e o vento”. O pescador é um desses que quando fala da atividade da pesca tem muito brilho e alegria no olhar e no modo de ver a pesca:

o mar é a água, veja, estou em cima da água, na jangada. Sem o mar, não tinha sentido eu ter essa embarcação. O vento é o ar que respiramos, ela movimenta o barco, ele leva e traz a gente no mar. Quando entramos, se o vento tiver parado, temos que usar o remo, daí, fica mais difícil, fica pesado (Informação gravada em 25/04/2012).

O mestre pescador demonstra conhecimento sobre a embarcação que comanda, descrevendo as peças que compõem a jangada, de modo didático:

Aqui é a proa, esse é o mastro da vela, o banco da vela, aqui os cabrestos que segura toda a força do vento que bate no pano da vela. Essa aqui é a tranca que abre o pano da vela, e aqui a bolina que é a quilha da jangada. Essa tábuia ajuda na navegação, é o freio que estabiliza as jangadas. O mastro é uma das peças fundamentais, pois sua alavanca serve pra girar, que gira a vela em torno de seu eixo, já o leme dirige a jangada. O espeque é onde deita a vela, quando a gente ancora em alto-mar deita a vela. Aqui é o banco do mestre, o banco de governo, o mestre governa a embarcação. Cana de leme que trabalha com o leme e aqui é a escota. Cana de leme que trabalha com o leme, aqui é a escota, que essa corda manobra vela pra pegar vento, se chama calcador, para pegar vento... O banco do governo... O casco, estamos sobre ele e aqui é o local onde entramos pra dormir, tem a boca do casco, cabe até quatro homens aqui, cama, onde a gente entra pra dormir, estamos sobre ele. Ali dentro fica também a âncora, para estacionar a jangada (Informação gravada em 25/04/2012).

Pedro Oliveira, conversando em pé na sua jangada, assegura que “[...] essa jangada aqui não tem como afundar, essa madeira é leve e é própria para esse tipo de embarcação. Ela suporta o mar e o vento”.

Pescadores informam que os meses de outubro e dezembro são bons para a pesca de dormida, dá mais lucro. Eles também se referem a essa época como o período de safra, pois a produção do peixe está maior, “não tem a dificuldade de pescar o peixe, como nos outros meses”, ressalta o pescador. Perguntei quantos homens viajam numa pescaria. “Ah, depende da embarcação, que pode ser numa jangada ou num barco maior, e pode ir de um a oito homem”.

Se a jangada é um instrumento de produção, o mar para o pescador é uma espécie de espaço praticado, um espaço demarcado, como o espaço da terra firme. É um espaço que reproduz o espaço habitado, que reproduz a ideia de terra firme.

Da longa conversa que tive com o pescador, percebe-se que ele é um amante de sua profissão, que diz ter herdado do pai, um velho marujo do mar. O

pescador assegura que, para ele e seus irmãos, era impossível não fazer parte dessa comunidade de pescadores: toda sua família nasceu e viveu no Mucuripe, sobrevivendo da pesca artesanal.

Indago sobre a demarcação territorial da pesca e ele explica justificando que a demarcação territorial do mar ficou conhecida depois do uso do GPS. Ele mesmo não necessita do aparelho. Ele explica que todo o território do mar é demarcado. A cartografia do mar tem como referência o ambiente da terra firme, de seu espaço natural. “Primeiro as montanhas, os morros, o que se pode ver desde a linha do horizonte. [...] com a construção dos prédios, diz Pedro, a visão fica mais embaçada, principalmente em dia de chuva”.

Quando a pesca é de dormida, o pescador tem que ir preparado: “para suportar o sol forte e o frio, é preciso levar alimento, água, gelo, roupa para a gente se aquecer no frio, pois no mar faz frio à noite, e sair bem organizado”. Na dormida, tem que levar uma caixa grande com todo suprimento, farinha, macarrão, óleo para fritar o peixe que se pesca lá no pesqueiro. Torra o peixe. O peixe dá mais à noite. Na pescaria de dormida, o pescador observa melhor o mar.

O pescador, quando entra no mar, já vai cheio de dúvidas: para onde vou hoje, qual a maré boa pra peixe? É a primeira questão que o pescador tem em mente, diz Pedro,

daí a gente escolhe um pesqueiro que pode ser de quatro, três ou duas horas de viagem pra dentro e, se passar umas seis horas pescando e o mar não tá pra peixe, então a gente tem que ir pra outro local. Aquele ponto de pesca não tá dando, nos dirigimos pra outro. Você pensa que é só entrar no mar e pescar, jogar a linha e o peixe morder a isca? Né assim, não (Entrevista gravada em 20/06/2005).

Para falar da pesca de marcação, conversei, especialmente, com o pescador Manoel dos Santos, 76 anos. A entrevista também ocorreu no Barracão. Importante

ressaltar que o Mestre Manoel Santos é um dos pescadores mais velhos da comunidade. Filho e neto de pescador, nasceu na Praia de Batoque e veio com sua família para o Mucuripe no ano de 1950. Um dos mestres mais respeitado do Barracão, todos os cabelos brancos, a pele queimada do sol, voz pausada, dono de uma sabedoria que parece milenar, o Mestre Manoel dos Santos dedica sua energia à pesca, atividade que iniciou aos dez anos de idade.

[...] comecei a pescar com meu pai com bote de remo, eu tinha 10 anos, no Batoque. Hoje tenho 76 anos e 66 anos de pescaria. De primeiro não tinha a jangada de tábuas, essas lanchas. Antes era a jangada de piúba, a madeira vinha de Belém. Tem ainda um carpinteiro, um rapaz, que aprendeu com o pai dele e sabe fazer as jangadas de piúba, mas a madeira é dura, os paus muito grande, ninguém pesca mais nessas jangadas, eu aprendi a pescar na jangada de piúba (Informação gravada em 12/07/2010).

O pescador distinguiu as peças da jangada e os tipos de pescaria que existem, chamadas por eles como “a pesca e ir e vir”, e “a pesca de dormir” ou “pesca de dormida”. A de ir e vir é quando a jangada vai pro mar e volta no mesmo dia.

Na pesca de ir e vir a gente sai daqui cedo e volta de tarde. Já a pesca de dormida, se passa de uma semana até quinze, dezesseis dias, e passa quase um dia pra chegar no pesqueiro. Pra ficar tanto tempo a gente tem que levar uma caixa grande com todo suprimento, farinha, macarrão, óleo pra fritar, fritar o peixe que pegamos lá mesmo (Informação gravada em 12/07/2010).

Esse fato é ressaltado na fala de outros pescadores. Impressiona o modo como o pescador humaniza o peixe. Creio que existe uma sabedoria advinda da trilha da pesca, e isso faz com que o pescador compreenda a lógica do cardume. A fala do pescador é reveladora desse aspecto: “[...] às vezes o peixe não tá

mordendo, a gente vê o peixe, mas às vezes o peixe não quer comer. Assim seria muito fácil, pegar o peixe só arriando a linha”.

Os pescadores mais velhos trazem na memória registros detalhados de suas casas situadas na Beira-Mar. Presenciaram o desenvolvimento da cidade, construíram a história do bairro, o tempo e os fatos não parecem tão distantes ao serem observados pelo morador que vivenciou as transformações na paisagem e na vida desses primeiros moradores do Mucuripe, por formas que moldam e cristalizam visões de mundo. Ao longo da história, os pescadores, primeiros moradores que ocuparam o litoral leste da cidade, vivendo da pesca artesanal, resistem às mudanças na orla de Fortaleza – mas também se adaptam a elas e mesclam o novo e o velho. Sobre as mudanças no Mucuripe, no universo da pesca e na vida cotidiana dessa comunidade, as falas de Manoel dos Santos são interessantes.

Entrevistei Manoel dos Santos à beira-mar, em seu espaço de trabalho. Pescador, filho e neto de pescador, Sr. Manoel nasceu na Praia de Batoque e veio com sua família para o Mucuripe no ano de 1950.

De primeiro não tinha a jangada de tábuas, essas lanchas. Antes era a jangada de piúba, vinha a madeira de Belém. Tem ainda um carpinteiro, um rapaz, que aprendeu com o pai dele e sabe fazer as jangadas de piúba, mas a madeira é dura, os paus muito grande, ninguém pesca mais nessas jangadas, eu aprendi a pescar na jangada de piúba (Informação gravada em 05/10/2005).

A melhor pescaria que fiz, fosse hoje em dia, dava muito dinheiro, perto de 1.000 reais, peguei 97 quilos de cavala [...]. Antigamente tinha mais peixe porque não tinha essas cacoeiras que arrastam tudo. A pesca de anzol é a certa, o anzol só pega o peixe quando o peixe quer comer. Já vi muito beijupirá correndo da isca. O peixe come no dia que ele quer. Tem maré boa para o peixe comer. Nós pescava com aqueles anzol de fio e enrolava com arame na perna, aí depois apareceu o nylon... hoje tem muita jangada

que sabe onde tá o peixe, às vezes eles marcam onde pescar, com equipamentos.

Ao referir-se aos equipamentos que marcam o lugar da pesca, perguntei ao Mestre Manoel dos Santos qual a diferença. O pescador apontou para o mar e logo para os prédios, dizendo:

Existe o ponto da pesca no mar, onde se encontra os peixes. De lá a gente marca o lugar, no desenho da terra, a jangada vai pro ponto da pesca seguindo os montes, os serrotes. Mas agora, com a construção dos prédios que escondem as serras e os montes, ou marcando o ponto de pesca pelos prédios ou tem os equipamentos para marcar.

Referindo-se aos GPS utilizado por alguns pescadores, pergunto sobre a rotina da pesca do passado, e o pescador recorda dizendo:

de primeiro o movimento era pouco de gente, se contava as pessoa. Isso aqui tudo era mato, cajueiro, coqueiro, e a gente ia pro mato de manhã e de tarde chegava a jangada e a gente ia pegar o peixe. Aqui só era casa de palha, mas aqui nunca faltou o peixe. Aqui tinha segurança, a gente poderia andar a qualquer hora da noite. Se não fosse o cachorro que latisse. Nosso brinquedo era a bola, a gente fazia uma bola de pano, arraia, pião, bila, era a diversão.

Pergunto ao pescador sobre a ocupação da área, e ele diz que antigamente “tinha uma rua aqui e pra trás outra rua. Quem já viu o pobre com casa de telha, aqui? Era de palha, no telhado e palha nas paredes. Em cima e embaixo. E, quando as palhas ficavam velhas, a gente olhava e via quem estava dentro, se tava deitado ou em pé, dentro de casa”. Uma imagem que não esquece é da quantidade de areia. “Aqui tudo era areia. Já nesse lugar que moro era areia. A areia já derrubou muita casa, não tinha calçamento, não existia casa na areia, aqui tudo era como se fosse uma duna, areia branca, e não tinha casa, nem prédios, mais perto do mar

tinha as casas das mulher prostituta”, fala, apontando para os prédios no sentido do Clube do Náutico.

Esse calçamento não tinha, nem esta pista. Até a Praia de Iracema, tinha casas de prostitutas. Rua da Prostituição, quer dizer que era mais legal que agora, tem muito vagabundo na Beira-Mar. De primeiro tinha esse mulhero, mas não tinha isso, não, de se ver violência, ataque às pessoas. No tempo das prostitutas, tinha mais respeito que hoje, só podia ter alguma coisa com elas na casa delas, elas respeitavam as pessoas.

“Naquele tempo tinha mar bravo e o morro. Esse mar aqui botou lá *em riba*”, diz, apontando para o Morro de Santa Terezinha. “As jangadas chegavam aqui e a gente tinha que sair de bote. Aquele moinho ali era água. Tinha dia que as jangadas chegavam aqui, o mar estava grosso demais, subia acolá pra cima, onde tem o moinho, e a água arrastava tudo...”. E completa: “Ninguém tinha casa de telha como hoje em dia, antes o sujeito chegava do mar, negócio de 12 horas da noite, e ia pra casa e não encontrava nem cachorro”.

Hoje falam que o peixe vai acabar, que falta o peixe, e por isso ele está caro. E que também o pescador não quer que seu filho seja pescador, mas que estude. Enfim, perguntei a ao pescador Manoel dos Santos como era a pescaria nesse período: “peixe era demais naquele tempo, e não tinha gente pra comer. Era uma fartura, tanto peixe grande como pequeno. Acolá que chamam de Titã, não faltava a pescada grande, agora não tinha valor, o movimento era pouco”.

O pescador informa que nessa área chegavam várias jangadas que vinham da pescaria de “ir e vir”, e que elas traziam muitos peixes. Os pescadores vendiam e levavam pra casa.

Pescaria de futuro era trazer o pargo, tinha muito pargo. Enchia o samburá. Era tanto que o peixe apodrecia e se colocava no mato. Aqui já teve fartura, tanto de peixe, como daquelas cargas, vendendo em jumento, que vinha

com coco, arroz, farinha, feijão, carne de sol, vixe... Era quase de graça, com um tostão a gente comprava muita coisa, um almoço. Hoje eu passo o dia por aqui no Barracão, e vejo como tem gente. O mar avançou e também começou a chegar gente de fora. É muita gente que não se sabe quem é quem. Ninguém sabe quem é o bom ou mau. Quer dizer, antes era calmo, não tinha violência. Agora precisa ter horário pra andar. Hoje em dia tem o risco, eu com 76 anos um sujeito invadiu minha casa, eu com dois netos dentro de casa. Mas aqui é uma terra abençoada, quem não come meio-dia, come de tarde. O dinheiro taí, hoje em dia não tem mais pobre, não, *cumpade*. O senhor chega no comércio, aqui você trabalha e tem dinheiro no bolso. Com toda ruindade da falta de segurança, mas hoje não falta trabalho, nem dinheiro no bolso, hoje em dia tem mais pobre não, tudo é rico.

O pescador Manoel dos Santos refere-se aos GPS que já estavam sendo utilizado pelos pescadores nesse ano de 2005. O pescador apontou para o mar e logo para os prédios, dizendo:

[...] existe o ponto da pesca no mar, onde se encontra os peixes. De lá a gente marca o lugar, no desenho da terra, a jangada vai pro ponto da pesca seguindo os montes, os serrotes. Mas agora, com a construção dos prédios que escondem as serras e os montes, ou marcando o ponto de pesca pelos prédios ou tem os equipamentos para marcar.

A relação do pescador com a natureza passa por formas particulares de apropriação. O pescador desenha o mapa do mar que, de certo modo, reproduz, em espelhamento, o mapa da terra. Uma cartografia imaginada, construída a partir dos saberes práticos, do conhecimento e necessidade do domínio da natureza.

O mapa do mar define as trilhas que a jangada pode percorrer até chegar ao ponto da pesca. Esse mapa reproduz o mapa da terra e revela os contrastes entre o ambiente natural e transformações urbanas existentes ao redor da área da pesca no Mucuripe. Assim, para ir e voltar com segurança, o pescador se orienta a partir de

serras e serrotes que são próximas, portanto visíveis, são lugares fixos. O pescador, diz Pedro, “antigamente se guiava pelos morros e serrotes que serviam para localizar a gente entre a terra e o mar”. A marcação era pelo olho, pela natureza, e pelos objetos, como a Serra do Maranguape, o Farol e, assim, os pescadores nomeiam as rotas da pesca até chegar nos pesqueiros ou pontos da pesca:

tem o caminho pela Serra de Pacatuba, que é outra marcação. [...] a marcação pela natureza só é possível se o céu estiver limpo, não tiver nublado ou chovendo, você tem que ver tudo. Os prédios atrapalham a marcação com o olho (Informação gravada em 14/10/2010).

Esse é o caminho da navegação até chegar aos pesqueiros. Os pesqueiros são territórios demarcados e localizados pelos mestres, que geralmente são os pescadores mais velhos que usam somente conhecimentos práticos a partir de referenciais fixos em terra, quando visíveis a partir do mar. Para encontrar os pesqueiros mais distantes, o pescador faz uso de seus conhecimentos básicos de astronomia e saberes biológicos, como a coloração da água que indica a presença de espécies forrageiras. Assim me explicou Manoel: “se naquele local tem uma quantidade grande de ‘sardinha-bandeira’, isso quer dizer que vamos encontrar os peixes como a cavala e a serra, que se alimentam da sardinha” (Informação gravada em 05/10/2005).

O GPS localiza, a qualquer hora do dia ou da noite, debaixo de sol ou chuva, e mostra onde está o pesqueiro, com precisão. Mas é preciso saber o lugar dos pesqueiros no oceano.

Os pescadores artesanais, de modo geral, não precisam utilizar o GPS, e este instrumento, para eles, auxilia na rota. No entanto, afirmam e ressaltam que a maior ameaça para ele é a pesca predatória, “o clandestino” que pesca no barco

motorizado e entra à noite no mar. Eles se referem ao modo de pescar e seus equipamentos utilizados. A pesca predatória, diz o experiente pescador Manoel Sousa, “destrói a morada do peixe”. Admite a facilidade do uso do GPS, mas lamenta quando relaciona o uso das tecnologias à pesca predatória, que utiliza as novidades, como a “cacoeira” e a “rede”, um material que “acabou com a moradia da lagosta, a moradia do peixe”, e completa: “a maior dificuldade é a pirataria em alto-mar”, informou Possidônio.

Existe uma pirataria constante em alto-mar, chamada pesca predatória, e isso tá abalando a vida dos pescadores, verdadeiramente originais, que são os pescadores artesanais. Pescadores de jangada. Eles saem pro alto-mar, quando estão pescando, os caras chegam naquela área e arrastam tudo com o compressor. Os pescadores pedem pra eles saírem pois estão pescando naquela área, mas eles são ameaçados por esse pessoal, inclusive com arma de fogo. Já recebi várias reclamações de vários pescadores, desse pessoal que faz da pesca de mergulho o seu meio de vida. Eles ameaçam os pescadores de jangada.

Vicente Pereira diz que já pescou muito, que passava um dia e uma noite no mar e trazia muito peixe, era uma fartura. Trazia um saco de farinha cheio de peixe. Mas agora não tem muito peixe, às vezes o pescador passa três dias e volta com quase nada: “é porque não tem”, e coloca a culpa nas redes e no mergulhador que pesca com aspensor, o qual não somente mata o peixe, como

mata o cascai, arranca as pedras. Arrancou aquelas pedras ela não volta, aboia e só volta pro fundo se pegar água, ela fica ao léu, a cacoeira arranca o cascai e a tendência é se acabar tudo. Pra quem começa agora na pesca, tá ruim... Hoje não existe mais pescaria ao redor de 18 ou 20 milhas, onde a gente ia antigamente. Hoje tem um instrumento fundamental, muito conhecido, o GPS, que localiza o lugar da pescaria, um rumo certo, aloca de 40 milhas, é um aparelho muito usado hoje. Ele leva pro rumo certo. Eles chegam lá e pesca, ancoram, mas nem toda vida tem peixe. Não é

toda pescaria que tem o peixe para trazer. A vida melhorou em benefício de produção com o GPS. A pescaria artesanal está acabando, pois entrou a prática da devastação, pois a rede e a cacoeira acabou com a moradia do peixe. Hoje tão querendo consertar e eu acho tarde, muito tarde (Entrevista gravada em 14/10/2012).

Em seu testemunho, Vicente Pereira acrescenta que pescou durante 30 anos e que era especializado na pesca de lagosta e peixe, e pegava a lagosta de manzuá e o peixe de anzol. Mas hoje tudo está modificado: “[...] existe a rede e o mergulhador, essa é a culpa de não ter mais peixe, pois a rede arranca as pedras, que é a morada do peixe” (Informação gravada em 14/10/2012).

O testemunho de Vicente é seminal, pois a condição de aposentado oferece a possibilidade de fazer a crítica sem medo. Para ele, os colegas sentem-se e são ameaçados pelos mergulhadores que destroem o ambiente marítimo que abriga os peixes. “O mergulhador acaba com a pesca, e cada vez vai diminuir a lagosta, que tem o tamanho certo para pescar. As embarcações dos pescadores estão paradas aí, no defeso, aguardando, e quando vão é prejuízo na certa” (Informação gravada em 14/10/2012).

Como Vicente, Antônio Barbosa Silvério, 55 anos, nasceu e se criou no Mucuripe, foi pescador durante trinta anos e hoje se estabeleceu no Barracão como barbeiro. Trocou a jangada pela navalha e o pente. Ali mesmo atende seus clientes, “Seu Barbosa” faz cabelo, barba e bigode de pescadores seus filhos e parentes: “aqui, desconheço quem não passou ainda pela minha tesoura”, diz, orgulhoso.

O pescador informa que era especializado em pescar lagosta e peixe, “pegava a lagosta de manzuá, e o peixe de anzol, a gente botava de manhã o jererê e pegada em torno de 10 surrão de lagosta”. Ele exprime certa desilusão com a atividade artesanal da pesca marítima:

Deixei a pesca e estou trabalhando de barbeiro. Fui obrigado a sair da pesca. Eu fiquei abalado com o mar e saí da pesca. Não tem mais pesca, está arruinado. Quando eu comecei a pesca era boa. Agora a pesca está falida. Antigamente não. Agora tá difícil o peixe, tá difícil a lagosta, que é o ouro do mar. Tá difícil porque tem os piratas do mar, pessoas que pescam clandestinamente, não respeita a pesca. Existe o paradeiro, mas tá uma das piores fases da pesca, que também o peixe tá escasso, antigamente tinha a gaiola que pegava a lagosta e existia o anzol. Existia a rede, mas se usava muito pouco, mas hoje tá se usando demais a rede, o mergulhador pegando (Informação gravada em 22/08/2010).

Uma das características da pesca artesanal é a forma de captura do pescado: as pescarias são realizadas com linha e anzol e com isca de peixe morto e/ou peixe vivo. Os pescadores afirmam, de modo geral, que a isca de peixe vivo rende mais, e a sardinha conhecida como sardinha-bandeira é a melhor isca. O pescador informou, ainda, que essas iscas ficam dentro de um manzuá ou samburá e ficam presos na jangada, dentro da água do mar, para conservar as iscas vivas. Vicente Pereira explicou o procedimento da pesca em alto-mar:

[...] quando a jangada chega no pesqueiro, a vela já tem que ser arreada e a jangada fica numa outra posição, digamos, paralela à risca, e durante a pescaria ela fica fundeada ou à deriva. Se o pescador tem experiência, ele já sabe o tipo de peixe que tem ali, e mais ou menos os seus tamanho (Informação gravada em 14/10/2012).

A quantidade de linhas com iscas e anzóis usada pelo pescador depende da época do ano. Nos meses de melhor pescaria, informa,

[...] até cinco linha pode ser usado, mesmo sendo um exagero, pois no tempo bom o certo é usar três linha, uma linha na mão, outra na perna e a outra no pé. Já no tempo mais difícil se usa duas linhas, uma na mão e a outra amarrada no pé, que pode segurar o peixe maior (Informação gravada em 14/10/2012).

Vicente Pereira esclarece que na jangada de hoje é mais fácil aprender a pescar e a navegação tem mais potência, é mais fácil que em tempos passados na jangada de piúba. O pescador diz também que a fartura de peixe era grande, que

tinha muito peixe, só não corria era dinheiro, se você trazia muito peixe e não vendia no mercado, ia pra creolina, o rapa pegava e levava e botava dentro na creolina, naquele tempo não tinha gelo, existia sal que não era fácil comprar, nem era vendido como hoje, tinha que ir pegar lá no Cocó, e era vendido na pedra, uma pedra de sal deste tamanho, que tinha que quebrar para poder fazer o sal (Informação gravada em 14/10/2012).

A introdução do GPS facilita a pesca. Vicente esclarece categoricamente que “nem todo pescador sabe usar um aparelho desse, eu pelo menos não sei”. A perspectiva da marcação do ponto da pesca a partir do espelhamento do ambiente natural e edificado ainda é dominante na arte de navegar. Desse modo, para os que vivem nessa atividade, as novidades tecnológicas são confrontadas cotidianamente com os recursos conhecidos pela experiência.

Dado o grande número de pescadores analfabetos, eles fazem valer um código de conduta nas práticas do trabalho, ou seja, os mestres são geralmente acompanhados por pescadores mais jovens que sabem utilizar o GPS.

Os usos de novas tecnologias no cotidiano da pesca e as mudanças na paisagem natural e urbana do Mucuripe, ressaltada por pescadores, evidenciam a mudança no modo de produção. Nesse sentido, uma nova geração de pescadores admite que novas tecnologias e as práticas artesanais podem andar juntas e favorecer a pesca artesanal.

Antigamente os pescadores como eu ia pro mar e se orientava pelos morros, serra ou prédio, a gente fazia um tipo de marcação. E isso e hoje a maioria desses montes, serra que a gente tinha como referência acabou,

pelos prédios que tomam a visão, pelo uso do GPS (Informação gravada em 12/07/2010).

O pescador Manoel Santos refere-se ao GPS, que já estava sendo utilizado pelos pescadores desde o ano de 2005, e apontou para o mar e para os prédios explicando a relação entre as tecnologias modernas e aquelas do conhecimento pragmático dos trabalhadores artesanais, assim explica:

[...] existe o ponto da pesca no mar, onde se encontra os peixes. De lá a gente marca o lugar, no desenho da terra, a jangada vai pro ponto da pesca seguindo os montes, os serrotes. Mas agora, com a construção dos prédios que escondem as serras e os montes, ou marcando o ponto de pesca pelos prédios ou tem os equipamentos para marcar. Antigamente os morros e os serrotes localizavam a gente. Tem que fazer a marcação no olho, pela natureza, A Serra do Maranguape... O Farol é uma marcação, e se eu faço o caminho pela Serra de Pacatuba é outra marcação. A marcação pela natureza só é possível se o céu estiver limpo, não estiver nublado ou chovendo... Você tem que ver tudo. Os prédios atrapalham a marcação com o olho, o GPS ajuda e marca a qualquer hora do dia ou da noite, debaixo de chuva, e o aparelho te mostra onde está o pesqueiro, com precisão (Informação gravada em 05/10/2005).

Pedro fala das suas experiências na comunidade dos pescadores. Fala do mar como sua casa e, sabedor da ignorância da pesquisadora em matéria de navegação e estada no mar, apresenta-o de modo sensível:

O mar é uma coisa grandiosa, só entrando pra ver, essa imensidão... Sol, céu e mar, e tirar a sobrevivência dessa natureza não é moleza. Por isso que eu respeito tudo isso, a gente se apaixona pelo mar, pela pesca. Estamos aqui numa calmaria, parece uma lagoa, não tem quase vento... Eu entro na minha jangada e eu tenho que respeitar, eu preciso desse vento, eu preciso dessa alga para poder tirar dele o meu sustento. Por isso que eu respeito. Não podemos praguejar o mar. Eu entro nele e respeito. Se eu for contra ele, e praguejar o vento forte, a natureza se revolta, quem desafia a

natureza o destino é morrer, tá desafiando o sagrado, tá querendo ser um herói, enfrentar a força da natureza. Dizem que sou novo e tenho coragem, não é coragem, é a força da responsabilidade nesse trabalho, que não é fácil. O medo, se a gente não tiver medo, vai se afoitar se não tiver o medo, o medo dá responsabilidade. Se vem uma onda grande que tá vindo contra mim, eu tenho que parar e esperar ela passar, se eu for de encontro a ela, me afoitar com toda a velocidade que posso dar, com o vento, vou arriscar minha jangada, com meus companheiros, corre o risco de virar, de balançar forte e bater com a cabeça em um mastro, desmaiar, cair no mar, morrer (Informação gravada em 25/04/2012).

Na atividade da pesca, explica Pedro, existem responsabilidades que são divididas. O pescador que é considerado mestre “é aquele que não só tem mais conhecimento, como também o mestre é quem tem mais responsabilidade e tem esse medo, todo mundo tem que ter medo, ele não pode se arriscar”. Se existe o respeito com a natureza, reforça o pescador, “o mar transforma-se em terra firme”, ou seja, o pescador adquire a segurança de ir para o mar, pescar e voltar vivo – mas esse é um processo de aprendizagem, que exige o domínio das técnicas e medidas de proteção. Assim relata o pescador:

O mar é quase uma terra firme, porque a gente tem o costume de navegar. A primeira vez no mar é como estar aprendendo a andar, a gente cai, a jangada balança, a gente balança, depois, com o tempo, aprende a ficar em pé e se equilibrar. A proteção da pele é a roupa mesmo, sempre uso uma roupa de manga comprida, um boné, eu pesco de manga comprida, protege mais... (Informação gravada em 14/10/2010).

Durante a conversa, o pescador silencia e, como se buscasse algo na lembrança, logo começa a falar da roupa típica dos pescadores:

[...] antigamente, quando pescava na jangada de piúba e usava sua roupa de pescador, sua calça comprida e camisa de manga longa de algodão, a roupa era tingida com a tinta do cajueiro, o chapéu era de palha, era grande, redondo, e tinha o elástico para não voar para segurar no mar,

dentro do chapéu ia a caixa de fósforo e o cigarro. O fósforo tinha a função de acender o cigarro e o fogo para torrar o peixe, na pesca de dormida. Hoje o pescador pesca de boné, camisa, bermuda, uma pessoa comum. Você sabe que o pescador é pescador quando vem aqui, encontra aqui... A mão do pescador é dura, dura de puxar a corda, de puxar a âncora, daí que engrossa a mão, de enfrentar o sol, daí que temos que pescar com essas roupas mesmo, não usamos protetor pra botar no corpo (Informação gravada em 14/10/2010).

O ritual da pesca de dormir passa por uma preparação que antecede a viagem. A primeira, informa Marco Antonio, é o preparo dos mantimentos:

A gente sai cedo daqui, a gente sai com o sol e, depois de chegar no ponto da pesca e pescar até umas 11 horas, daí vai botar a comida no fogo, cada um trata do seu, um peixe, dois ou três, conforme o estômago aguentar. A gente pega o peixe, mata na hora, prepara e come. Pro preparo leva a verdura, tudo que tem na casa leva, a cebola, o colorau, o tomate, o pimentão, o macarrão, arroz, feijão, a farinha, o açúcar, café (Informação gravada 14/11/2010).

Pedro diz que todo pescador, antes de entrar no mar, tem uma pergunta que faz para si mesmo: “pra onde eu vou hoje?”, e para os companheiros: “qual a maré boa pra peixe?”

Daí a gente escolhe um pesqueiro de quatro, três, duas horas de viagem pra dentro e, se passar umas seis horas pescando e o mar não tá pra peixe, então a gente tem que ir pra outro local. Aquele ponto de pesca não tá dando, nos dirigimos pra outro. Entrar no mar e pescar, jogar a linha e o peixe morder a isca, né assim, não. Às vezes o peixe não tá mordendo, a gente vê o peixe, mas às vezes o peixe não quer comer. Assim seria muito fácil, pegar o peixe só arriando a linha (Informação gravada em 14/10/2010).

Observo que, de modo geral, o pescador tem o hábito de mencionar seus feitos na arte de pescar. Falam da quantidade do pescado, como dos acidentes em

alto-mar, mas criam também verdadeiras lendas sobre as criaturas que afirmam existir no mar. Geralmente existem exageros que se reproduzem entre pescadores.

As fantasmagorias dos pescadores resultam de momentos extraordinários ou situações-limite vivenciadas – e exagerar é uma forma de externalizar, de modo dramático, os riscos da pescaria em mar profundo. O Mestre Manoel dos Santos ressaltou um desses momentos felizes numa pescaria e, de sua experiência como pescador, humaniza o peixe:

A melhor pescaria que fiz, fosse hoje em dia, dava muito dinheiro, perto de 1.000 reais, peguei 97 quilos de cavala [...]. Antigamente tinha mais peixe porque não tinha essas cacoeiras que arrastam tudo. A pesca de anzol é a certa, o anzol só pega o peixe quando o peixe quer comer. Já vi muito beijupirá correndo da isca. O peixe come no dia que ele quer. Tem maré boa para o peixe comer (Informação gravada em 05/10/2005).

Ali no Barracão, sentados entre árvores, sentindo a brisa do mar e o movimento das ondas, observa-se uma quantidade significativa de pescadores conversando, tratando peixe, jogando cartas, em situação de conforto. Esse foi um momento especial de conversa entre pescadores que registrei. Não necessitei fazer perguntas, apenas dei o *play* e as conversas fluíram.

Vicente Pereira reflete sobre suas jornadas no mar.

Fiz muita pesca boa, mas a que mais me admiro foi um peixe que deu dois palmos e uma mão, e era um tipo de peixe que não cresce, esse peixe não tem crescimento.

Nesse momento, um pescador que ouvia a conversa indagou:

- Vicente, era uma carapitanga?

Logo Vicente respondeu:

Não, era uma mariquita, a cabeça da peixa era bem pequenininha, foi o peixe maior que peguei, desse tipo. Agora já peguei peixe até de 27 quilos, como a cavala, que cresce muito. Já fiz pescaria boa, mas fiz também pescaria ruim... Às vezes vinha sem nada, com toda fartura que tinha no mar.

Bebi cachaça no começo, só três bicada, e daí comecei a beber vinho e cinzano, bebo pra fazer palhaçada não, sou um homem correto. Não passou disso. A beleza da praia é essa, sujeira muito mesmo. Isso aqui a gente pega até bicho de pé. Antigamente a gente deitava e rolava na areia que era limpa, rolava e saía do mesmo jeito, limpo. Era isso, a gente vê essa beleza suja, todos nós veve disso, pescador novo, pescador velho, tudo vive por aqui, até morrerem.

Os pescadores do Mucuripe e descendentes se constituem comunidade e o Barracão é um pedaço dela, que, de modo geral, está localizada nas proximidades do mar. Os integrantes se reconhecem pelos nomes, pelas relações de afeto e amizade, pela ocupação na divisão do trabalho, de poucas especialidades. Eles estabeleceram, ao longo da história da cidade, uma comunidade que se mantém e que atravessa o tempo, compartilhando modos de vida e representação do mundo.

Dados da Colônia de Z-8 informam que o estado do Ceará possui 26 colônias de Pescadores, 20 situadas no litoral. A normatização da atividade pesqueira é definida em dois momentos históricos, segundo Dantas (1977, p. 259):

a primeira no início do século XIX – nesta, apresentada por João Brígido, em 1979 reduzem os pescadores a uma atividade servil. 1º – que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salvo quando o tempo for tal que eles de força não possam ir ao mar, debaixo de penas de 30 dias de cadeia, cada um dos jangadeiros. A segunda data do início do século XX, posta em prática pelo governo federal, e tratava-se da política de organização da atividade da pesca, com a regularização das colônias de pescadores, e delegando, entre outras coisas, o poder de patrulhamento da costa brasileira ao pescador

exatamente pelo fato de conhecer e residir no litoral, este regulamento é de 1919.

O fato gera o incremento e desenvolvimento da indústria da pesca e o fortalecimento da pesca artesanal, refletido no Ceará com a profissionalização do pescador. A exploração da lagosta, realizada por esses trabalhadores, mantém a indústria da pesca, bem como fortalece os pescadores no estado, pioneiro, ao lado de Pernambuco, conclui o autor.

A pesca artesanal da costa litorânea do estado do Ceará é exercida por aproximadamente 27.000 pescadores, segundo estimativa da Federação dos Pescadores do Estado do Ceará. O Ibama (2012) informa que houve um importante aumento na participação dos pescadores artesanais na produção do pescado, o que se deve à desativação de grande parte da frota motorizada, devido a elevados custos das embarcações motorizadas, associados aos baixos rendimentos das pescarias. Isso acarretou a desativação de grande parte da frota motorizada e sua gradativa substituição pelas embarcações movidas a remo e a vela.

O Ceará tem extensão costeira de 573 km, informa Braga (2013), onde a pesca artesanal secularmente é feita em jangada movida pelos fortes ventos predominantes de direção ESE (leste-sul-leste). O autor ressalta que:

Na pesca artesanal, a vela executa navegação de orientação visual e prática, detendo a participação superior a 60% de toda a produção pesqueira marinha do Ceará, realizada por botes, canoas, jangadas e paquetes, que totalizam mais de 83% em números de embarcações, todas construídas pelas mãos hábeis dos artesãos carpinteiros navais (2013, p. 10).

A pesca artesanal é realizada principalmente pela mão de obra familiar e com embarcações de pequeno porte, cujos equipamentos variam de acordo com a

espécie a ser capturada. Uma das características dos pescadores do Mucuripe é que eles utilizam transportes, ferramentas e estratégias para captura: anzol para o peixe, armadilha para lagosta, bem como respeito à época de reprodução (defeso da lagosta), exemplos de práticas que se caracterizam como sustentáveis.

As experiências dos pescadores artesanais do Mucuripe, no cotidiano do Barracão e narrativas, sugerem o tipo humano de grandeza espiritual, revelada na simplicidade da fala, na economia de adjetivos, nas histórias singelas que sustentam as relações sociais, em razões práticas na lida com o mar e mecanismos que atravessam histórias pessoais, familiares e fatos da vida pública que os envolvem nas conquistas cotidianas.

A atividade de pesca artesanal revela formas de interação dos pescadores com o ambiente natural e também com o espaço urbano de Fortaleza. O espaço é pequeno para a quantidade de pessoas que ali convivem. Há disputas pelo melhor lugar à sombra das frondosas árvores que, em companhia das balsas e jangadas ancoradas na areia da praia, embelezam o lugar. Os pescadores artesanais dividem-se na lida cotidiana entre os que navegam nas águas profundas do Atlântico para trazer o peixe e os que consertam, restauram ou constroem embarcações que os levam e nem sempre os trazem de volta à terra firme. Os trabalhadores acompanham a temperatura e o ritmo das marés, mas também humor e disposição dos que vêm até a Beira-Mar comprar o pescado. O território, de propriedade da Marinha, é um espaço ocupado por trabalhadores da pesca artesanal. A significativa povoação de trabalhadores situa-se no litoral leste de Fortaleza, especificamente no Mucuripe, possuindo vida social, econômica, política e cultural, com fisionomia e espírito próprios que se revelam no cotidiano do espaço.

O Barracão localiza-se entre a Rua Tereza Hinko, sentido oeste, e o fim do calçadão da Avenida Beira-Mar, que atravessa a Avenida Abolição no sentido leste. Ao norte, o mar, e, ao sul, condomínios de luxo do Meireles. O Barracão não tem vida jurídica nem administrativa. É denominado, genericamente, “Mercado dos Peixes”, referência aos quiosques de venda dos pescados, recentemente organizado e assim nomeado e controlado pela Prefeitura Municipal. Essa ação favorece o processo de higienização da área, em respeito, menos como código de postura do Plano Diretor Municipal e mais como disciplinamento do espaço público, que visa ao fluxo turístico da cidade, bem como aos eventos esportivos em Fortaleza.

O piso do Barracão é de areia, e o teto é coberto de folhas verdes e alaranjadas de árvores frondosas, principalmente castanholas e cajueiros. Debaixo das árvores, a comunidade se estabelece, com regras que garantem condições de convivência e de preservação do grupo de pescadores em suas atividades cotidianas.

Barracão, 6h30min, dia: quem chega ao Barracão percebe que os trabalhadores movimentam-se para a jornada de trabalho. Homens chegam, reúnem-se, conversam, empurram uma jangada, ambulantes passam, alguma jangada chega, pacotes distribuem sacos de gelo para embarcações e barracas da praia, caminhões estacionados na avenida distribuem cargas, coco verde pelos bares, restaurantes e barracas em toda área, incluído o Barracão. É verdade que mais cedo jangadas partem para a pesca de dormida, saem com o sol. Mas os que vão à pesca de ir e vir se estruturam, de modo pouco silencioso, para a jornada de trabalho. Porém, antes do embarque, é rotina o pescador alimentar-se.

Barracas-quiosques funcionam como lanchonete e restaurante, com teto improvisado, com um tipo de encerado; a grande mesa de madeira funciona como balcão, come-se em pé ou em mesas e cadeiras postas, também usadas para o jogo de biriba, batidinha ou dominó. Cedo, mesas estão ocupadas pelos homens que “passam o tempo” em jogos, as duplas estão em plena ação, enquanto verdadeira plateia cerca a mesa de jogo, acompanha as partidas, aguardando a vez de jogar.

As duas barracas principais estão entre os principais espaços do Barracão: uma fica mais próxima das embarcações, onde os pescadores se preparam para embarque e desembarque. Veem-se jangadas aportadas, aguardando hora de navegar, e jangadas que chegam para o desembarque do pescado; a outra barraca fica mais próxima da oficina e carpintaria, onde se veem embarcações desgastadas, aguardando reparos, outras estão em conserto e muitas, aparentemente, abandonadas. Na oficina naval do Barracão, são realizados consertos, reparos e manutenção das embarcações. Eventualmente se constroem, segundo Luciano Pereira de Deus, renomado carpinteiro: “por aqui não tem mais construção de jangada, pois a jangada está cara”.

A barraca mais próxima das jangadas vende suco, bolo, sanduíche, salgados, café, caldo, sarrabulho, água de coco. “Antônia 55” é seu nome, e também de sua proprietária, a comerciante Antônia Barbosa da Silva, 58, que diz com alegria que “aqui é minha segunda casa, meu povo, eles vão pro mar e precisam do meu lanche pra ir pra pescaria. Todo mundo aqui é minha família, ou meu vizinho”.

Antônia Barbosa é uma mulher forte, de estatura mediana, confiante e de disposição. Diz que acorda cedo, às 4h da manhã, faz café, esquenta o leite, engarrafa e desce para o Barracão: “eu trabalho de domingo a domingo, é essa a

renda que me sustenta. Eu trabalhei mais de vinte anos em casa de família, aqui sou eu e meu marido”. O marido de Antônia, filho de pescador, atua na profissão durante dez anos, desiste da pesca devido a acidente em Aracati, no mar. “Ele ficou com um problema no pé, mais isso não prejudicou a pesca, o que ele ficou mesmo foi com medo do mar, então ele passou a vender tapioca”. Antônia Barbosa trabalha na barraca, cozinha e lava tudo. O marido, Josiel Barbosa, agora trabalha como ambulante: “primeiro foi lá no Aracati, depois a gente veio pra Fortaleza, ele veio procurar seus parentes. E aqui encontrou, e ficou. Esses homens são heróis, a capacidade de pegar o peixe e a coragem de enfrentar o mar, eles pra mim são heróis, por causa disso”.

A barraca de Lúcia Alves, 38 anos, localiza-se próximo da oficina de carpintaria. Lúcia migrou com a família de Icapuí para Fortaleza, incentivada pelo marido, com familiares aqui em Fortaleza, depois que o trabalho em Icapuí não deu certo: “minha patroa me deu o cano”, completa. Lúcia Alves trabalhou em microempresa de confecção durante quatro anos, contratada informalmente para ganhar um salário-mínimo. “No começo”, diz Lúcia Alves, “ela me pagou direitinho, depois passou pra metade, no fim, ela não pagou mais nada, nem os direitos. Aí foi o tempo que vim m’imbora”. A mulher diz que gosta do ambiente do Barracão e trabalha cedo, o marido é pescador e “aqui tenho muitos amigos, esse ambiente é muito bom”. Para o trabalho, ela conta com o auxílio de dois filhos, e “a dificuldade maior aqui é que não tem banheiro, nem pra homem, nem pra mulher”. A comerciante não reclama de nada, diz que tem muitos clientes: “na semana, são os pescadores, e no fim de semana tenho também os clientes que vêm pro banho de mar, os que vêm dia de sábado e domingo”. Sua barraca vende comida típica, baião de dois, peixe, bebida, água de côco, água, refrigerantes:

Eu só não vendo pros que andam no calçadão porque eles não devem gostar de coisa simples. A minha comida é a mais barata, eu compro direto dos pescadores e aí eu faço o melhor preço. O mar pra mim é tudo! Eu tenho muitos fregueses que vêm só comer aqui, e eu digo, eles são fiéis.

Existe também microcomércio, basicamente de bebida, que se mantém pelo Barracão, por entre espaços de árvores. As geladeiras horizontais transformam-se em pontos de venda e são também depósitos de bebidas e demais utensílios de seus proprietários. É comum encontrar, bem cedo, algumas delas envoltas em correntes e cadeados, fechadas, em cada uma com o nome do proprietário: “Côco do Dedé”, ou anúncio “Vende-se côco”. O mercado de lanches e bebidas do Barracão destina-se aos que convivem ali, durante o dia. Os proprietários incorporam a rotina das atividades de pesca. Não funciona no período noturno. A razão é que não existe energia elétrica, nem banheiros no Barracão. Nem é hábito de moradores ocupar a orla da praia no período noturno. As geladeiras atendem aos pescadores e diversos banhistas que frequentam o espaço, turistas e pessoas que frequentam a praia nos finais de semana e feriados. Acondiciona-se gelo, como os pescadores: “aqui não tem energia elétrica”, informa o vendedor.

Atividades comerciais informais fazem parte do cotidiano do Barracão, como o trabalho de Antônio Barbosa, 64 anos, nascido e criado no Mucuripe, pescador durante 30 anos. Hoje estabelecido no Barracão como barbeiro, troca a jangada pela navalha e pente, tendo o mar como paisagem e a força do vento: “Seu Barbosa” faz cabelo, barba e bigode de pescadores, filhos e parentes: “aqui, todo pescador já passou pela minha tesoura”, diz, orgulhoso. Também são necessárias as atividades que Francisca de Souza da Silva, 55 anos, exerce há 26 anos, trabalhadora cheia de habilidades, comerciante, costureira, cabeleireira e barbeira,

faz barba, corta cabelo, vende caldo, café, cigarro e também costura vela de jangada. Ela mesma diz:

[...] eu não enjeito serviço e sei fazer de um tudo, meus clientes? Tudo pescador! Pela minha idade não tem firma que me aceite mais, eu trabalho e gosto de trabalhar aqui, trabalhei nas empresas de pesca, na Ipecea em Embrapesca. Não sou aposentada ainda, minha família é pobre, todo mundo precisa trabalhar. No dia a dia é o que dá, vai pro mar, quando o pescador ganha, nós que trabalhamos aqui a gente ganha também.

Francisca reclama das condições higiênicas do Barracão:

[...] acho aqui sujo, de manhã cedo, quando chego, vejo a sujeira do outro dia espalhada, papel no chão, vísceras de peixe, moscas. Aqui não tem banheiro. Quem suja? Quem passa, mas também quem trabalha por aqui, o pescador suja também! A água doce, a água de limpar que tem aqui é difícil de pegar.

Água doce, consumida cotidianamente no Barracão, vem do poço cavado na areia da praia, puxada, manualmente, por bomba hidráulica. Todos os dias, bem cedo, forma-se fila de usuários com objetos para acondicionar água. E, entre os usuários da bomba d'água, estão na fila, diariamente, trabalhadores de embarcações que se preparam para ir pro mar e, entre os trabalhadores do comércio local, estão os “moradores” do Barracão.

Os moradores se dividem entre permanentes e passageiros. Em 2005, moravam seis pessoas no Barracão, três moradores permanentes, um homem e duas mulheres, e três passavam temporada, em visita a parentes e até para pescar por um mês, entre outras razões. Hoje são seis moradores permanentes, e apenas um temporário. “Às vezes tem um namorado que passa a noite, mas de manhã já pega o beco”, diz Luciana, moradora do Barracão.

Os moradores fazem de embarcação moradas. Cada um tem história de abandono a contar, como é o caso dos moradores permanentes Francisco Gonçalves, 64 anos, Luciana de Sá Batista, 42, Maria Telma Alves, 43, e do temporário, o cuidador de carros João Paulo de Oliveira Silva, 26 anos.

O pescador Francisco Gonçalves vive numa jangada há 15 anos, diz que não tem família, todos morreram e “os que estão vivos não se importam comigo, mas eu também não me importo com eles, [...] aqui, eu tenho amigos, aqui tenho essa família, e eu sei fazer tudo, da rede a pescar”. Francisco Gonçalves herdou o ofício de pescador do pai:

[...] Minha casa é a jangada. Desde pequeno eu trabalho nisso, aqui é minha casa. Faço tudo, pesco, pego o peixe, vendo o peixe, trato o peixe, faço rede, tem dia que não apuro um tostão, daí alguém me dá um peixe, eu torro, como e pronto. De noite eu entro pra jangada, tem os guardas, aí eu durmo. Eu vivia no interior e perdi meu pai e meus irmãos, agora eu sou só, não tenho família, nunca tive filho. Pra onde os pescadores forem, eu acompanho. Não bebo e nem fumo. Pra dormir eu cubro com a lona. Faz quatro anos que vivo nessa jangada. Eu comecei cuidando da jangada e os pescadores guardam as coisas aqui. Eu acho muito bom aqui.

Luciana de Sá Batista, 42 anos, também vive na jangada. “Faz seis anos e dois meses que vivo aqui, saí de casa, me deu vontade de vir embora, aí eu vim do interior, eu trabalho o dia todinho. Luciana diz que a vida é complicada. Quando diz a frase, pensa bastante antes de pronunciá-la. Às vezes cai em contradição. Faz certa confusão com datas e nomes. “Eu durmo por aqui, às vezes durmo no seu Francisco. O dinheiro que ganho eu levo pras minhas filhas, jamais pra ele”. Quando falou da família, Luciana caiu em prantos. Esperei seu tempo. A mulher contou ser alcoólatra: “fui do AA durante cinco anos e seis meses”, depois voltou para a bebida. Nem filhas nem marido querem saber dela. De classe média, moradora da Praia de

Iracema, tenta por diversas vezes voltar pra casa. Confessa que, algumas dessas vezes, bate à porta da casa da família, embriagada. “Eu não vou mais lá, sou proibida de ir, [...] mas o que importa é minha vida. [...] aqui só tenho amizade boa, as pessoas confiam em mim, mas o que eu quero mesmo é ir pra casa, aqui não é mundo pra mim”.

Maria Telma Alves, 43 anos. Há 14 anos, mora no Barracão. Dorme debaixo de um pacote. É garota de programa. “Eu vivo minha vida do jeito que eu quiser, pronto, acabou. A mãe toma conta dos filhos. Quando a pescaria tá boa eu vou por lá, e daí eu levo algum pros meninos, e quando é ruim eu fico por aqui mesmo. Não quero ir pra lá, minha vida e trabalho é aqui mesmo”.

João Paulo Santos de Oliveira, 26 anos, é pescador de dia, de noite é vigilante de carro da Avenida Beira-Mar. Diz que vai pelo menos uma vez por semana à casa das duas filhas:

[...] De dia, eu ajudo o pescador, eu ganho o peixe, eu vendo o peixe e como também o peixe. Meu pai é proeiro, meu tio é mestre, que comanda o bote. Eu vou pra ajudar. No mar nós ganha o que pegar. Aqui na pista, olhando os carro, eu ganho, mas no mar eu ganho mais. O mar pra mim é uma aventura, eu vou com meu pai e não sei se eu volto. E lá é só água, pra todo lado. Se eu pegar um peixe grande, uma cavala, uma serra, um dourado, já tô no lucro. Eu prefiro pescar na profissão do meu pai, que é pescador.

João Paulo se diz abandonado pela mulher e sonha com a possibilidade de construir uma família, com saúde, ter casa e trabalhar no mar:

[...] aqui eu olho carro, mas eu quero ser pescador, como meu pai, ele me acostumou no mar, eu tô seguindo a profissão dele. Tá com um ano que eu pesco com meu pai no mar, acho bom aqui. Eu olho carro aqui e ali eu ganho o que me alimentar. Eu fico aqui até duas hora e vou dormir. O dinheiro é de noite e de dia a mistura, o peixe, eu trabalho e ganho o peixe. Eu durmo aqui, quase todo dia, mas moro com minha mãe e meus pais,

somos oito irmão e tem mais meus dois filhos, por isso que tenho que ajudar na comida de casa. Eu durmo numa jangada, ali na oficina de reparo, não sei quem é o dono, lá eu deixo minhas coisas, e não tem quem mexa, ali.

O lugar onde as balsas, botes e jangadas dormem é chamado carpintaria, oficina, a “oficina do Luciano”, “oficina de reparo”, lá estão elas, espalhadas na areia e batizadas com nomes em referência aos proprietários. “Luz de Jeová”, “Isidoro”, “Luciano”, “Augusto I”, “Rosa de Saron”, “Amigo”, “Luz”, “Ariel”, “Netuno”, “Bianca”, “Dourado”, “Santana” “Tupi”, “Marli”, “Ana Paula”, “Felipe”, “Da Risca”, “Valdeniza”, “Isaac”, “Gaivota”, “Ivo”, “José Vicente”, “Adriele I”, “Estrela do Mar”, “Toninha”, “Bom Tempo”, “Boa Viagem”, entre outros. A nomeação das embarcações é simbólica, cultural, mas, especialmente, tem o objetivo de situar o local de origem da embarcação: junta-se ao nome a cidade e estado a que pertencem, como “Fortaleza-CE”, “Aracati-CE”, “Camocim-CE”.

Quando acontece acidente com a jangada ou algum barco desaparece, fato comum no cotidiano da pesca artesanal, o nome e a localização facilitam a comunicação para busca. A embarcação é, assim, identificada: a Colônia Z-8, as colônias dos pescadores do estado e a Capitania dos Portos se mobilizam na busca das embarcações dos pescadores. Localizados por meio de comunicação, o sindicato ou os próprios pescadores informam o desaparecimento da jangada, nome e cidade de origem.

No Barracão, existem algumas jangadas, barcos e botes de outras cidades litorâneas, como Camocim, Aracati, Icapuí. Pescadores informaram que algumas delas haviam sido compradas no interior e trazidas pra Fortaleza, pelo mar, e outras são de pescadores que vieram morar aqui, em definitivo. É frequente pescadores vindos de seus municípios pescarem, como informa o pescador Manoel dos Santos:

Eles vêm direto do município e ficam aqui uma semana, duas, um mês, às vezes se mudam, quando arrumam um gancho, e quando tá no defeso da lagosta, eles vêm pra cá, os pescadores aqui são bons e eles as *veize* tem parentes aqui e fica mais fácil pra vir pescar aqui, se a maré não tiver boa pra peixe por lá.

É comum encontrar, em cima de embarcações, cachorro preso, com correntes e cadeado. “O cachorro vigia a embarcação, enquanto o pescador tá no mar ou quando tá em casa, eles moram aqui, quando tá amarrado na jangada, é que seu dono não tá por perto”. Entre embarcações encontram-se, diariamente, carpinteiros navais que as restauram, homens tecem redes de pesca, de *nylon*, ou consertam manzuá; vendedores passam com cordas de peixes aos ombros, ou com samburás cheios de pescado.

6.2 Carpinteiros

Carpinteiros navais trabalham em locais improvisados, com estrutura precária, denominados estaleiros. Geralmente estão localizados em espaços próximos às casas, no quintal ou na praia, onde têm o ofício, a construção, bem como grandes reformas e pequenos reparos de embarcações. No Barracão, existe uma das oficinas de carpintaria naval. Os carpinteiros artesanais estão distribuídos em todo o litoral cearense, em atividades de construção de embarcações a vela, principalmente as destinadas à atividade pesqueira e, no geral, trabalham sozinhos ou com ajudante, na confecção de jangadas, paquetes, botes e canoas.

Particularidades de produção e usos das embarcações de madeira, produzidas artesanalmente, provocam reflexões sobre o mundo arcaico que nos rodeia e mesmo sobre como, dados os avanços tecnológicos, o respeito ao ambiente natural se mantém na história cotidiana dos pescadores do Mucuripe.

Observa-se que a inovação tecnológica é mínima, como a da jangada – na verdade, a mudança no desenho da jangada é percebida como aspecto positivo. Segundo interpretação dos pescadores, é que houve condições de aumento da produção, dada a leveza da embarcação.

Luciano Pereira de Deus está restaurando uma jangada, o carpinteiro disse que nasceu “em 11 de agosto de 1940, tenho 73 anos, tô mais pra lá do que pra cá”.

Luciano Pereira conserta e faz embarcação:

[...] eu nasci e me criei aqui, meu pai é pescador e pescou até 60 anos, sua oficina é ali mesmo na Beira-Mar. Eu trabalho aqui, moro na Varjota, no Beco dos Cará. Tenho oito filhos, tem dois que me ajuda aqui, saio de casa cinco da manhã e onze horas saio pro almoço, como em casa, e uma hora tô de volta. Eu gosto de trabalhar, trabalhar é exercício, exercício é saúde.

Luciano de Deus tem reflexões sobre o próprio ofício e a condição de pescador.

nossos pais antes era mais exigente, hoje não. Era na rigidez, meu pai obrigava e eu obedecia. Minha família é toda daqui. A prefeitura tirou toda a nossa família daqui. Muitos pescadores foi embora, outros subiram. O rico não gosta de pobre perto dele, não vai demorar pra tirar nós daqui, eles vão tomar tudo da gente, esse é o futuro.

Luciano de Deus sente-se ameaçado em sua atividade de trabalho. O Barracão, para ele, é um lugar de trabalho, mas também espaço de sua infância. Diz que houve mudanças em sua visão, os moradores originários do Mucuripe eram os índios, e prova isso:

[...] Iracema, boi choco, são palavras indígenas, e antes os índios moravam aqui, como provar? Uns cinco anos atrás deu uma maré forte e desenterrou uma cerca que era dos índios. Uma cerca que a gente sabe que era eles que fazia, bem feita. Aqui antigamente era casa da meretriz, que saiu aqui em 1962, aí começaram a construir a beira-mar, agora

querem expulsar a gente, mas nós não prejudica eles, eles querem limpar a área, pensam que a gente suja a área e a vista deles, a gente incomoda.

Explica também por que todos nomeiam o lugar de Barracão: “aqui fica todos os pescadores, às vezes se junta debaixo das árvores, perto das barracas de comer e beber, aqui fica guardado os equipamentos da pesca, fica oficina de reparo”. O assunto que Luciano de Deus domina é sobre o ofício de carpintaria naval. Ele, como outros pescadores especializados nessa atividade, gostam de falar sobre o processo de trabalho. Informa que, em Fortaleza, existem cinco carpinteiros navais e três trabalham na oficina, e aponta para um senhor dizendo seu nome: “aquele ali é um carpinteiro, Raimundo, tá aqui também faz tempo”.

O carpinteiro naval Raimundo Nogueira, 76 anos, mora em Fortaleza, nasceu em Camocim. Para ele, o trabalho do carpinteiro “casa” com o trabalho do pescador artesanal, pois são atividades que respeitam a natureza. Mas, infelizmente, “é uma função que vai acabar como a do pescador artesanal. O trabalho está com dificuldade, todo ano se fazia cinco ou seis embarcações dessas, agora não faz mais, pois tá acabando o pescado, o produto do mar”. Sobre os motivos das dificuldades, Raimundo Nogueira responde:

Aqui tá cheio de mergulhador e cacoeira. Dessa frota aqui tem uma 56-58 embarcações, foi eu que fiz. Tudo tá difícil. Existe uma despesa para embarcar, colete, documento. Aqui na praia são três de carpinteiro. A pesca tá acabando, a gente vê muito barco encostado. Antes chegava nos barcos aqui, por dia de 300 a 400 quilo de lagosta, agora não dá nem 50 quilo. Antes tinha peixe em todo canto. Se pescava de jereré. Pescava de ir e vir e trazia muita lagosta, nos anos 60 era lagosta demais.

O carpinteiro é lúcido com relação às demandas de seu trabalho: “[...] essa é uma profissão antiga, é a profissão de São José, aqui são poucos, só três. Eu passo

um mês ou dois sem trabalhar, todo mundo quer sua embarcação nova, mas falta dinheiro pra reforma, pra fazer uma nova”.

O carpinteiro é orgulhoso de seu trabalho e lamenta o fato de não poder transmitir o saber para familiares: “cada qual segue a sua profissão. Na minha família não tem mais homem pra eu ensinar”. Na verdade, ao falar do fato, fica com tristeza, e volta a dizer que lamenta não deixar a profissão para nenhum descendente. Mas logo muda o rumo da conversa, contando fato que o deixou feliz e orgulhoso da profissão: Raimundo Nogueira revela que fez parte de evento que ocorreu na França, como forma de registrar sua presença na história da carpintaria naval artesanal do Ceará. É o carpinteiro naval que fez a jangada do Pirata Bar. Em 2002, construiu nove jangadas por encomenda de Júlio Trindade, o Pirata, dono do bar, e as embarcações foram levadas à França para regata disputada entre jangadeiros cearenses e pescadores franceses. “Levaram de navio em um contêiner, fiz aqui no Barracão e finalizei no Porto. Eles queriam me levar, eu não fui, não, foi uma regata muito bonita e a Jangada Dragão do Mar foi a que ganhou”.

Possidônio Soares, o atual presidente da colônia de pescadores do Mucuripe, Z-8, é também carpinteiro naval. Entrevisto Possidônio na sede da colônia, que fica na Praia do Futuro. Na sala do presidente tem uma réplica escultural em madeira, de uma jangada tal qual as que temos hoje, de mais ou menos um metro de altura. Possidônio começa a falar sobre aquela jangada, obra de sua autoria, e sobre tantas outras que fez, na qualidade não de escultor, mas como carpinteiro naval.

Jangada de piúba e embarcações a vela, como balsa, bote e a conhecida jangada, têm um processo de fabricação artesanal: os pescadores informaram que em quase todas as praias do litoral cearense há um carpinteiro artesanal. Ali no

Barracão existem vários pescadores que são responsáveis pelo reparo nas embarcações. E em Fortaleza existem alguns poucos carpinteiros navais.

Possidônio confirma as informações dos pescadores do Barracão: seis carpinteiros artesanais estão na ativa hoje em Fortaleza: Joaquim, Aluísio, Raimundo, Careca, José Noque e Luciano. Disse haver carpinteiros artesanais “espalhados em todo o nosso litoral”, em atividades de construção de embarcações a vela, jangada, paquete, canoa e o bote, embarcações usadas principalmente na pesca artesanal.

Possidônio Soares Filho, 64 anos, herda do pai o nome e a profissão: “sou construtor naval, atividade acessória mas essencial da pesca, não existe pesca sem pescador, nem peixe sem embarcação”, completa. Acompanha os passos do pai e, com sua morte prematura, teve que continuar a construção em andamento, e logo passou a assumir outros compromissos de trabalho nessa função: “eu aprendi vendo ele fazer” (Informação gravada em 23/04/2012).

A família de Possidônio veio para o Mucuripe no ano de 1952, da Praia de Iguape, litoral oeste do Ceará, a 56 km de Fortaleza, com apenas quatro anos: “[...] nossa vida toda é de pesca litorânea, meu avô foi pescador, meu pai pescou por muito tempo e passou a ser depois carpinteiro naval e morreu nesse ofício”. O pescador revela que o pai fazia jangada primitiva, de piúba, e lhe atribui a idealização da jangada de hoje: “em 1944, na época da guerra, meu pai construiu a primeira jangada de pau no estado do Ceará”.

A atividade da pesca é quase exclusivamente exercida por homens. Exige força física no embarque e desembarque da jangada de madeira. Na jangada, passam a maior parte da existência: ela é a expressão rude e primitiva da navegação. Explica o pescador: “um estrado de cinco paus roliços e alinhados,

unidos entre si por alguns cravos de madeira; dois bancos, um em cada ponta: um para o mestre da embarcação, outro para prender o mastro com vela triangular”.

As embarcações de madeira de piúba são mais pesadas e transformavam a atividade desgastante, pois “se a maré estava braba, a dificuldade de embarque era grande e precisava de mais homem”, com a mudança da madeira, conclui Possidônio, “navegar ficou mais fácil, pois a jangada ficou mais leve”.

A pesada jangada de piúba foi, assim, gradativamente substituída pelo modelo atual. “Meu pai era um autodidata, um prático, aprendeu tudo por si mesmo”. A jangada, hoje, é uma embarcação segura – a informação é dada pelos pescadores. Possidônio informou que foram poucas as mudanças da jangada de piúba: os aviamentos (peças) da jangada de hoje são os mesmos que havia na jangada de piúba. Reproduz-se o modelo antigo: a diferença está no fato de que a madeira foi substituída e foi possível construir um espaço de abrigo para o pescador no interior da jangada, sem material de metal e com estrutura totalmente encaixada e de amarração com cordas. Assim explica Possidônio:

[...] é feita com seis paus de madeira que flutua, com tecidos e cordas artesanais, a tradicional não possui metal, como pregos, e toda a sua estrutura é fixada por encaixes e amarrações com cordas sua a vela é triangular e permite navegar contra o vento, mas uma navegação perfeita depende do mestre que a todo momento presta atenção aos movimentos do vento.

A conversa “mudou de prumo”, e a questão política na Colônia Z-8 veio à tona. A maioria dos pescadores de Fortaleza é sindicalizada, somam quase 4.000 homens “capacitados para enfrentar o mar”. Completa Possidônio: “eles vêm aqui, todos os dias vem um e outro, às vezes grupos, para pagar a mensalidade, e não tem como não tirar uma boa prosa”.



Imagem 19: Fé, fotografia de Alex Hermes.



Imagem 20: Embarcações e a cidade, fotografia de Celso Oliveira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações urbanas marcaram, de modo irreversível, a vida e o trabalho da comunidade dos pescadores artesanais do Mucuripe, zona oeste de Fortaleza. Como já observamos, ao longo do percurso dos pescadores e famílias desde a Praia de Iracema (Praia do Peixe) até chegar ao final da Avenida Beira-Mar (Mucuripe), um grupo de pescadores e familiares trabalha e sobrevive da pesca artesanal.

Os pescadores, de modo generalizado, embora tenham sobrevivido da pesca artesanal durante toda a vida, não desejam que seus filhos ou netos sigam o mesmo ramo. “O mar acaba com você. Primeiro, acaba com seus joelhos, por causa da posição que você tem que ficar. Segundo, acaba com seus olhos. Desse olho aqui eu já sou quase cego”, afirma o pescador Sebastião Silva, apontando para o lado direito do rosto. Outro fator que vem afetando a rotina e produção dos pescadores é o crescente aumento da violência urbana e do tráfico de drogas na região.

No espaço de trabalho, os pescadores estão rodeados por um cenário lúdico, composto por barcos de passeio, *jet skis* e praticantes de diversos esportes, no calçadão e no mar. Os pescadores do Mucuripe atualmente dividem espaço com usuários de drogas e praticantes de furtos que usam embarcações danificadas como moradias improvisadas e temporárias – e, mais alarmante, pescadores também se enveredam para o caminho das drogas. Às vezes utilizam as jangadas para se drogar, e não pescar.

Esse contexto afeta a redução do número de pescadores do Mucuripe, e, segundo pessoas que trabalham no local, não são raros os casos de pescadores dependentes de crack, por exemplo. A esse aspecto de decadência, somam-se

outros profissionais, a exemplo de carpinteiros, pintores e comerciantes, os quais, também já em idade de se aposentar, parecem despedir-se de atividades para as quais não haverá substitutos naquela região.

A falta de estímulo e incentivos à pesca artesanal, aliada à ausência de mão de obra mais jovem na atividade, vem provocando uma decaída na produção artesanal. De modo geral, filhos, netos e parentes de pescadores não se interessam nem são estimulados a aprender a pescar, como seus pais e parentes.

Pescadores preferem a inclusão de jovens em escolas públicas ou trabalhando em vários locais da cidade. Os jovens preferem atividades remuneradas, profissões de menor risco e melhor remuneração.

Sentimento conflitante

Os desgastes e riscos do ofício, que obrigam profissionais a navegar sem a certeza de que voltarão para a terra firme, levaram o pescador Francisco de Marco Antônio, 45 anos, a fazer um “curso de pizzaiolo, em uma fábrica próxima, seis anos atrás”. Contudo, mesmo após o curso, não conseguiu vaga em nenhum estabelecimento, e atribui ao fato de ele não ter concluído o Ensino Fundamental. Os estudos, acrescenta o pescador, foram interrompidos devido à atividade no mar, ainda na infância. Apesar de todas as frustrações, porém, o pescador diz saber que, caso abandone de fato a pesca, a saudade não o deixará desligar totalmente do mar. “Eu sei que eu vou sentir isso. Existem as coisas boas também. Você comer um peixe fresquinho, que você mesmo pegou ali e assou na hora, é muito bom”.

Mantendo esse apego à atividade que durante décadas lhes garantiu o sustento, ainda que a custo da saúde durante a velhice, os profissionais ligados à pesca permanecem embelezando no Mucuripe. A cada manhã, martelam, serram,

limpam, pintam, amarram, preparam-se, atrevem-se e navegam – sem saber até quando.

Os obstáculos enfrentados na pesca artesanal tem reduzido a filiação de novos pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores Z-8, que abrange Fortaleza. A cada ano o número vem caindo. Conforme o presidente da associação, Possidônio Soares Filho, a cada mês uma média de cinco profissionais se cadastra na Capital. Grande parte, porém, se refere a trabalhadores que já exerciam o ofício e decidiram se formalizar para desfrutar dos benefícios.

Conforme Possidônio, o número de filiações dez anos atrás, quando assumiu a presidência da colônia, era pelo menos quatro vezes maior, chegando a cerca de 20 trabalhadores. O presidente disse não poder precisar quantos cadastros têm sido feitos para profissionais que atuam no Mucuripe, mas afirma que a procura naquela área tem sido “muito pequena”.

Para tornar a pesca no estado mais atrativa e rentável, Possidônio e demais pescadores ativos no ramo da pesca artesanal defendem uma maior intervenção do poder público, buscando aumentar o valor do produto, através de uma maior qualificação dos profissionais. “O pescador tem que saber valorizar o pescado em terra, tem que saber que peixe ele quer”.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município (SDE) informou que prevê realizar um diagnóstico, na orla da cidade de Fortaleza e cidades vizinhas, para identificar que ações deverá tomar em relação aos pescadores. Ainda não há, entretanto, uma data definida para a realização do levantamento.

Observa-se que referências e valores culturais, saberes e fazeres do universo do trabalho e motivações que conformam experiência e permanência dos pescadores artesanais do Mucuripe estão entre limites.

Como vimos, a comunidade de pescadores sobrevive às transformações urbanas ocorridas, em especial no bairro onde se estabelecem e, efetivamente, experimentam e definem referências socioculturais no trabalho, lazer, na vida. A situação de exclusão e de pobreza experimentada pelos pescadores e famílias emerge, assim, nos problemas urbanos, principalmente sob a forma de violência simbólica. Os problemas não são levados em pauta nem solucionados pelos poderes públicos. Basta ver a precariedade das moradias como Beco dos Cará, de conjuntos habitacionais do Morro de Santa Terezinha, como o Barracão, local de trabalho dos pescadores. Os espaços delimitam situação de classe, revelam diferenças entre fronteiras físicas no mesmo bairro. As formas de morar de famílias dos pescadores do Mucuripe apontam, mas não ousam revelar, em plenitude, condições mais adversas da vida social, em espaços urbanos degradados.

A permanência dos pescadores, no Mucuripe, em atividade laboral marítima, e também na ocupação do espaço urbano, levanta, assim, questões complexas. Ao deparar diferenças entre estilos de vida e visões de mundo que marcam e definem as diferenças culturais do tempo, à percepção das diferenças entre formas de ocupar, de produzir e de habitar, compreende-se que a cidade é dividida em dois mundos: o “mundo do asfalto” e o “mundo de areia”. Há questões políticas e intervenções urbanas que se processam na cidade, parece “fora do lugar” a sobrevivência de navegadores e comunidades na área. O fato de a pesca marítima ser importante fonte de renda do estado e também sustentar comunidades marítimas, de modo geral, e em especial a comunidade de pescadores do Mucuripe, confirma a ideia de permanência desses pescadores na zona nobre, de modo específico. No entanto, o fato de os pescadores ocuparem área de propriedade privada, território da União, põe em suspenso a continuidade dos trabalhadores na área.

A comunidade marítima do Mucuripe é uma espécie de cidade sitiada na grande metrópole, demarcada por fronteiras de classe cujas implicações sugerem, de modo específico, mudanças com intervenções urbanísticas e desenvolvimento de tecnologias são fatos que anunciam o desaparecimento futuro de sujeitos, bem como da atividade pesqueira sustentável, como ali caracterizada e praticada.

Os pescadores não prescrevem utopias. Formulam estatutos, negociam cotidianamente sua permanência como comunidade de sentido, entre eles, como categoria profissional na sociedade – tarefa não tão pacífica. Integrar-se à sociedade é desintegrar-se como comunidade. É esquecer toda e qualquer forma de dano e *toda forma de exclusão social, econômica, política, cultural*. No entanto, os pescadores do Mucuripe, ao praticar formas de estarem juntos, na atividade laboral e no exercício da atividade da pesca sustentável, vislumbram oportunidade, no sentido de possuir e usar bens da sociedade, em especial na certeza de poder compartilhar um modo sustentável de trabalhar e viver. Compartilhar da atividade sustentável se faz necessário para toda sociedade: forma de preservar a natureza é atividade laboral exclusiva, exemplar.

É possível observar que, frente às condições desiguais, os polos se opõem, mas se complementam, margem e centro – areia e asfalto – o morador e o estranho – estão sutilmente ligados pelas desigualdades e diferenças, mas também pelos olhares exorcizantes, pelas ilusões solitárias.

Pescadores mais velhos não são adeptos de inovações. Nessa sociedade, pessoas e territórios se estruturam e se desestruturam, e o que importa é a nova ordem planetária. Na sociedade de pescadores artesanais, o que importa é que o “clandestino” não destrua “a morada do peixe”. O pescador é consciente do sentido de preservação, na busca de sua sobrevivência e dos habitantes marítimos.

O pescador, como qualquer sujeito em comunidade, também ordena seu cotidiano e tem noções de finitude. Não adianta falar de mudanças pautadas pelo viés da tecnologia, dos processos de globalização, de redes e compartilhamento de saberes, quando se depara com um modo específico com que pescadores do Mucuripe se movimentam na atividade da pesca, e nas relações em família e entre amigos.

Em famílias de pescadores, as funções produtivas e consumidoras se correspondem. A família do pescador é uma comunidade produtiva fundamentada na produção da pesca e nas atividades associadas; o trabalho de pegar mariscos e, em especial, o trabalho artesanal da renda de almofada e labirinto, especialidade das mulheres. As funções se estabelecem e permanecem ao longo do tempo. Crescentemente essas atividades não se ampliam, pois sua transmissão é restrita. Pescador, cada vez menos, é filho de pescador. Filhas e netas de marisqueiras e labirinteiras não buscam aprender a atividade das avós ou mães, nem se arriscam a acompanhá-las na atividade de pesca de mariscos, à Beira-Mar.

O pescador acumula experiências históricas e associativas, reproduz a pequena produção da pesca em caráter familiar, cria estratégias de enfrentamento de relações de trabalho cotidianas. O espaço ao redor transforma-se e, no entanto, as técnicas são tradicionais, sem rupturas, observáveis algumas pequenas mudanças. O pescador tenta se acomodar às oportunidades da globalização. Enfrenta limites na lida com novas tecnologias, em especial com o uso, cada vez mais crescente, de GPS. Inventa sua realidade no modo artesanal de pescar.

O pescador não tenta superar as limitações por meio de usos de tecnologias. Entre os velhos homens do mar, prevalece o conhecimento prático e habilidades física e mental. O pescador conquista a natureza, espaço dominado por habilidades

peçoais. Se o pescador não domina a máquina, cria maquinação, como, por exemplo, o modo específico de orientação no mar. Esse é hoje um elemento constitutivo da cultura da pesca artesanal, conhecimento passado e transmitido aos herdeiros do repertório de saberes práticos – saberes que, entre outras questões, fazem do pescador do Mucuripe trabalhador que conhece e respeita o ambiente natural em que trabalha.

O pescador reclama, de modo generalizado, dos riscos da pesca predatória. Sua relação com o mar é de respeito e de familiaridade, o que se observa quando Manoel refere-se aos peixes: “a pesca de anzol é a certa, o anzol só pega o peixe quando o peixe quer comer, já vi muito beijupirá correndo da isca”. Para o pescador, o pescado tem vontade própria, pois “o peixe come no dia que ele quer”. O mar também tem suas vontades, pois “tem maré boa para o peixe comer e tem muita jangada que sabe onde tá o peixe e dependendo da maré ele acerta a pesca, mas o peixe pode não querer morder a isca”.

O pescador, cada vez menos, é filho de pescador. Filhas e netas de marisqueiras e labirinteiras não ensejam aprender a atividade das avós ou mães, nem se arriscam acompanhá-las na atividade de pesca de mariscos, à Beira-Mar. Cada vez mais trabalho assalariado, renda individual e possibilidade do trabalho doméstico se ampliam. Por outro lado, a possibilidade de autossuficiência e segurança da classe trabalhadora: na definição de profissão de melhor prestígio, figura de empregador, expectativa de carteira de trabalho assinada, salário mensal, férias, seguro-saúde, aposentadoria, dominam o imaginário do trabalhador da pesca, de modo a preferir ver o filho ocupar filas de oferta de empregos do mercado formal a vê-lo manobrar vela de jangada.

As históricas lutas de pescadores do Mucuripe pelo reconhecimento acompanham o desenvolvimento da atividade como trabalhadores livres. Ele não é proletário, tampouco assalariado, e, pelo que está posto, o pescador pode ser também proprietário dos meios de produção – embora não tenha o controle da distribuição do pescado. Reconhecem-se como força social, política e econômica. A referência sindical e política é atividade na pesca artesanal. Os pescadores, mesmo vivenciando processos de expropriação capitalista, resistem, e, na atividade laboral, evitam a proletarização que os ameaça cotidianamente.

Existe um conflito silencioso na atualidade entre o trabalho do pescador artesanal e o Estado, que, na verdade, não favorece ao trabalhador da pesca com estímulos e empréstimos, informa o presidente da Colônia Z-8, de Fortaleza, Possidônio Ferreira. O Estado estimula a produção, de modo geral, concedendo empréstimos e subsídios a quase todos os setores da economia, além de investimento direto e desenvolvimento de programas de modernização de setores, como se historicamente observa na agroindústria, no Nordeste, em especial incentivos voltados à diversificação dos pequenos produtores.

A atividade da pesca artesanal não conta com abundante mão de obra, tendo remuneração baixa, pois o ganho com venda do pescado é gasto, praticamente, durante um dia. É um mercado sem expansão devido a fatores elucidados pelos pescadores, como mão de obra limitada. Não existe estímulo à formação de mão de obra na pesca. Se no passado se aprendia a pescar com 9-10 anos de idade, hoje é proibido levar um menor de idade na jangada para ensinar a pescar. Esse aspecto contribui para a escassez de mão de obra: os pescadores não desejam, tampouco estimulam os filhos a entrar na atividade da pesca. É um trabalho em que não dá pra ficar rico, nem subir de classe. O pescador é um homem simples, vive e habita

de modo simples. Não se integra aos novos padrões de consumo das classes populares, pela vida na pesca que se caracteriza como atividade de subsistência, em pequena produção familiar.

Pescadores informam que a pesca está falida, pois está difícil o peixe, lagosta, que é o ouro do mar, tá difícil porque tem os piratas do mar, pessoas que pescam clandestinamente, não respeitam a pesca artesanal – mas essa é uma briga de peixe grande.

Os espaços físicos, terra e mar, são territórios de apropriação do mundo para os pescadores, que constituem a totalidade do mundo. As tecnologias são acessórias, e não objeto de apropriação para seu mundo. O mundo virtual para o pescador artesanal é o mundo que desenha no mar, a partir da terra firme. Nesse contexto, a apropriação e manuseio das tecnologias, como GPS, não se tornam fundamentais ao velho mestre dos mares.

REFERÊNCIAS

ABREU, Berenice. **Jangadeiros**: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

ABREU, Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Edição fac-símile da edição de 1930, I Feira do Livro de Fortaleza. São Paulo, Xerox do Brasil, Câmara Brasileira do Livro, 1996.

AGABEM, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart – memória da distinção**. Fortaleza, Museu do Ceará/Expressão Gráfica, Secretaria da Cultura do Ceará. 2002. ALMEIDA, Milton José. Cinema, arte da memória.

ARQUIVO NIREZ. **Coleção iconográfica de Fortaleza**. 1 CD-Rom de dados, Fortaleza, 2007.

AUGÉ, Marc. **Qué pasó con la confianza en el futuro?** Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

_____. **Por uma antropologia da mobilidade**. Maceió: Edufal; São Paulo: Unesp, 2010.

_____. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC, Ed. Argos, 2009.

BARRETO, Irllys; BRAGA, Elza (Orgs.). **A política da escassez**: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha; Universidade Federal do Ceará, 1991.

BATACLAN, Revista. Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/search/label/Revista%20Bataclan>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. 3. ed. Lisboa: 70, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **A sociedade sitiada**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1995.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BECKER, Howard. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida: perspectivas etnosociológicas**. Barcelona: Bellaterra, 2005.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre avec WACQUANT, Loïc. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris Editions du Seuil, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **A sociedade sem relato: antropologia e estética da imanência**. São Paulo: Edusp, 2012

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados – mapas da interculturalidade.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005

CASCUDO, Câmara. **Jangada: uma pesquisa etnográfica.** São Paulo: Global, 1957.

COSTA, Fernando. **Nem toda história é uma ilha: a odisseia de Manuel Jacaré e Orson Welles.** Fortaleza, 2018

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana.** GEOSUL – No. 2, 2o. semestre, UFRJ, 1986

CASCUDO, Câmara. **Jangada: uma pesquisa etnográfica.** 2. ed. São Paulo: Global, 2002.

_____. **Geografia dos Mitos Brasileiros.** Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana.** GEOSUL, n. 2, 2. sem., UFRJ, 1986.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade de Fortaleza.** Fortaleza: Museu do Ceará, 2002.

DANTAS, Eustóquio et al. (Org.). **Ceará: um novo olhar geográfico.** 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007.

DOMINGUES, Álvaro. (Sub)úrbios e (sub)urbanos, o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, Porto, 1ª Série, v. X/XI, 1994/95.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios.** São Paulo: Papyrus, 2012.

DUVIGNAUD, Jean. **Festas e civilizações.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do estado e da propriedade privada.** 2.

ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1967.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, do estado e da propriedade privada**. Rio de Janeiro, 1967.

Garfinkel, Harold. **Estudos de Etnometodologia**. Petrópolis, Vozes, 2004

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas**. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

_____. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich e LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro, LTC Editora, 2012.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. 9ª. Edição – Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

GARFINKEL, Harold. **Estudios en Etnometodología**, Colombia, Antrophos, 1984.

GALDINO, José Wilson. **Educação e Movimentos Sociais na pesca artesanal: o caso de Prainha do Canto Verde, no litoral cearense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2010.

GEERTZ, Clifford. **Atrás dos fatos: dois países, quatro décadas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Nova luz sobre a antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Mundo em descontrole.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma.** Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva..** São Paulo – Vértice, 1990.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fonte, 2014.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização.** Rio de Janeiro. 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco.** São Paulo: 34, 2009.

KOSTER, Henry. **Viagem ao Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Nacional, 1942,

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** São Paulo, SP: Artimed, 2006.

_____. **Do habitus ao patrimônio individual de disposições: rumo a uma sociologia em escala individual.** In: Revista de Ciências Sociais. Volume 39, nº 2. UFC, 2003.

_____. **O homem plural - Os determinantes da ação.** Petrópolis: Vozes, 2002.

LATOUR, Bruno. **Nunca fuímos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LÉVY-STRAUSS, Claude e Didier, Eribon. **De perto e de longe.** São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

LIMA JUNIOR, Genival. **Arquitetura vernacular praieira.** Recife: Barros Lima Arquitetura, 2007.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral do Nordeste sem cana e sem açúcar.** 2ª Edição – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

MACIEL, Anna Emília Barbosa. **A (Re) produção do espaço no grande Mucuripe, em Fortaleza-Ceará-Brasil.** Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 469-478, nov. 2015.

MARTINS, José de Sousa. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **A sociedade vista do abismo** - Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais). Petrópolis: Vozes, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MIRANDA, Orlando. **Para ler Ferdinand Tonnies.** São Paulo: Edusp, 1995.

NISBET, Robert. **The sociological tradition.** London: Heinemann, 1967.

NOGUEIRA, André. **Fogo, vento, terra e mar:** migrações, natureza e cultura popular no Bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006). Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo, 2006;

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil.** Petrópolis: 1982.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **O Desencantamento do Mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber.. São Paulo: 34, 2003.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Histórias da Secas**. 1953. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-CAfN4rFK6oC>. Acesso em: 20 abr. 2018.

RAMALHO, Cristiano. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 8-27, jan./jun. 2012.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção**. Mana, Rio de Janeiro, parte I, v. 3, n. 1, abr. 1997.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. **Entre o porto e a estação**: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE, 1920-1970. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. .

SCHRAMM, Solange Maria de O. **Território livre de Iracema**: só o nome ficou? Memórias coletivas e a produção do espaço na Praia de Iracema. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

SENNET, Richard. **O Artífice**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política de cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, maio/ago. 2004.

SILVA, Sônia Maria Martins de Castro e. **A Caracterização da pesca artesanal na costa do Estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TARDE, Gabriel. **Monadologia e Sociologia e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995. p. 231-352.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, n. 23, p. 155-164, nov. 2004.

WAGNER, Roy. **A Invenção da Cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: 34, 2000.

WHYTE, Willian Footy. **Sociedade de Esquina**. São Paulo, Zarar Editora, 2005

WEBER, Max. Consideração Intermediária. In: **Sociologia das religiões**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

WEBER, Thomas. Experiencia. In: WIZISLA, Erdmut; OPITZ, Michael (Org.). **Conceptos de Walter Benjamin**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2014.

_____. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 2009.

_____. **Ciência e Política duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2004.

WIZISLA, Erdmut; OPITZ, Michael (Orgs.). **Conceptos de Walter Benjamin**. Buenos Aires: Las Cuarenta, 2014.

ŽIŽEK, Slavoj. **O amor impiedoso ou, sobre a crença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

